



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE LETRAS (FL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA (PPGLL)

CÉLIA APARECIDA RIBEIRO RODRIGUES

Os (des)caminhos da representação da identidade em *A Majestade Do Xingu*, de Moacyr Scliar, e *O Olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Célia Aparecida Ribeiro Rodrigues

3. Título do trabalho

OS (DES)CAMINHOS DA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE EM A MAJESTADE DO XINGU, DE MOACYR SCLIAR, E O OLHO DE HERTZOG, DE JOÃO PAULO BORGES COELHO.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;

- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Aparecida Ribeiro Rodrigues, Discente**, em 16/03/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Rocha Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 17/03/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3601746** e o código CRC **5A2433E5**.

Referência: Processo nº 23070.034055/2022-17

SEI nº 3601746

CÉLIA APARECIDA RIBEIRO RODRIGUES

Os (des)caminhos da representação da identidade em *A Majestade Do Xingu*, de Moacyr Scliar, e *O Olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos literários

Linha de pesquisa: L.P.2 – Literatura Comparada e Estudos Culturais

Orientadora: Professora Dra. Renata Rocha Ribeiro

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rodrigues, Célia Aparecida Ribeiro

Os (des)caminhos da representação da identidade em A Majestade
do Xingu, de Moacyr Scliar, e O Olho de Hertzog, de João Paulo
Borges Coelho [manuscrito] / Célia Aparecida Ribeiro Rodrigues. -
2023.

CXXIV, 124 f.

Orientador: Profa. Dra. Renata Rocha Ribeiro.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia,
2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. Identidade.. 2. Diferença.. 3. Moacyr Scliar.. 4. João Paulo Borges
Coelho.. I. Ribeiro, Renata Rocha, orient. II. Título.

CDU 82.091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **16** da sessão de defesa de tese de **Célia Aparecida Ribeiro Rodrigues** que confere o título de **Doutora** em Letras e Linguística, na área de concentração em Estudos Literários

Aos **dezenove** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e vinte e dois**, a partir das **quatorze horas**, via Google Meet, realizou-se a sessão pública de defesa de tese intitulada "OS (DES)CAMINHOS DA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE EM A MAJESTADE DO XINGU, DE MOACYR SCLiar, E O OLHO DE HERTZOG, DE JOÃO PAULO BORGES COELHO". Os trabalhos foram instalados pela **Profa. Dra. Elena Ortiz Preuss** (PPGLL/FL/UFG), substituta da orientadora **Profa. Dra. Renata Rocha Ribeiro**, afastada por licença médica, com a participação dos demais membros da banca examinadora: **Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo** (POSLIT/ UnB) e **Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias** (PPGAS/FCS/UFG), membros titulares externos e **Profa. Dra. Larissa Warzocha Fernandes Cruvinel** (PPGLL/FL/UFG) e **Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva** (PPGLL/FL/UFG), membros titulares internos. Durante a arguição, os membros da banca **não** fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A banca examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela **Profa. Dra. Elena Ortiz Preuss**, presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos membros da banca examinadora, aos **dezenove** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Edvaldo Aparecido Bergamo, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elena Ortiz Preuss, Professora do Magistério Superior**, em 21/03/2023, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Warzocha Fernandes Cruvinel, Professora do Magistério Superior**, em 23/03/2023, às 13:50,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 25/03/2023, às 06:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Max Canedo Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/03/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3611354** e o código CRC **DDFE06BC**.

Referência: Processo nº 23070.034055/2022-17

SEI nº 3611354

Dedico esta tese ao Prof. Edvaldo Bergamo (UnB) pela sugestão de viajar por mares/letras moçambicanas e brasileiras; e à Profa. Renata Rocha Ribeiro (UFG) por embarcar comigo e, gentilmente, partilhar de seu alforje.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte criadora!

Aos meus pais pela corporificação neste planeta e pelos cuidados dispensados nos anos de meninice;

Ao Ney, pela companhia em percurso breve;

Aos meus filhos, Bárbara, Janda e Eulício, por caminharem comigo na jornada do conhecimento, do mundo e da vida, me ensinando, sobretudo, a aceitação da diferença;

Aos meus irmãos, pela exploração de trilhas, literais e simbólicas, desde a Fazenda Cerradão;

Aos amigos de todos os tempos a quem sou devedora de afeto;

Ao distinto professor Edvaldo Bergamo pelas valiosas sugestões que nortearam a minha trajetória na pós-graduação. Sem elas esta etapa não teria se concretizado. As marcas de humanidade e profissionalismo serão indelévels em meu coração;

Aos generosos professores membros das bancas de qualificação e de defesa;

Aos queridos servidores da UFG, tanto do corpo docente como técnico-administrativo, especialmente os colegas da Reitoria e do PPGLL;

Ao admirável professor Robson Maia Geraldine, que, sendo agrônomo, planta esperanças, confiança e amizade;

À Universidade Federal de Goiás pela oportunidade de trabalho e formação acadêmica, especialmente ao professor Edward Madureira Brasil e professora Sandramara Matias Chaves, Reitor e Vice-Reitora na gestão 2018/2022, com os quais tive a honra de trabalhar e testemunhar a lealdade e dedicação aos ideais educacionais e a esta UFG;

E, por último, e não menos importante, especial agradecimento à professora Renata Rocha Ribeiro pela condução paciente, ética e segura no processo de orientação, pela postura essencialmente humana, construtiva e respeitosa aos nossos limites individuais. Minha eterna gratidão, Profa. Renata!

RESUMO

Nesta pesquisa, pretende-se realizar o cotejo entre os romances *A majestade do Xingu* (1997), do brasileiro Moacyr Scliar, e *O olho de Hertzog* (2010), do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho. Objetiva-se, sem perder de vista o caráter literário e ficcional da narrativa, problematizar a representação dos processos identitários das personagens principais, a partir da articulação de conceitos teóricos dos Estudos Culturais, embasado sobretudo em Stuart Hall (2013; 2014a; 2014b). O debate ocorre a partir do entrelaçamento das noções de identidade, diferença e representação. Para esse sociólogo, o questionamento acerca da identidade só ganha proeminência para o indivíduo quando confrontado com outra forma de se estar no mundo. Assim, examina-se o estatuto da identidade e da diferença, uma vez que os narradores, ambos estrangeiros, na tentativa de conhecer a si mesmos, explicitam a diferenciação a partir do olhar sobre o Outro. As narrativas em análise estão inseridas no macrossistema dos países de língua portuguesa (ABDALA JÚNIOR, 1989) e repercutem acontecimentos políticos e históricos, em Moçambique e no Brasil. Os resultados apontaram para a fragmentação da identidade dos narradores-personagens que reverberam as identidades nacionais, também complexas e plurais. A partir da vocalização sobre seus (des)semelhantes, esses narradores se dão a conhecer e explicitam a complexidade cultural dos dois países, ambos advindos da experiência colonial que, por sua vez, ecoa a dificuldade de diálogo com a diferença. Dessa forma, para além da reflexão sobre a criação artística, os romances evocam a teia do passado lançando luzes sobre os nós do presente.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; diferença; Moacyr Scliar; João Paulo Borges Coelho.

ABSTRACT

This research aims to compare the novels “*A majestade do Xingu*” (1997), by the Brazilian author Moacyr Scliar, and “*O olho de Hertzog*” (2010), by the Mozambican writer João Paulo Borges Coelho. Without losing sight of the literary and fictional character of the narrative, the aim is to problematize the representation of the identity processes of the main characters based on the articulation of theoretical concepts of Cultural Studies, especially according to Stuart Hall (2013; 2014a; 2014b). The debate occurs from the interweaving of the notions of identity, difference, and representation. For the sociologist, the questioning about identity only gains prominence for the individual when confronted with another way of being in the world. Thus, the status of identity and difference is examined since in their attempt to know themselves, the narrators, both foreigners, make their differentiation explicit by looking at the Other. The narratives under analysis are inserted in the macrosystem of Portuguese-speaking countries (ABDALA JÚNIOR, 1989) and reflect political and historical events in both Mozambique and Brazil. The results point to the fragmentation of the narrator-character identity that reverberate national identities, also complex and plural. By vocalizing about their (un)similarities, these narrators make themselves known and reveal the cultural complexity of the two countries, both of which come from the colonial experience that, in turn, echoes the difficulty of dialoguing with difference. In this way, beyond the reflection on artistic creation, the novels evoke the web of the past, shedding light on the knots of the present.

KEYWORDS: identity; difference; Moacyr Scliar; João Paulo Borges Coelho.

Identidade

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo*

*Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta*

Sou pólen sem insecto

*Sou areia sustentando
o sexo das árvores*

*Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro*

*No mundo que combato
morro
no mundo por que luto
nasço*

Mia Couto, *In: Raiz de Orvalho e Outros Poemas*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMX	<i>A majestade do Xingu</i>
Conib	Confederação Israelita no Brasil
OOH	<i>O olho de Hertzog</i>
UnB	Universidade de Brasília
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 NO EMBARQUE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2 A BORDO: EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA IDENTIDADE.....	28
2.1 As identidades e suas versões.....	29
2.1.1 <i>Identidade: um quebra-cabeça incompleto</i>	<i>33</i>
2.1.2 <i>As identidades nacionais/culturais.....</i>	<i>40</i>
3 CABE MAIS UM: NARRADORES E PERSONAGENS À DERIVA.....	53
3.1 Interlocução necessária: memória, história e literatura	53
3.2 Ambiguidades do romance contemporâneo	66
3.3 Desvelando estratégias	70
3.4 Representações do Brasil e de Moçambique	82
3.4.1 <i>A identidade brasileira e a identidade moçambicana</i>	<i>83</i>
4 NO DESEMBARQUE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO A – POEMAS EM HOMENAGEM A NOEL NUTELS, POR OCASIÃO DE SUA MORTE	116
ANEXO B – ENTREVISTA DE NOEL NUTELS AO JORNAL O PASQUIM.....	119

1 NO EMBARQUE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Uma coisa é certa: existe sempre, acerca de nós próprios, mais que uma versão.”
(COELHO, 2010, p. 234)

Ao pensarmos acerca da categoria identidade, vem à mente a indagação sobre quem somos nós e quem é este indivíduo que se nos defronta a cada instante e lugar. Quem é o sujeito que nos constitui? Qual seria a identidade desse ser? Seria ela una e constante? Ou multifacetada e variável? Seria construída pelo discurso ou apenas mediada por ele?

Talvez a temática tenha ganhado relevância a partir de uma “história das sensibilidades”, como postula Serge Gruzinski (2007, p. 7-8), no livro *Sensibilidades na história*: memórias singulares e identidades sociais, história esta que “interessa-se pelo indivíduo, por suas reações íntimas, por suas contradições abertas ou encobertas”. Segundo esse autor, ela

[...] escava destinos, exuma afetos, mas sempre para reinseri-los em conjuntos significativos mais vastos, grupos, clãs, facções, classes, conjuntos, que eles iluminam a seu modo, restituindo-lhes uma complexidade quase sempre escamoteada ou negada. (GRUZINSKI, 2007, p. 8).

Fui uma menina nascida e criada “na roça” até os 11 anos de idade, quando então foi viabilizada a ida para a cidade para continuar os estudos iniciados em escola rural caracterizada por classe multisseriada. Com experiência em observar muito mais que falar e poucas possibilidades expressivas, o deslocamento foi marca constante. Vivenciava um mundo que não tinha correspondência no mundo da escrita. Os “outros” constituíam um mundo fascinante, porque diferente. Na infância, sentia o desejo de conhecer outros sujeitos, saber de seus modos de vida, de sentir e de perceber o mundo. Com poucos livros disponíveis, passeava pelas páginas das cartilhas, com prazer. Também fazia dos papéis de embrulho, com frases e curiosidades, as trilhas para o encontro com o outro. Mas esse outro escapava, quase sempre. Acessar aos livros de ficção, por volta dos 13 anos, foi libertador. Nesse mundo, eu me reconhecia, embora não sentisse representada. Porém, as personagens faziam as perguntas que povoavam meu mundo interior. Anos transcorridos e as perguntas continuavam sem respostas. Depois, houve a mudança do interior para a capital, onde a pressa e agitação da sociedade atual dificulta o aprofundamento das relações, quase todas passageiras e superficiais, dificultando a realização do humano que habita em nós. Conhecer a nós próprios é um desafio. Mais ainda compreender o outro. Talvez, por isso, coube relacionar essas

indagações antigas aos narradores dos textos objetos desta investigação, porque, afinal, também eles carregam interrogações semelhantes.

Nesse sentido, a pesquisadora Eurídice Figueiredo, em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, refletindo sobre a relação entre literatura, identidade, alteridade e, retomando as formulações de Antoine Compagnon (2009), no texto *A literatura para quê?* nos assegura que

[...] a literatura é capaz de suscitar a figuração do Outro, do diferente, aquele que não podemos conhecer se não sairmos de dentro de nós mesmos. (...) vislumbrar o Outro que nos habita, porque a identidade só se perfaz no encontro com a alteridade, inclusive nossa própria identidade”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 45).

A literatura, como as demais manifestações artísticas e também as ciências humanas de forma geral, constitui-se em um caminho para a decifração da alteridade.

A seu turno, Compagnon (2009, p. 47), no referido texto, afirma que a literatura deve “ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida”. Dessa forma, ao tratar da questão da identidade dos narradores, o nosso texto certamente reverbera subjetividade.

Tânia Carvalhal (2006, p. 6), na conceituada obra *Literatura comparada*, observa que o hábito de comparar faz parte da estrutura do pensamento humano e da organização da cultura, razão pela qual está disseminado nas diferentes áreas do conhecimento, dentre elas os estudos literários. Assim é que, tão logo efetivamos a leitura da narrativa *O olho de Hertzog* (2010), de autoria do escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho, por sugestão do professor Edvaldo Bergamo, da Universidade de Brasília (UnB), durante o desenvolvimento de uma disciplina do Programa de Pós-graduação daquela universidade, no ano de 2015, percebemos que ela dialogava com o texto *A majestade do Xingu* (1997), do brasileiro Moacyr Scliar, sob a ótica da inquietude dos narradores em relação ao modo de estar no mundo e a complexidade do (des)encontro com o outro. Ali nasceu o nosso projeto de pesquisa.

Por conseguinte, o *corpus* dessa investigação se constitui dos romances¹ *A majestade do Xingu* (1997) e *O olho de Hertzog* (2010).

¹ A opção por citar em primeiro lugar o romance brasileiro se dá em virtude da data de publicação das obras: esse, publicado em 1997 e o romance do autor moçambicano, publicado em 2010.

O primeiro romance apresenta um narrador em primeira pessoa, imigrante sem nome, de idade avançada, que, a partir de sua internação em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), relata ao médico a insignificância de sua existência desde a infância na Rússia, a vinda para o Brasil, em 1921², ainda criança, os anos de juventude perpassando pelo casamento com pouco entusiasmo, a paternidade, a mesmice da vida de pequeno comerciante em São Paulo, a (não) atuação política nos anos da ditadura brasileira até o advento de sua ida para a UTI. A sua trajetória se desenvolve como um avesso da vida de seu amigo Noel Nutels: é a partir da explicitação da personalidade desse personagem histórico que o narrador se dá a conhecer. Noel Nutels foi um importante médico russo, naturalizado brasileiro, comprometido com a defesa da saúde e direitos dos indígenas³ brasileiros.

Por outro lado, a narrativa moçambicana coloca em cena dois narradores: o primeiro, em terceira pessoa, em um tempo presente, narra a viagem do ambíguo Henry Miller/Hans Mahrenholz a Lourenço Marques, em Moçambique, por volta do ano de 1918, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Retrata a perambulação desse enigmático personagem pelas ruas da cidade, em prospecção de negócios, e os encontros com uma galeria de outros também misteriosos personagens. A segunda narrativa, intercalada à primeira, traz o próprio personagem Hans Mahrenholz como narrador. Nela, ele descreve, sob a sua perspectiva, tendo em vista tratar-se de narração em primeira pessoa, a atuação como militar junto ao exército alemão, lutando em solo africano durante a referida Grande Guerra. É por seu intermédio que dois personagens, que mais interessam nesse estudo, são apresentados: o fictício coronel Sebastian Glück e o histórico general alemão Paul Emil von Lettow-Vorbeck. Este general comandou tropas alemãs que lutaram contra o império britânico em terras africanas. A trajetória das tropas coincide com o registro histórico. Hans transita entre a admiração, lealdade e a traição aos seus superiores para culminar com a deserção motivada pela busca a um valioso diamante africano.

Da mesma forma que aquele personagem elaborado por Moacyr Scliar, este também se dá a conhecer por contraste aos dois comandantes junto aos quais servira. É contando sobre a vida desses militares que a sua existência parece ganhar relevância.

² O narrador reporta a data de 1921 (SCLIAR, 1997, p. 10), no entanto, Noel Nutels, em suas memórias inacabadas, aponta a data de desembarque em Recife como sendo agosto de 1922 (HOUAISS, 1974, p. 3).

³ Ao utilizarmos o vocábulo “indígena” nos referimos aos povos originários. Porém, em relação ao contexto moçambicano o termo possui sentido complexo e problemático e será explicitado ao longo do texto.

Trata-se, por conseguinte, de dois narradores em primeira pessoa, que, pertencendo a sistemas literários⁴ distintos (brasileiro e moçambicano), no âmbito da mesma língua (Língua Portuguesa), fazem o movimento em direção ao outro para dizer sobre si mesmos.

Assim sendo, questiona-se de que maneira esses narradores-personagens traduzem as suas experiências de elaboração de suas identidades, enquanto indivíduos e estrangeiros. Seria possível a constituição de uma identidade sem levar o Outro (alteridade) em conta? Dessa forma, temos como hipótese de pesquisa que as identidades dos narradores são elaboradas por meio do filtro da alteridade, ou seja, ocorre a partir do espelhamento do indivíduo em seu (des)semelhante (diferença), desvelando, desse modo, a fragmentação das identidades que, em certa medida, repercutem a/na identidade coletiva.

Portanto, ao empreender a investigação, temos como objetivo geral analisar os romances *A majestade do Xingu* (1997) e *O olho de Hertzog* (2010) no que tange aos narradores desses textos, sob a perspectiva da questão da identidade e da diferença. Como objetivos específicos, pretendemos discutir os conceitos de identidade, analisar como e se as representações das identidades dos narradores-personagens dialogam entre si a partir da perspectiva do descentramento/fragmentação do sujeito, investigar as estratégias narrativas utilizadas pelos autores na tessitura dos enredos, explicitando semelhanças e/ou contrastes porventura existentes e evidenciar como os textos se articulam no âmbito do debate relacionado ao par identidade/alteridade. E, conseqüentemente, apreender como as identidades desses narradores dialogam com as identidades nacionais e reverberam os processos históricos vivenciados por ambas as nações. Daí a necessidade de buscarmos o aporte teórico sobretudo de Stuart Hall (2014a, 2014b), mas também de Zygmunt Bauman (2005) e outros pensadores dessas relevantes questões.

Importante destacar que, aqui nesta tese, estamos comparando sob a perspectiva de Tania Carvalhal (2006). Para ela, o exercício de comparar não se trata apenas de traçar “paralelismos binários” (CARVALHAL, 2006, p. 86), mas sim, considerar questões gerais das obras, articulando-as, na investigação comparativa, ao elemento social, político, cultural e histórico. Desse modo, a investigação foi desenvolvida na dobra da Literatura e dos Estudos Culturais e na esteira daquela autora.

Em se tratando de identidade, Hall (2014a, p. 11-12), ao discutir o assunto na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, compreende o sujeito pós-moderno como sendo um ser sem identidade fixa, essencial ou permanente, portanto cambiante, “formada e

⁴ Conceito utilizado pelo crítico Antonio Candido (2000, p. 15-16), em *Formação da Literatura Brasileira*.

transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. A identidade é definida historicamente, e não biologicamente. Isso resultaria nas diferentes identidades assumidas pelo sujeito em momentos distintos. Hall pensa o sujeito no contexto da globalização, mas suas reflexões são pertinentes também para o sujeito do contexto colonial, como aquele da ambientação da narrativa moçambicana, no final da segunda década do século XX (a independência de Moçambique só ocorreu em 1975).

No texto “Quem precisa de identidade?”, integrante do livro *Identidade e diferença*, obra organizada por Tomaz Tadeu da Silva, Hall (2014b, p. 106) sustenta a complexidade da conceituação de identidade e opta pelo termo “identificação”, entendendo-o também como uma construção, sempre em desenvolvimento, em curso. Daí advém o debate em torno da crise de identidade posta em questionamento na atualidade, tanto na Academia, nas conversas informais, nas redes sociais, quanto na ficção. Ambos os autores apontam para a crise daquela identidade integral, originária e unificada.

Considerando tais perspectivas, este estudo constitui um novo olhar sobre os objetos de pesquisa, o que contribuirá para formação da fortuna crítica acerca do autor moçambicano em diálogo com o autor brasileiro, já que, em um primeiro momento, não foram encontradas pesquisas que abordem a interlocução entre os dois autores/textos. Se, por um lado, existe uma abundância de trabalhos acadêmicos acerca da obra literária de Moacyr Scliar, em toda sua multiplicidade temática, por outro, não são muitas as pesquisas acerca da escrita de João Paulo Borges Coelho. Apesar do recebimento do Prêmio Leya 2009, João Paulo Borges Coelho é pouco conhecido do público brasileiro em geral. Aqui, sua ficção parece transitar mais no ambiente universitário, principalmente no meio docente. Por isso, com o intuito de situar o leitor menos familiarizado com os autores, traçaremos breves notas acerca deles.

Moacyr Jaime Scliar, para quem nós “usamos a imaginação para completar as lacunas da vida, prover explicações para coisas que não entendemos, traçar caminhos e entender o passado”⁵, nasceu em Porto Alegre (RS), em 1937, filho de imigrantes russos. Graduou-se em Medicina e foi professor da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, tendo falecido em 2011. Em 1993 e 1997, foi professor visitante na Brown University e na Universidade do Texas, ambas nos Estados Unidos. Publicou mais de sete dezenas de títulos que contemplam romances, contos, crônicas, ensaios e ficção juvenil. Sua obra foi publicada

⁵ Site oficial de Moacyr Scliar. Disponível em: <http://www.moacyrscliar.com/>.

em vários países, com grande repercussão crítica. Ressalte-se que Scliar desempenhou as carreiras de escritor, professor e a de médico, de forma complementar.

Recebeu variados prêmios, dentre eles: 1968 – Prêmio Academia Mineira de Letras (*O carnaval dos animais*); 1974 – Prêmio Joaquim Manoel de Macedo do Governo do Estado do Rio (*O exército de um homem só*); 1977 – Prêmio Brasília da Fundação Cultural do Distrito Federal (*Mês de cães danados*); 1977 – Prêmio Guimarães Rosa do Governo do Estado de Minas Gerais (*Doutor Miragem*); 1980 – Prêmio Associação Paulista de Crítica de Arte (*O Centauro no Jardim*, categoria Romance); 1988 – Prêmio Jabuti (*O olho enigmático*); 1989 – Prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte (*O olho enigmático*, categoria Literatura); 1989 – Prêmio Casa de Las Américas (*O olho enigmático*); 1993 – Prêmio Jabuti (*Sonhos Tropicais*, categoria Romance); 1997 – Prêmio Açorianos – Prefeitura de Porto Alegre (*A majestade do Xingu*); 1998 – Prêmio José Lins do Rego – Academia Brasileira de Letras (*A majestade do Xingu*); 2000 – Prêmio Jabuti (*A mulher que escreveu a Bíblia*, categoria Romance); 2009 – Prêmio Jabuti (*Manual da paixão solitária*, categoria Romance e Ficção do Ano); 2003 – eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Por sua vez, o escritor João Paulo Borges Coelho, que vê “a história e a ficção como leitura do mundo”⁶, nasceu na cidade de Porto/Portugal em 1955, filho de pai português e mãe moçambicana, e se mudou para Moçambique ainda na infância. Historiador, com Doutorado em História Econômica e Social pela Universidade de Bradford, no Reino Unido, e Licenciatura em História pela Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, Moçambique. Professor aposentado por esta Universidade, onde lecionou História Contemporânea de Moçambique e África Austral, atua como professor convidado no Mestrado em História da África da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dedicase à investigação das guerras colonial e civil em Moçambique, com publicações acadêmicas variadas sobre o assunto.

Adotando Moçambique como ambientação para seu trabalho de ficção, estreou nessa área com o romance *As duas sombras do rio* (2003). Foi o vencedor do Prêmio José Craveirinha, em 2005, com o livro *As visitas do Dr. Valdez*. E, em 2009, foi galardoado com o Prêmio Leya pelo romance *O olho de Hertzog*. A Universidade de Aveiro, Portugal, outorgou-lhe título de Doutor *Honoris Causa*, no ano de 2012.

Além de inúmeros trabalhos na área da história, da política e na área social, publicou duas histórias em quadrinhos: *Akapwitchi Akaporo: armas e escravos* (1981) e *No tempo do*

⁶ João Paulo Borges Coelho em entrevista à professora Rita Chaves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s0oC94xpM5w>.

Farelahi (1984), nas quais assina apenas como “João Paulo”. Dentre os romances e novelas, escreveu: *As duas sombras do rio* (2003), *As Visitas do Dr. Valdez* (2004), *Índicos Índícios I. Setentrião* (2005), *Índicos Índícios II. Meridião* (2005), *Crônica da Rua 513.2* (2006), *Campo de trânsito* (2007), *Hinyambaan* (2008), *O olho de Hertzog* (2010), *Cidade dos espelhos* (2011), *Rainhas da noite* (2013), *Água – uma novela rural* (2016), *Ponta Gea* (2017) e *Museu da revolução* (2021).

Ressalta-se um recorte das biografias dos autores, uma vez que eles são resultado de identidades nacionais diversas. Moacyr Scliar é filho de imigrantes judeus russos, oriundos da região da Bessarábia, hoje Moldávia e Ucrânia, vindos para o Brasil em busca de melhores condições de vida. De modo semelhante, o autor de *O olho de Hertzog* (2010) foi atravessado, desde o nascimento, pelas questões nacionais, já que nasceu em Portugal, filho de pai português e mãe moçambicana e, tendo mudado para Moçambique ainda na infância, quando seus pais retornaram a Portugal, em decorrência da guerra colonial, ele escolheu permanecer em Moçambique, optando por essa nacionalidade.

Ao questionar como as identidades dos narradores são elaboradas enquanto indivíduos e estrangeiros, principalmente nesse momento em que a questão da diversidade está em pauta, será possível nos mobilizar para compreender quem é esse Outro que nos desafia a decifrá-lo, para que, conhecendo-o, possamos respeitá-lo, convivendo pacificamente. Porém, estamos cientes de que não se trata de tarefa simples e de que exige esforço, pois, como dar conta da complexidade do mundo moderno e abarcar a experiência humana? Felizmente, temos a Literatura como auxiliar.

Assim sendo, esta investigação se deu pela metodologia da pesquisa bibliográfica e buscou explicitar os modos como se articulam os elementos essenciais das narrativas em exame com as categorias identidade e diferença, memória, Literatura e História, nação e nacionalidade. Ao mesmo tempo, realçou-se as estratégias discursivas utilizadas pelos autores na construção/representação das identidades dos narradores-personagens. Nesse contexto, consoante o pensamento de Carvalhal (2006), este estudo comparado pretende, mais que explicitar “paralelismos binários”, sobretudo comparar

[...] com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente. (CARVALHAL, 2006, p. 86).

Florência Garramuño, no seu livro *Frutos extraños: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*, questiona as definições formalistas de especificidade, enunciando um “campo expansivo” para a arte contemporânea em geral e, especificamente, no âmbito da literatura latino-americana, campo esse que remete para a ideia de “desbordamento”. Esse conceito parece pertinente para pensarmos as narrativas objeto de nosso estudo e poder, com menos sobressalto, “transitar seus fluxos, percorrer seus contatos e, sobretudo, propor conexões conceituais entre elas” (GARRAMUÑO, 2014, p. 44), a partir da reflexão em torno da identidade e das relações com as quais ela dialoga.

Essas ponderações apontam para o descentramento do sujeito e suas relações, onde assoma a diferença, e direcionam para o questionamento das fronteiras, das bordas, para que se possa pensar, não apenas uma América Latina para o século XXI, conforme assevera essa crítica argentina, mas um mundo com menos estranhamento do outro, alargando as possibilidades de convivência pacífica.

Nesse cenário, os narradores-personagens das narrativas analisadas nesta tese, ao se deslocarem de suas origens e se defrontarem com um outro eu, empreendem esforços na tentativa de compreensão de suas identidades, tentando lidar com as peças do quebra-cabeça da metáfora utilizada por Bauman (2005, p. 54). O estudioso polonês utiliza a imagem do jogo de quebra-cabeça para opor o percurso da busca da identidade, desconhecida e incompleta, ao jogo em que as peças estão pré-definidas, são limitadas e formam uma figura que se sabe de antemão estar completa. A identidade poderia ser comparada a um quebra-cabeça ao qual falem muitas peças, mas não se tem ideia de quantas e quais são as peças ausentes.

As estratégias utilizadas pelos dois autores, ao colocarem os narradores-personagens realizando suas travessias, seja da Rússia para o Brasil ou da Alemanha para/em Moçambique, já explicitam, a nosso ver, um duplo deslocamento: físico e subjetivo. Ademais, apontam para a jornada a ser empreendida em busca do conhecimento de si mesmos.

Esse movimento parece estar de acordo com a discussão de Bauman quando ele assevera que o questionamento acerca da identidade ocorre somente quando se verifica o não pertencimento, pois “a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa” (BAUMAN, 2005, p. 18).

Nessa perspectiva, em *A majestade do Xingu* (1997), o narrador, imigrante russo, internado em um leito de UTI em vista de cardiopatia isquêmica, rememora e narra, ao médico que o assiste, sua própria trajetória em contraste com a história de vida de seu amigo,

o médico e indigenista Noel Nutels – imigrante russo naturalizado brasileiro, nascido em Ananyev, atual Ucrânia, no ano de 1913 e falecido no Rio de Janeiro, em 1973. Suas reflexões gravitam em torno da vida daquela personalidade histórica, contrastante com a identidade desse narrador. Ambos teriam vindo para o Brasil com suas famílias quando ainda eram crianças, a bordo do navio *Madeira* no ano de 1921, fugindo dos ataques violentos contra os judeus na Rússia. A lembrança desses ataques, denominados *pogrom*⁷, atormentará o narrador e perpassará a narrativa.

Enquanto Noel Nutels se torna médico e pessoa atuante na defesa dos indígenas brasileiros, o narrador, sem nome, estabelece-se em uma loja no bairro do Bom Retiro⁸, em São Paulo, e, caminhando para o ocaso da vida, sem parentes, já que a esposa e o filho retornam ao estrangeiro, explicita a pequenez do seu existir, em oposição à grandeza do seu ponto de referência. Assim ele se define: “Fui – sou – um homem insignificante, nada fiz de importante, mas algumas pessoas ficaram sabendo do Noel graças a mim, e isso, se não justifica minha existência, pelo menos me consola” (SCLIAR, 1997, p. 9).

A seu turno, o narrador-personagem da narrativa moçambicana, de nome Hans Mahrenholz, oficial do exército alemão, relata sua participação na campanha alemã, na África, durante a Primeira Guerra Mundial. O questionamento acerca da identidade se patenteia ao longo da narrativa e sua trajetória parece ter sentido a partir dos acontecimentos vivenciados junto a seus superiores, principalmente ao general alemão Paul Emil Von Lettow-Vorbeck (nascido em Saarlouis, em 1870, e falecido em Hamburgo, em 1964) comandante da campanha da África Oriental Alemã na Primeira Guerra Mundial e o ficcional coronel Sebastian Glück. Esse narrador, por sua vez, indaga: “Que raio de doença é esta de que todos padecemos, de só nos podermos estruturar a nós próprios através das relações que estabelecemos com os nossos semelhantes? Que doença era a minha, de depender sempre de alguém?” (COELHO, 2010, p. 319).

Esse texto, como já mencionado, comporta duas narrativas em um processo de avanço e recuo: na primeira, um narrador em terceira pessoa conta as aventuras de Hans Mahrenholz

⁷ Segundo a Confederação Israelita no Brasil (Conib), *pogrom* é “palavra russa que significa ‘causar estragos, destruir violentamente’. Os *pogroms* eram ataques maciços e organizados contra comunidades inteiras, que destruíam casas, lojas e templos religiosos. Historicamente, o termo é usado para denominar atos coletivos de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus, tendo como pretextos ressentimentos econômicos, sociais, políticos e religiosos. A palavra foi empregada pela primeira vez em 1821, após um violento surto antissemita na cidade de Odessa”. Disponível em: <https://www.conib.org.br/glossario/>.

⁸ O bairro do Bom Retiro em São Paulo acolheu os primeiros imigrantes italianos e portugueses, depois, os judeus e, mais recentemente, coreanos e bolivianos. Foi considerado o bairro mais *cool* do Brasil e o 25º do mundo pela revista cultural britânica *Time Out*, em 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49764020>.

disfarçado de empresário e/ou jornalista inglês de nome Henry Miller, recém-chegado a Lourenço Marques com o pretexto de sondar oportunidades de negócios. Ele também se diz jornalista com a tarefa de escrever sobre o recrutamento dos trabalhadores das minas, embora esteja, conforme revela a Albasini, à procura do diamante que dá nome ao livro. Ele percorre as ruas dessa cidade, destacando os nomes e os letreiros das lojas. Convive com João Albasini (Magule, 1876 – Lourenço Marques, atual Maputo, 1922), considerado o primeiro jornalista de Moçambique, que, juntamente com seu irmão, criou os jornais *O Africano* e *O Brado Africano*. Na segunda narrativa, Hans Mahrenholz apresenta, em primeira pessoa, a sua versão das peripécias protagonizadas em território africano, ainda sob a impressão dos acontecimentos, visto narrar após um ano dos eventos enunciados. Resgata sua origem, como se preparou para o ingresso no exército alemão, a vontade de buscar o desconhecido, a aventura de tripular o dirigível, o espetacular salto em solo africano para se juntar ao exército, as aventuras e combates, bem como a rota percorrida pelas tropas.

Curioso perceber como os narradores de ambas as obras elegem, como referências, personalidades da própria nacionalidade. Poderia estar em jogo, aí, a questão do pertencimento. E talvez possa apontar para o conceito de “tradução cultural”, postulado por Hall como “formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 2014a, p. 88). Esses indivíduos possuiriam vínculos profundos com seu passado, mas sem possibilidade de a ele retornar. Assim, sua cultura é obrigada a dialogar com as outras, sem necessariamente implicar em perda de identidade.

Bauman (2005) pontua que o indivíduo necessita dos relacionamentos aos quais possa se referir com vistas à própria definição. Ele assevera que essas relações são importantes porque possibilitam a coesão e a lógica do próprio ser, uma vez que ele concebe a identidade como o “eu que postulo” e sua elaboração se dá como uma busca infinita rumo à incompletude em que a essência só pode ser constituída “por referência aos vínculos que conectam o eu a outras pessoas” (BAUMAN, 2005, p. 74).

Nos textos analisados, embora os narradores escolham seus pares para o contraponto de suas identidades, a diferença entre culturas também aparece de forma bastante marcada, como se verá. Outras questões também emergem das leituras. Qual a importância, nas estruturas narrativas, dos acontecimentos históricos em que os narradores estão imersos? E qual seria a relevância das personalidades históricas com as quais os personagens interagem? Também nesse aspecto as narrativas apontam para o “desbordamento”, o descentramento que

assinalam os romances contemporâneos, ambíguos e multifacetados assim como as identidades.

Considerando o pequeno volume de fortuna crítica acerca do autor africano à época da elaboração do projeto de pesquisa – constata-se a intensificação a partir do ano de 2017, como é possível perceber pela bibliografia – e deste com o escritor brasileiro, e, tendo em vista o grande número de pesquisadores que desenvolvem investigações no âmbito dos estudos literários, evidencia-se a necessidade e relevância dessa pesquisa uma vez que ela poderá contribuir para a ampliação desses trabalhos.

Diante dessa produção crítica ainda esparsa, tornou-se fundamental para esta pesquisa o livro organizado por Sheila Khan, Sandra Sousa, Leonor Simas-Almeida, Isabel A. Ferreira Gould e Nazir Ahmed Can, intitulado *Visitas a João Paulo Borges Coelho: leituras, diálogos e futuros* (2017), publicado pela Edições Colibri, em Lisboa. Trata-se de coletânea composta por 13 ensaios de professores e investigadores especialistas em literaturas africanas de língua portuguesa, do Brasil, Portugal, Estados Unidos, Reino Unido e Moçambique, os quais discutem a obra de João Paulo Borges Coelho, examinando algumas diretrizes da produção do escritor moçambicano, explorando temas, imagens e questões teóricas que perpassam os estudos críticos da literatura contemporânea.

Na apresentação do referido livro, Simas-Almeida (2017) destaca que a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho se caracteriza, primordialmente, por trabalhar com

[...] dualidades, tensões, espaços intersticiais ou, por outras palavras, com rupturas e contiguidades entre história e ficção, local e global, tradição e modernidade, pontes e fronteiras, rural e urbano, público e privado, natural e cultural, presente e passado, colonialismo e pós-colonialismo – para salientar apenas alguns dos muitos binarismos simultaneamente construídos e desconstruídos. (SIMAS-ALMEIDA, 2017, p. 9).

Outra publicação de relevante contribuição foi o dossiê da revista *Mulemba* – Revista do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, no volume 10, número 18, referente a janeiro-junho/2018, dedicou suas 193 páginas para abordar a obra desse autor. Os organizadores do referido volume (professores Nazir Ahmed Can, Sandra Sousa, Sheila Khan e Elena Brugioni), também na apresentação, asseguram que a escrita do autor se constitui atualmente em uma das mais provocadoras no âmbito da literatura de língua portuguesa e está

[i]nfluenciada também por outras ciências sociais e humanas, como a geografia, assim como pelo namoro com outras artes, como as histórias em quadrinhos, o cinema, o teatro, a pintura, a arquitetura ou a música, sendo das mais ricas no que tange à intertextualidade – por via de um diálogo fundamentalmente com textos de outros universos linguísticos –, visando ainda ocupar espaços (físicos e simbólicos) até então lacunares na literatura moçambicana. (CAN *et al.*, 2018, p. 10).

Em relação ao projeto literário de Moacyr Scliar, a pesquisadora Berta Waldman (2012), percorrendo acerca dos caminhos da ficção desse autor e, considerando apenas os romances, traça um percurso composto por três fases: a primeira compreendida entre 1972 e 1979; a fase intermediária de 1980 a 1991; e a fase de maior visibilidade entre 1992 e 2011. O romance em análise, publicado em 1997, está, portanto, inserido nesta última fase.

Para essa autora, os romances da primeira fase têm como ponto de partida histórias ambientadas em sua Porto Alegre natal (*A guerra no Bom Fim*, *O exército de um homem só*, *Os deuses de Raquel*, *O ciclo das águas*, *Mês de cães danados*, *Doutor Miragem* e *Os voluntários*). Ela considera que, embora Scliar mapeie a paisagem social de Porto Alegre, “o que mais se destaca é a apresentação da vida dos judeus no Bom Fim. Aqui se tecem os fios da memória de um judaísmo europeu e o resgate de uma experiência.” (WALDMAN, 2012, n/p).

Já na fase intermediária (*O centauro no jardim*, *A estranha nação de Rafael Mendes*, e *Cenas da vida minúscula*), inicia-se a distensão espacial e temporal nas narrativas: “A viagem, antes condensada no personagem imigrante, agora se realiza em amplos painéis históricos e grandes metáforas sobre o país” (WALDMAN, 2012, n/p).

Nesse desenvolvimento linear, na fase de mais visibilidade (*Sonhos tropicais* e *A majestade do Xingu*),

[...] arrefecem os tons fantásticos e a impregnação da presença judaica, mas o tema da viagem permanece, vincando-se com mais ênfase sua direção nacional. Em outras palavras, as narrativas se concentram em panoramas de períodos específicos da história brasileira, chegando a visões do país, linha já em processo nas décadas anteriores. (WALDMAN, 2012, n/p).

Regina Igel (1997, p. 61), ao discorrer acerca de *A majestade do Xingu*, afirma que Scliar “resume, na sua pessoa, e em grande parte da sua escrita, a dualidade típica do brasileiro nato, criado na cultura brasileira e herdeiro de uma bagagem cultural judaica européia”.

Em face da apreensão do projeto literário de ambos os autores, não se pode deixar de evocar Antonio Candido (2008) quando este aponta para a necessidade de se considerar os elementos de ordem social, na medida em que estes interferem na tessitura do texto. Em *A majestade do Xingu* (1997), explicita-se a trajetória de Noel Nutels, médico da primeira expedição Roncador-Xingu, implementada em 1943, perpassando por sua luta em favor dos indígenas bem como sua atuação política no Brasil, tanto na Era Vargas quanto na primeira década da ditadura militar brasileira, iniciada por meio do golpe de 1964⁹. Em *O olho de Hertzog* (2010), aparecem várias personalidades históricas no contexto da Primeira Guerra Mundial, na África Austral. Dessa maneira, texto e contexto estabelecem estreita ligação.

Trata-se, portanto, de narrativas que trabalham a complexidade da experiência histórica e política, como postulado por Candido (2008), em que os autores, a partir de determinada visão da realidade, manifestam-na com tonalidade crítica. Nesses textos, as convenções narrativas não são restrições, mas condições que permitem a possibilidade de atribuição de sentido a esses registros. A pesquisadora Berta Waldman, na esteira de Candido, nos lembra que texto e contexto são imbricados:

O contexto, a história, vira marca interna, traço, na literatura. A conjugação de ambos cria novas perspectivas de conhecimento, permitindo outras leituras tanto da ficção quanto da história, distanciada daquela estabelecida pelos registros oficiais e atenta aos grandes e aos pequenos feitos. O resultado são verdades no plural. Reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história significa revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico. (WALDMAN, 2012, n/p).

Diante das possibilidades que despontam, este estudo contribuirá na difusão de novas reflexões no contexto das literaturas em língua portuguesa, possibilitando, cada vez mais, “divisar correntes oceânicas que têm perspectivas comunitárias”, pois há uma “porosidade comunitária” na “circulação dos repertórios literários em português” (ABDALA JÚNIOR, 2003a, p. 33-35).

O percurso da pesquisa se deu em etapas. A presente *Seção 1 No embarque: considerações iniciais* evidencia o plano de viagem da tese, além de apresentar ao leitor(a), companheiro(a) de jornada, a origem da autora e sua paixão pelo universo literário. Propõe-se, então, desde o início da jornada, um exercício de reconhecimento/estranhamento da alteridade e/ou da reciprocidade entre autora e interlocutor(a).

⁹ O falecimento de Noel Nutels ocorreu em 10 de fevereiro de 1973.

Após o embarque, na *Seção 2 A bordo: emergência da questão da identidade*, discutem-se os diversos conceitos de identidades. Estabelece-se, a partir das reflexões de pensadores como Hall (2014a, 2014b) e Bauman (2005), de que forma conceitos como identidade, identidade cultural e identidade nacional subsidiam a apreensão crítica da produção literária em questão.

Ao avançar nesta maravilhosa viagem investigativa, a *Seção 3 Cabe mais um: narradores e personagens à deriva* traz à cena as ambiguidades do romance contemporâneo e as imbricações entre a memória, a História e a Literatura. Essas discussões estão ancoradas, prioritariamente, em Jacques Le Goff (2003), Maurice Halbwachs (2003), Sandra Jatahy Pesavento (2006a, 2006b), Sandra Jatahy Pesavento e Frédéric Langue (2007) e Peter Burke (1992). Explora-se como essas relações são evocadas pelos elementos textuais, ou seja, a história é vista como texto. Ademais, aprofunda-se a discussão acerca das representações do Outro, a partir das formulações de Darcy Ribeiro (1995), Kwame Appiah (1997), Elikia M'Bokolo (2011), Francisco Noa (2015) e José Luís Cabaço (2009). Examina-se as representações da nacionalidade brasileira e moçambicana arquitetadas nos dois textos, tendo como subsídios os estudiosos citados e autores afins à temática.

Em que pese as viagens a bordo da imaginação sejam infinitas, o percurso investigativo desta tese de doutoramento teve de se encerrar. Assim, na última etapa desse trajeto, *Seção 4 No Desembarque: considerações finais*, retomou-se a bagagem teórica acumulada, a qual estava transbordando de reflexões, para desembarcar neste porto de formação acadêmica – que também se apresenta como um entre porto de possibilidades investigativas e imaginativas.

Importante ressaltar que nossa proposta não se subordina à questão de dependência ou influência entre sistemas literários nacionais, mas sim tem o intuito de estabelecer relações horizontais que possam contribuir para o enriquecimento mútuo dessas narrativas inseridas no macrossistema dos países de língua portuguesa (ABDALA JÚNIOR, 1989). Sigamos, pois “navegar é preciso” ...

2 A BORDO: EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA IDENTIDADE

[...]somos todos feitos de determinadas características e suas contrárias, somos conjuntos de ambiguidades e contradições.” (COELHO, 2010, p. 386)

A indagação de quem é o sujeito que nos constitui pode parecer, *a priori*, extremamente simplória e elementar, uma vez que muitos de nós acreditamos ter recebido uma identidade ao nascer: data de nascimento, sexo/gênero, filiação, naturalidade e nacionalidade devidamente registrados em papel. Assim, se defrontados pela interrogação, provavelmente responderemos sem titubear, ratificando aqueles dados, acrescentando, talvez, profissão e endereço. E possivelmente nos daremos por identificados perante nosso interlocutor, na certeza de que fornecemos as informações que constituem nossa identidade.

Mas a questão se reveste de importância por se tratar de assunto muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Assim sendo, estudiosos de diversas áreas do saber se debruçaram e se debruçam sobre essa categoria, buscando oferecer respostas ao mal-estar que atormenta tantos sujeitos, principalmente na contemporaneidade, quando as pessoas se sentem estrangeiras de si mesmas e convivem com outras tantas identidades deslocadas psicológica e territorialmente.

O horizonte aponta para o aumento das multidões que se deslocam de seus países, seja em função de guerras, mudanças climáticas e/ou em busca de melhores condições de vida – o que alargará a perspectiva de convivência com um outro eu. O fato é que as múltiplas fronteiras se encontram esgarçadas e o encontro com o diferente parece inevitável. Quem somos nós e quem é este outro que não sou eu? – inquirimos, face a esse estranho, tanto da mesma pátria quanto de nacionalidades distintas.

Por isso, os estudos sobre a temática da identidade e da alteridade são importantes e necessários, porque as identidades fazem parte da construção da vida em sociedade. Nesse sentido, analisar as contribuições dos autores de textos ficcionais, tendo como referencial olhares de estudiosos reconhecidos, pode ser extremamente contributivo para a ciência e, também, para a sociedade, pois esta tem a oportunidade de se perceber e de se (re)construir a partir das narrativas apresentadas.

Ainda mais urgente se torna a discussão se considerarmos o contexto brasileiro recente, quando o principal ocupante do Ministério da Educação, em reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020 nas dependências do Palácio do Planalto, em Brasília, sentiu-

se à vontade em afirmar: “odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré.”¹⁰.

A externalização de semelhante ideia, em que se compreende a cultura como uniforme e se tenta negar a diversidade cultural e a diferença, remete à formulação de Stuart Hall acerca da questão da diferença no âmbito de uma própria cultura. E fortalece, em pleno século XXI, sua premissa de que, na maioria das nações modernas, ocorreu a supressão forçada da diferença cultural, por meio de processos de conquista violenta (HALL, 2014a, p. 35).

Discursos como aquele do então ministro, evidenciam, ainda mais, a necessidade de pensarmos as culturas nacionais como constituídas de um “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”, não como “culturas nacionais unificadas” (HALL, 2014a, p. 36) – porque elas, de fato, não o são.

Em face desse contexto, ao mesmo tempo em que trabalhamos a análise das narrativas ficcionais que compõem o *corpus* da pesquisa, transitaremos pelos pressupostos teóricos de alguns dos estudiosos que se dispuseram a refletir sobre a identidade e a alteridade ou diferença. Tomaremos como timoneiros principalmente Stuart Hall, teórico cultural e sociólogo jamaicano que viveu e atuou no Reino Unido a partir da segunda metade do século XX, tendo falecido em 2014, e Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês e britânico, falecido em 2017. Contaremos, também, com o suporte de uma tripulação de relevância.

Embarquemos, portanto, nessa viagem explorativa.

2.1 As identidades e suas versões

Antes de adentrarmos os densos conceitos de identidade, vejamos como essa categoria incomoda os narradores em estudo.

O narrador de AMX¹¹, vivenciando a fase madura de sua vida, percebe a inquietação que assoma em sua subjetividade e reflete, então, acerca da fragmentação de sua identidade. Para falar de si, ele discorre sobre a vida de um outro eu e contempla a saga de vida de Noel Nutels desde a infância. Mas enfoca, sobretudo, a atuação em defesa dos nativos, propondo políticas sanitaristas, dialogando com os atores que poderiam viabilizar os recursos necessários para a implementação do plano delineado, qual seja, a criação de unidades aéreas

¹⁰ Fala do então ministro da Educação Abraham Weintraub (SIMON, 2020).

¹¹ A partir desse momento, com a finalidade de conferir maior fluidez ao texto, utilizaremos as iniciais AMX para nos referirmos à obra *A majestade do Xingu*, e OOH para o texto *O olho de Hertzog*.

para possibilitar o atendimento médico aos habitantes locais no interior do Brasil ou ainda executando o projeto, tratando desses povos nas variadas aldeias e povoados.

O narrador faz o contraponto à própria existência. Uma existência que, sob sua ótica, não chegara a ser plena pois se deixou levar pelas circunstâncias da vida: casou-se com uma moça conhecida da família, herdou a pequena loja de um também judeu, seu patrão, teve um filho e envelheceu sem sobressaltos e, também, sem aventuras. Busca no outro aquilo que se constitui em ausência dentro de si próprio. Abriga, então, sentimentos que transitam entre a incompletude, a admiração, a inveja e, principalmente, a menos valia.

Isso fica patente, por exemplo, ao descrever a cicatriz que Noel Nutels possuía sobre o lábio superior, oriunda da unha cravada pela mãe sobre sua boca para que não emitisse som, durante a fuga de Ananiev, na Rússia, quando se esconderam de uma escaramuça entre os bolcheviques comandados por Budionny e os russos brancos, contrarrevolucionários, em um mausoléu de cemitério¹². O narrador assevera: “Sabe do que eu tinha inveja em Noel, uma inveja mortal? Da cicatriz, a cicatriz que tinha no lábio superior e da qual se orgulhava muito. [...]. Marca de heroísmo essa cicatriz.” (SCLIAR, 1997, p. 40). Revelando sentimento de inferioridade indaga, “quem era eu para ter uma cicatriz impressionante? Quem era eu para ter qualquer cicatriz?” (SCLIAR, 1997, p. 42).

Salta do texto o incômodo demonstrado pelo narrador: a sensação de sua pequenez, de não se sentir essencialmente integral, coerente com a afirmativa de Bauman (2005, p. 33) de que as identidades rígidas e inegociáveis não funcionam mais em um mundo de oportunidades e seguranças frágeis. O narrador relata ao seu interlocutor, o médico da UTI onde estava internado:

Eu sei doutor, que perto do Noel eu não tinha importância nenhuma, ele era um grande homem e eu um homem muito pequeno, ele era a luz e eu a sombra. Noel era o sol, nascendo ao Leste e marchando para o Oeste, marchando impávido, glorioso. Eu, o que era eu? Um modesto e desconhecido planeta gravitando em sua órbita. Planeta? Menos, Planetóide. Asteróide. Grânulo de poeira cósmica. Buraco negro. Buraquinho negro. [...] Noel era tudo, eu era nada. Nada. (SCLIAR, 1997, p. 106).

De modo semelhante ao que ocorre com o narrador-personagem coelhiano, esse também assume outra personalidade, a do amigo Noel, quando escreve e assina as supostas cartas escritas por esse médico e dirigidas ao próprio filho Zequi, jovem idealista, estudante de ciências sociais, participante da União Nacional dos Estudantes e militante da Juventude

¹² Fato verdadeiro narrado no livro *Noel Nutels: memórias e depoimentos* (HOUAISS, 1974, p. 41-42).

Comunista. O pai, que não lograva o reconhecimento do filho, utiliza do expediente para impressioná-lo, juntamente aos amigos:

Que cartas escrevi. Aliás: que cartas o Noel escreveu. Noel, Noel, não tens abelhas mas vendes mel, escreves cartas sem ter papel. [...] Guardei cópias de todas as suas cartas, Noel, de todas as cartas que escrevi, que você escreveu, que nós escrevemos, Noel – meu amigo, meu irmão. (SCLIAR, 1997, p. 140).

Por sua vez, a narrativa moçambicana apresenta, desde o início, a problemática da identidade. Quando o primeiro narrador, em terceira pessoa, anuncia o momento em que a embarcação Ferreira adentra a baía de Lourenço Marques e os passageiros começam a desembarcar, ele descreve: “Finalmente, Hans Mahrenholz. **Nos documentos, Henry Miller**, súbdito inglês embarcado na cidade de Durban, viajando para Lourenço Marques em sondagem de oportunidades de negócio” (COELHO, 2010, p. 17, grifos nossos). Esse momento inicial da narrativa, de pronto, instiga a curiosidade do leitor para a identidade dessa personagem, que, no capítulo seguinte, assume a narrativa em primeira pessoa com a identidade de Hans Mahrenholz, jovem alemão a serviço do exército de seu país em terras africanas.

No decorrer da narrativa, o leitor percebe que, com exceção do general Lettow Vorbeck, as personagens não são quem se apresentam em um primeiro momento. Cada versão da identidade conhecida vai sendo substituída por outra à medida em que a trama se desenvolve. A começar pelo personagem da primeira narrativa que se dá a conhecer como jornalista de nome Henry Miller, de nacionalidade inglesa, desenvolvendo pesquisa em Lourenço Marques para escrever sobre as minas de diamantes, mas que também se faz passar por empresário, interessado em prospectar negócios na África, para depois revelar-se desertor do exército alemão.

O narrador-personagem – em primeira pessoa – também reforça, de antemão, a eminência da problemática da questão da identidade que permeia a obra ao relatar os planos de sua ida à África e explicitar que o dirigível que o levaria, juntamente com armamentos e víveres, não teria condições de regresso. Suas peças seriam reaproveitadas para a montagem de uma estação de rádio a ser utilizada pelo exército alemão, além da utilização da estrutura de alumínio, tubos, cabos e lonas para atendimento a diversas necessidades da tropa. Ele diz:

Quanto a nós, os navegantes (nessa altura eu já me voluntariara e tinha sido aceite na tripulação), tal como o resto do equipamento, **perderíamos a nossa**

identidade para nos tornarmos numa outra coisa qualquer que ainda desconhecíamos. Até nós, portanto. (COELHO, 2010, p. 49, grifos nossos).

O que pretendia o narrador ao enunciar tal transformação senão sinalizar para a complexidade da questão da fragmentação identitária e destacar como esse aspecto causava mal estar existencial? Nesse diapasão, ele indaga:

[...] que raio de doença é esta de que todos padecemos, de só nos podermos estruturar a nós próprios através das relações que estabelecemos com os nossos semelhantes? Que doença era a minha, de depender sempre de alguém? (COELHO, 2010, p. 319).

Inicialmente, esse narrador classifica-se como “um jovem oficial ingênuo e entusiasmado que, como disse, **assumia Lettow como modelo absoluto**” (COELHO, 2010, p. 67, grifos nossos). No desenvolvimento da trama, a ingenuidade parece diluir-se gradativamente, tanto é que, encarregado pelo general Lettow para fazer companhia ao coronel Glück (que se encontrava gravemente enfermo e por essa razão atrasava o deslocamento da coluna militar), Hans aceita as sugestões do próprio Glück, já moribundo, abandona-o e parte para Lourenço Marques, em busca da pedra preciosa (o diamante batizado de O olho de Hertzog).

A história complexa, mirabolante até, desde o encontro do diamante em uma mina de Elandsfontein, em Pretória, na África do Sul, constitui o eixo da narrativa em terceira pessoa e só é desvelada ao leitor no terço final da obra. A fim de construir a coerência interna do texto, o narrador amarra os fios soltos e solidariza-se com o narratário (João Albasini) e o próprio leitor: “É aqui que a história tem outra inflexão extraordinária, que lhe relato brevemente, **embora esteja quase certo de que não vai acreditar. Conto-lhe simplesmente o que ele [Glück] me contou.**” (COELHO, 2010, p. 365, grifos nossos). Esse modo de narrar perpassa toda a narrativa.

Transcorrida metade da narrativa e, com o intuito de justificar sua maneira de enunciar, o personagem confessa a Albasini que não é o jornalista Henry Miller, conforme se apresentara ao início. Despe-se, assim, de uma das identidades (superpostas à de militar): “Não sou jornalista, embora me tenha apresentado como tal (penso que isso está mais do que evidente nesta altura)” (COELHO, 2010, p. 298).

A trajetória do narrador-personagem parece ter sentido a partir dos acontecimentos vivenciados por ele junto a seus superiores, principalmente junto ao general Lettow-Vorbeck e ao coronel Sebastian Glück, assim como o narrador de AMX ganha visibilidade por orbitar

a vida de Noel Nutels. A identidade do narrador de OOH se revela um tanto quanto influenciável e, por isso mesmo, inconstante. Ora se confessa dependente de Lettow, ora presta deferência a Glück, da mesma forma que o narrador de AMX se mostra fragmentado, incompleto. Porém, o narrador de AMX parece não revelar mudanças tão significativas já que, desde a breve convivência com Noel na infância, passara a ser satélite do indigenista. Ou seu avesso.

2.1.1 Identidade: um quebra-cabeça incompleto

Zygmunt Bauman (2005, p. 74) concebe a identidade como o eu postulado em uma direção pela qual se empenha, avalia, censura e corrige os seus movimentos. Nesse sentido, a construção da identidade está posta como uma autodeterminação, um esforço, um processo em desenvolvimento, sem se chegar, portanto, a um acabamento.

O autor traça paralelo da elaboração da identidade com a montagem de um quebra-cabeça, fazendo a seguinte observação: o quebra-cabeça que se compra na loja vem com um número delimitado de peças e com a figura final de montagem claramente definida – a tarefa está direcionada para o objetivo. O mesmo não ocorre com a construção da identidade: o ajustamento das peças e a completude do conjunto não estão assegurados desde o início, o indivíduo lança mão das peças disponíveis e vai experimentando rumo aos pontos possíveis – trabalho direcionado para os meios (BAUMAN, 2005, p. 55). Mesmo porque, na modernidade, denominada por ele de modernidade líquida, não há outra opção a se fazer, senão ajustar os fragmentos, indefinidamente. Pondera, também, que “a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas” (BAUMAN, 2005, p. 22).

Por sua vez, o sociólogo Stuart Hall (2014a, p. 9) assevera que a chamada crise de identidade se insere no amplo processo de mudanças que está desarticulando as sociedades modernas e abalando os referenciais dos indivíduos. Hall alerta, inicialmente, para o fato de que o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2014a, p. 9). Assim sendo, não seria possível oferecer afirmações conclusivas. Entretanto, ele acredita que as sociedades modernas, especificamente do final do século XX, estão sendo transformadas por mudanças estruturais, fragmentando paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que tinham dado aos homens “sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2014a, p. 10). Isso acaba por

permutar, também, a ideia de sujeitos integrados, uma vez impactados em suas identidades pessoais.

A descentração do sujeito de si mesmo e do lugar social e cultural no mundo constitui, para esse autor, a chamada crise de identidade. Citando o crítico cultural Kobena Mercer, Hall (2014a, p. 10) pondera que a identidade se torna uma questão somente quando a dúvida e a incerteza instalam a percepção do deslocamento ou fragmentação de uma identidade, até então suposta como fixa, coerente e estável. E é isso que ocorre com as personagens sobre as quais lançamos nosso olhar.

Pautando-se pela realidade do descentramento, Hall mapeia as três concepções de identidade que resultaram na crise identitária do sujeito pós-moderno. A primeira diz respeito à identidade do sujeito do Iluminismo, concebido como um indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de ação. Essa identidade tinha origem com o nascimento do sujeito e se desenvolvia ao longo da vida, porém a essência permanecia a mesma, consistindo em um núcleo interior. O sociólogo destaca se tratar de uma concepção individualista da identidade do sujeito, normalmente masculino (HALL, 2014a, p. 11). Esse pensamento, apesar de parecer localizado em tempo distante, está ainda arraigado em concepções recentes. Quantos de nós, principalmente oriundos do meio rural, ouvimos de nossos avós o ditado “pau que nasce torto até as cinzas são tortas”. Esse pensamento parece indicativo de uma compreensão de homem essencialmente integrado, imutável.

A segunda concepção, presente no mundo moderno, trata daquela identidade do sujeito sociológico, sem autonomia interior e estruturado pelas relações com os outros. Ainda manteria o seu núcleo, porém sofrendo as modificações advindas das interações. Esse sujeito delegaria às pessoas importantes para ele a mediação dos valores, dos sentidos e dos símbolos, ou seja, da cultura. Isso resultaria em estabilidade tanto para os mundos culturais por ele habitado, quanto para si, “tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis” (HALL, 2014a, p. 11). A identidade pessoal estaria projetada na identidade cultural, inexistindo a distinção entre o mundo pessoal e o mundo público. O “eu” seria, portanto, sua identidade cultural, pois internalizaria seus significados e valores, tornando-os parte de si. Isso equipararia os sentimentos subjetivos aos lugares objetivos ocupados no mundo social e cultural. Assim, podemos pensar que as profissões seriam o elemento definidor dessa forma definidora de identidade, que, obviamente, continuaria a ser primordialmente masculino.

Como terceira concepção, aparece a identidade do sujeito pós-moderno que se caracteriza pela ausência de uma identidade fixa, essencial ou permanente, pois que “formada

e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2014a, p. 11-12). É, portanto, definida “historicamente e não biologicamente” (HALL, 2014a, p. 12). Isso resulta, segundo ele, nas diferentes identidades assumidas pelo sujeito em momentos distintos, tendo em vista que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2014a, p. 12). Esse é o sujeito característico do mundo globalizado.

Dialogando com os textos ficcionais, em AMX, percebemos um narrador que transpõe identidades contraditórias. Em determinado momento, confessa sua identificação psicológica com os povos originários, como no caso de uma suposta antropofagia:

Porque no fundo eu, judeuzinho russo, tinha afinidades com os índios antropófagos. [...]. O que era eu, doutor, senão um canibal em potencial, capaz de devorar, ainda que metaforicamente, as pessoas a meu redor? [...]. Pobre mamãe. Mal sabia que tinha um selvagem por perto. Um selvagem capaz de apavorar até mesmo o manso jesuíta José de Anchieta. (SCLIAR, 1997, p. 69).

Em outras passagens, ele explicita a total incapacidade de se identificar com os nativos, mesmo por meio da leitura, seu passatempo e meio de (in)formação:

[...] acaso tais livros falavam em índios, e muitas vezes falavam em índios, eu lia o que ali estava escrito, mas recusava as imagens que as palavras evocavam, **recusava-me a ver os índios**, mesmo em fotos, mesmo em imaginação – **eu não tinha nada a ver com índios**. (SCLIAR, 1997, p. 103, grifos nossos).

Já em OOH, os dois narradores operam como em um jogo de esconde-esconde das identidades das personagens. Elas vão se deixando ver a partir dos olhares dos outros. O primeiro narrador se apresenta com outra personalidade, Henry Miller/Hans Mahrenholz. Além dele, as personagens mulheres são igualmente dúbias e suas identidades são desconstruídas uma após outra. Natalie Korenico/Peggy Korenico Foster; Valerie Neuzil – musa de Klimt e amante do pintor austríaco Egon Schiele/Wally¹³; Florence Greeff/Florence de la Rey – seria filha de Koos de la Rey, general que atuou na 2ª guerra anglo-boer, juntamente com Paul Kruger. Também outras figuras históricas foram trabalhadas ficcionalmente, como a pintora francesa Suzanne Valadon (pintora e modelo de Renoir e

¹³ Ver *Retrato de Wally* – pintura a óleo do pintor austríaco Egon Schiele de Walburga, datada de 1912. Objeto de disputa judicial, a obra foi retida nos EUA em 1997 e retornou ao museu de Viena, Áustria, em agosto de 2010 (FRANCE PRESSE, 2010).

Degas e mãe do também pintor Maurice Utrillo), para quem Wally, na ficção, teria trabalhado.

A seu turno, o coronel Sebastian Glück, personagem fundamental na narrativa, ao lado do general Lettow Vorbek (em torno de ambos que Hans gravita), é apresentado por meio de versões relatadas por diversos personagens. O major Matthaus revela sua versão a Hans:

Contou-me que Glück era filho de pai eslavo e mãe húngara, ou talvez mesmo italiana, e que na juventude por algum motivo que desconhecia – e que de resto não era importante para o caso – se mudara para São Petersburgo, onde teve uma existência marginal ligada às drogas, ao pequeno roubo e à gestão de relações e influências no submundo daquela cidade. (COELHO, 2010, p. 159).

Após várias peripécias e de ter sido condenado à morte, o coronel teria fugido, atravessado a Romênia, embarcado em um veleiro inglês rumo à Cidade do Cabo, onde viveria alguns anos antes de se alistar nas forças alemãs. Indagado pelo narrador como o major havia tido acesso a essas informações, este assevera que teria ouvido a história “por mero acaso em Viena, da boca de um diplomata, à época adido na corte do czar” (COELHO, 2010, p. 162).

O médico particular do general Lettow apresenta versão aproximada, porém discordante em alguns detalhes. Na versão de Gasparini, Glück teria nascido em Trieste, filho de pai judeu esloveno de Capodistria e de mãe italiana. Abandonado pela mãe, com quinze anos vai para São Petesburgo atrás de um meio irmão. Lá, envolveu-se com política e teve que fugir de volta para Trieste, onde também se juntou à marginalidade. Aí teria fundado

[...] obscura seita que deambulava pelas noites de Trieste incendiando casas de chá e tipografias, cometendo toda a espécie de felonias. [...] Foi precisamente na sequência de um desses episódios, de que resultou a morte de um político local e da sua amante às mãos do grupo, que Glück procurado pela polícia, foi obrigado a deixar Trieste clandestinamente. (COELHO, 2010, p. 218).

A partir de então, a história ganha contornos mirabolantes, com Glück reaparecendo três anos depois, em 1909, “como uma espécie de assessor de Sayid Maxamed Cabdulle Xasan¹⁴, o *mullah* dos dervixes revoltosos que combatiam as forças europeias” (COELHO,

¹⁴ Mohammed Abdullah Hassan, Xasan foi um “líder religioso e nacionalista somali (chamado o “Mad Mullah” pelos britânicos) que durante 20 anos liderou a resistência armada às forças coloniais britânicas, italianas e etíopes na Somalilândia. Por causa de sua resistência ativa aos britânicos e sua visão de uma Somália unida em uma irmandade muçulmana que transcende as divisões de clãs, Sayyid Maxamed é visto como um precursor do moderno nacionalismo somali” (tradução nossa). No original: “*Somali religious and nationalist leader (called the “Mad Mullah” by the British) who for 20 years led armed resistance to the British, Italian, and Ethiopian*

2010, p. 219). Após vitórias e fracassos em face do *King's African Rifles*, Glück caiu em desgraça junto ao líder e foi preso em Dawaad, penalizado com a tarefa de fabricar espingardas e munições. Aproveitando-se de um descuido da guarda, “Glück e os outros estrangeiros [dentre os quais Gasparini] desceram a muralha por uma corda, saltaram para cima de alguns cavalos e espantaram os restantes, partindo à desfilada rumo ao sul” (COELHO, 2010, p. 225-226).

Em seguida, aparece a versão contada pelos soldados africanos, ouvida de forma também desprezível, quando os mesmos discutiam displicentemente, no meio da noite, em uma roda de conversa. Nessa discussão, é atribuída uma origem africana ao coronel:

Falavam de Glück. Um deles asseverava que a obsessão de Glück pelo sul se devia ao facto de ser oriundo de uma região da margem sul do rio Zambeze, a não mais que uma ou duas semanas de distância de Namacurra. Nascera ali, fruto de uma noite de amor entre uma branca que por lá passara e um mestiço goês muito influente, por o apoiar um cortejo de espíritos poderosos. (COELHO, 2010, p. 306).

Mais adiante, Hans recolhe a versão de João Santana da Cruz, o Motontora, africano auxiliar de cozinheiro do exército alemão, que logo descobre ser irmão de Glück. Segundo ele, o coronel era filho de um indivíduo a quem chamavam Bonga, cujo nome verdadeiro era António Vicente da Cruz. Este, de carácter duvidoso e, sob negociatas, construiu um reinado, mas

[...] passou a tratar o seu reino como se fosse terra inimiga, sem a preocupação de repor o que dela tirava: matava os elefantes para lhes tirar o marfim, queimava árvores milenares que o impediam de ver aproximar-se as canhoneiras que subiam o rio, vendia o povo às caravanas dos comerciantes de Zanzibar como se não fosse mais que gado, eliminava súbditos fiéis por dá cá aquela palha. (COELHO, 2010, p. 311).

Há ainda uma outra versão apresentada por Albasini, segundo a qual Glück teria se dirigido à sede do jornal e se apresentado como militante da Liga Socialista Internacional, tendo sido enviado pelo sindicalista Gordon Lee, de Durban: “afirmava-se responsável pela secção dos trabalhadores de cor: indianos, mulatos e negros. Dizia-se influenciado pelas ideias de Gokhale e Mahatma Ghandi.” (COELHO, 2010, p. 378).

Glück encarna, portanto, aquilo que Hall denomina “pluralização de identidades” (HALL, 2014a, p. 14). Dentre tantas versões apontadas para a origem de Glück, o leitor é levado, artificialmente, a aceitar a ambiguidade da personalidade do coronel, conforme a sagacidade do narrador-personagem em construir tantas versões para, talvez, justificar a volubilidade da adesão ao coronel de caráter duvidoso.

Vale ressaltar que, sobre a identidade do general alemão Paul Emil Lettow-Vorbeck, personalidade histórica, há apenas uma única versão, a qual coincide com a biografia encontrada nos livros de história – salvaguardado o acometimento da malária sofrida por Lettow na ficção, o que leva o narrador a contemplar a sua fragilidade humana. Habilmente, esse narrador utiliza desse expediente para, a partir de então, reforçar a inclinação por adotar Glück como referência.

João Albasini, outra personalidade histórica, embora menos enfaticamente que Glück, aparece marcado, também, pelo conflito identitário. Ele transita entre as culturas do colonizador e sua cultura de origem e assina os editoriais do jornal com três nomes diferentes, dependendo do assunto e público a atingir. Ele mesmo se indaga: “Que dizer de todas estas suas *personae*? Não farão elas parte do jogo de ambiguidades com que se constrói a si próprio?” (COELHO, 2010, p. 382).

Logo, nota-se coerência com a argumentação de Hall de que a ideia de uma identidade fixa, originada no nascimento e finda com a morte do sujeito, é ilusória, dado que

[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. (HALL, 2014a, p. 12).

O narrador-protagonista do texto moçambicano enfatiza a fragmentação da sua identidade. Decorrido algum tempo do início da guerra, durante o deslocamento da coluna militar, ele reflete acerca desse descentramento e patenteia a

[...] estranha condição a de nós todos, feitos de duas metades, uma que é pública e outra que é muito difícil definir. A primeira vive conosco o tempo todo, está por assim dizer em vigor no confronto com os outros, e também, atrevo-me a dizê-lo, no confronto conosco próprios; é essa metade que nos protege. Mas eis que irrompe a outra, cujos contornos nem nós conhecemos bem, uma espécie de reflexo negro, um negativo clandestinamente alojado em nosso interior que, aproveitando-se do caos gerado (no caso, por obra da doença de Lettow), resolve vir à superfície espreitar sem que a nossa vigilância – laboriosamente construída ao longo do tempo, ao longo de toda uma carreira – possa fazer qualquer coisa para o impedir. (COELHO, 2010, p. 212).

O longo excerto nos permite compreender que tais reflexões do narrador vão ao encontro da argumentação do sociólogo jamaicano quando postula que o sujeito está se tornando fragmentado, composto de várias identidades que podem ser contraditórias ou não resolvidas (HALL, 2014a, p. 11). Tanto Bauman (2005) quanto Hall (2014a) advogam a crise daquela identidade integral, originária e unificada. Quais seriam, contudo, os eventos que pautaram o desenvolvimento da noção de identidade para que culminasse na referida crise?

Hall comenta os cinco marcos na teoria social e nas ciências humanas que impactaram o descentramento final do sujeito cartesiano ou iluminista. Segundo ele, a primeira descentração refere-se ao pensamento marxista elaborado no século XIX e reinterpretado no século XX. Marx, ao afirmar que “os homens fazem a história, mas somente sob as condições que lhe são dadas”, teria deslocado a ideia de essência interior universal do homem, uma vez que sua ação fica condicionada ao momento histórico e às ações das gerações anteriores (HALL, 2014a, p. 22).

Como segundo marco, o pensador destaca a teoria do inconsciente de Freud, estudada depois por Lacan, segundo a qual a constituição de nossa identidade, sexualidade e estrutura de nossos desejos ocorre a partir de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, em contraposição ao “sujeito cognoscente e racional” de Descartes, dotado de uma identidade fixa e unificada. Eis que “assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2014a, p. 24).

O terceiro descentramento teria advindo do trabalho do linguista estruturalista Ferdinand de Saussure, seguido por Derrida, com a compreensão de que o Homem não é o autor das afirmações e dos significados expressos por meio da língua, mas sim a língua é utilizada e os sentidos são construídos no “interior das regras da língua e dos sistemas de significado” da própria cultura. Isso quer dizer que “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2014a, p. 26). Surgem, então, significados novos que subverterão as tentativas de criar mundos fixos e estáveis.

Hall destaca, ainda, a contribuição do filósofo e historiador francês Michel Foucault, com o quarto marco, ao postular o papel do poder disciplinar na sociedade. Ao se realizar a vigilância dos indivíduos objetivando o domínio do denominado corpo dócil, contribui-se fortemente para o isolamento do sujeito. Hall observa que

[...] não é necessário aceitar cada detalhe da descrição que Foucault faz do caráter abrangente dos “regimes disciplinares” do poder administrativo moderno para compreender o paradoxo de que, quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual. (HALL, 2014a, p. 27).

Por fim, para Hall, o feminismo representa o quinto marco a colaborar para o descentramento do sujeito cartesiano, ao possibilitar o nascimento histórico de uma política de identidade. Ao englobar outros novos movimentos sociais – “o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e às lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas e assim por diante” (HALL, 2014a, p. 27) – e dado que cada um deles reivindicava a identidade social de seus postulantes, o feminismo questionou fortemente a noção de identidade unificada.

Tais descentramentos, enfim, impactaram sobremaneira na forma como o sujeito e a identidade são definidos na denominada modernidade tardia, afiança Hall. E é este sujeito descentrado que tanto Scliar quanto Coelho colocam em cena.

2.1.2 As identidades nacionais/culturais

Bauman aponta que a identidade nacional tem sua razão de ser na necessidade de o Estado traçar fronteira entre o “nós” e o “eles”. Para conseguir o monopólio desse agenciamento, “os Estados tentaram assumir a incontestável posição de supremas cortes, passando sentenças vinculantes e sem apelação sobre as reivindicações de identidades litigantes” (BAUMAN, 2005, p. 28).

Nesse sentido, o Estado não permitiria competições de identidades consideradas opositoras e, portanto, calaria as identidades menores em nome daquela unidade certificada pelo Estado. Ele destaca que “a identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir (fosse em princípio ou ocasionalmente) com a irrestrita prioridade da lealdade nacional” (BAUMAN, 2005, p. 28). Dessa forma, “uma identidade não certificada [pelo Estado] era uma fraude. Seu portador, um impostor – um vigarista” (BAUMAN, 2005, p. 28).

Esse sociólogo assegura que a nação foi uma convenção construída com dificuldade, sendo uma “entidade imaginada, [assim como concebida por Benedict Anderson (2008)], que só poderia ingressar na *Lebenswelt* [mundo vivido] se fosse mediada pelo artifício de um conceito” (BAUMAN, 2005, p. 29). Para ele, a aparência de naturalidade bem como a

credibilidade do pertencimento declarado são produtos de antigas e contínuas batalhas. A identidade, então, apresenta-se como um objetivo em constante construção. Bauman assevera que ela é

[...] uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tende a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 22).

Estudada por Hall (2014a, p. 29) como identidade cultural, tendo em vista que esta tem nas culturas nacionais uma de suas principais fontes, essa identidade – apesar de a nacionalidade não estar expressa nos genes de cada sujeito – dá a ideia de fazer parte da essência do indivíduo. Por essa razão, cada um se identifica com sua nacionalidade, seja ela qual for.

Esta identidade diferencia-se, pelo pertencimento, como um modo de vida, em oposição a outra forma de Outro, ou seja, constrói-se na alteridade. Para esse autor, ela se configura a partir da representação: “na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2014a, p. 30).

O supracitado autor argumenta que

[...] a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da **ideia** da nação tal como representada em sua cultura nacional. (HALL, 2014a, p. 30, grifo do autor).

Com tais conceitos em vista, convocando as duas narrativas em análise, percebemos que o narrador-protagonista do texto moçambicano está impregnado pela ideia de pertencimento à imperialista nação alemã, ciente do seu poderio e imbuído do desejo de preservação e ampliação de seus territórios. Ele parece não se impactar com as diferenças culturais. Lança um olhar superficial sobre os diferentes, ressaltando aspectos negativos, tais como a “ferocidade” dos *askaris* (africanos que serviam no exército alemão) e a possível falta de lealdade dos carregadores e pisteiros, compostos por nativos.

É imbuído dessa visão que Hans narra o primeiro combate testemunhado, a batalha travada em Ngomano, ocorrida a 24 de novembro de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, entre o exército alemão e as forças portuguesas, na aldeia localizada ao norte de

Moçambique na província de Cabo Delgado, fronteira com a Tanzânia, confluência dos rios Rovuma e Lugenda. Ali o exército alemão saiu vitorioso. Ele observa que

[...] sobressaíam, neste aspecto, os *askaris*, que avançavam aos gritos, largando capins, perseguindo de facão na mão o inimigo apavorado como se tivessem uma sede urgente de algo que estivesse escondido dentro dele. Uma sede urgente e infinita. [...] Eu, Deus me perdoasse!, não consegui deixar de me perguntar como seria no dia em que essa crueza tão espontânea dos *askaris* se virasse contra nós! (COELHO, 2010, p. 75).

Em relação ao nativo africano e sua participação nos exércitos coloniais durante a Primeira Guerra Mundial, o historiador congolês Elikia M'Bokolo (2011), em *África Negra – história e civilizações* (Tomo II), assegura que a África foi sensivelmente afetada, porque teve que dispor de homens e fornecer material, além de receber combates no seu solo. Segundo este historiador, a participação dos nativos nos respectivos exércitos europeus tivera início com o ingresso de militares e civis em tarefas de apoio, como o transporte. Todavia, nas primeiras décadas do Século XX, estabeleceu-se intenso debate em torno dos chamados exércitos negros. O referido historiador congolês esclarece que

[...] desde há várias décadas, os europeus tinham recrutado e instalado tropas “indígenas”, mais ou menos numerosas, equipadas e treinadas para o combate de tipo moderno. Mas até então, tais tropas tinham ficado confinadas à sua função original: ser instrumentos da conquista colonial e da manutenção da ordem. (M'BOKOLO, 2011, p. 428-429).

Com a iminência do recrudescimento dos conflitos, as potências coloniais começaram a discutir a possibilidade de ampliar o papel dessas forças. Já em 1902, a França havia decidido criar “reservas indígenas” com a missão de formar uma força militar para complementação do exército francês em caso de guerra e/ou ameaça de exércitos estrangeiros (M'BOKOLO, 2011, p. 429).

Entretanto, esse historiador ressalta que não se tratava apenas desse projeto, pois outros argumentos se mesclavam ao intuito de reforçar os exércitos para expandir os domínios e realizar a defesa, conforme explicitaram, sem subterfúgios, algumas autoridades e pensadores da época. Segundo ele,

[...] para alguns, os “indígenas” podiam constituir uma excelente bucha de canhão que serviria de tampão e permitiria preservar a vida dos soldados brancos; era o que o escritor francês Pierre Massé assinalava claramente quando, em 1915, declarava que mais valia despovoar as colônias do que despovoar a França. (M'BOKOLO, 2011, p. 429).

O supracitado historiador congolês cita também a afirmativa do coronel francês Charles Manguin de que as características dos povos africanos, tais como a selvageria, a resistência e a impetuosidade seriam atributos ideais para repelir os inimigos. Portanto, as tropas negras teriam

[...] precisamente as qualidades requeridas pelos longos combates da guerra moderna: a rusticidade, a resistência, a tenacidade, o instinto do combate, a ausência de nervosidade e uma incomparável força de choque. A sua chegada ao campo de batalha produzirá no adversário um efeito moral considerável. (MANGUIN *apud* M'BOKOLO, 2011, p. 429).

Ainda na França, no ano de 1910, o relator do orçamento das colônias, Adolphe Messimy, conforme nos relata o historiador congolês, teria afirmado: “a África custou-nos montanhas de ouro, milhares de soldados e rios de sangue. O ouro, não pensamos reclamar-lho. Mas os homens e o sangue, tem de no-los pagar com juros” (MESSIMY *apud* M'BOKOLO, 2011, p. 430).

Conforme o referido autor, a constituição desses exércitos não ocorreu de forma homogênea. Nas colônias francesas da África, o quantitativo alcançara um total de 63.000 homens no ano de 1918. Os britânicos, que a princípio eram contrários ao recrutamento, mudaram de posição em 1915, quando um decreto tornou obrigatório o recrutamento. Em 1916, “as forças britânicas na África Oriental eram compostas por 56.761 soldados, [...] 932.761 homens encarregados da logística, 691.278 dos quais carregadores” (M'BOKOLO, 2011, p. 431). Já a Alemanha possuía tropas pouco numerosas, enquanto a Bélgica reforçou o seu exército apenas com autóctones brancos, a fim de evitar que os negros aprendessem a manejar armas e para obstar, também, a mistura de raças e a consequente queda da chamada barreira da cor.

Em OOH, a tropa alemã sob comando de Lettow – ao chegar à localidade de Ngomano, onde se travou a batalha de mesmo nome em 25 de novembro de 1917 (primeiro combate testemunhado pelo narrador) – era composta por cerca de 200 a 300 alemães, em torno de dois mil *askaris* (soldados negros/nativos a serviço do exército alemão) e uns três mil carregadores negros, segundo descrição:

Estacionámos ao cair da noite, com ordens de manter silêncio e evitar as fogueiras. Lembro-me como estranhei que aquela multidão – de duas ou três centenas de europeus, dois milhares de *askaris* e outro tanto de carregadores – pudesse exalar um tal silêncio. (BORGES, 2010, p. 70).

De acordo com M'Bokolo (2011), embora houvesse o uso da persuasão e da violência, com a utilização, inclusive, da “caça ao homem”, vários recrutas forçados e voluntários esperavam reconhecimento e promoção social, benefícios que raramente ocorriam. Com efeito, na maioria das vezes, houve resistência ao recrutamento, com utilização de estratégias variadas, tais como

[...] recusa de comparecimento; apresentação pelos aldeões de doentes, aleijados e velhos, inaptos para o serviço (a proporção de “inaptos” atingia por vezes 90% das pessoas apresentadas); fuga dos jovens e, por vezes, de populações inteiras, que desertavam as suas aldeias e escapavam para o mato ou para as colônias vizinhas; automutilações; ataques dos campos de treinamento para libertar os conscritos; deserções em massa. (M'BOKOLO, 2011, p. 433).

Sobre os carregadores de víveres que compunham o recurso humano indispensável aos exércitos que lutaram na Primeira Guerra na África, o jornalista português Manuel de Carvalho, em seu livro-reportagem *A guerra que Portugal quis esquecer* (2015), ao relatar as memórias dos soldados portugueses que participaram da catastrófica campanha, menciona o depoimento do sargento Cardoso Mirão, que fez parte da expedição de 1917 a Moçambique. Afirma este: “Não são homens porque não têm nome; também não são soldados porque não têm número. Não se chamam, contam-se. Formam-se a varapau, põe-se-lhes uma carga à cabeça e pronto” (CARVALHO, 2015, p. 242).

A citação nos remete, por conseguinte, à discussão engendrada por Bauman (2005, p. 46) quando assegura que “o significado da ‘identidade da subclasse’ é a ausência de identidade, a abolição ou negação da individualidade, do ‘rostro’ – esse objeto do dever ético e da preocupação moral”.

Aqueles homens, quando acometidos pela malária “que roía o contingente ao ritmo de meia dúzia de homens por dia, sobretudo carregadores, por serem em regra mais franzinos e obrigados a esforços suplementares” (COELHO, 2010, p. 118) eram abandonados à própria sorte. Invariavelmente, morriam sozinhos ou acompanhados por alguma *bibi*¹⁵ solidária, “além disso não era prática usar-se com eles o quinino, que, por ser escasso, estava reservado aos europeus” (COELHO, 2010, p. 118).

¹⁵ Companheira, acompanhante.

Vale ressaltar, conforme as ponderações anteriores, os variados olhares sobre os africanos participantes dos exércitos em guerra nas/pelas colônias. Tais olhares são representativos da visão de mundo do narrador-protagonista de OOH.

Por sua vez, o narrador do texto de AMX, também estrangeiro, demonstra um olhar atravessado pelas diferenças culturais e confessa certa identificação com os nativos brasileiros, objeto da atenção do indigenista Noel Nutels. Porém, deixa transparecer, outrossim, uma nuance negativa:

[...] porque no fundo eu, judeuzinho russo, tinha afinidades com os índios antropófagos. Eu não tinha vindo, como eles, pelo estreito de Bering, tinha vindo com o Madeira, mas havia uma certa identificação, se não atávica, pelo menos psicológica. (SCLIAR, 1997, p. 69).

Indiscutivelmente, percebe-se a correspondência entre a questão histórica do judeu na primeira metade do século XX com a situação do indígena no Brasil. Moacyr Scliar faz referência à longa história da diáspora dos grupos étnicos bem demarcados: a perseguição aos judeus e aos povos originários. Há uma correlação no processo de extermínio. A assertiva da filha única de Noel Nutels, Bertha Nutels¹⁶, em matéria do jornal O Globo, por ocasião do centenário de vida do sanitarista, corrobora a premissa: “meu pai fazia a comparação do índio brasileiro com o judeu. A comunidade judaica existe até hoje porque soube preservar sua cultura. O índio não conseguiu fazê-lo [...]. Um povo sem cultura é marginalizado.”

De acordo com Leopoldo de Oliveira (2006, p. 145), em sua tese de doutorado intitulada *A estranha nação de Moacyr Scliar: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros*, a discussão acerca da identidade indígena, em AMX, para além de se apresentar como denúncia à extinção dessa identidade étnica, é oportuna para a inserção de outras identidades étnicas na cultura nacional – tida como hegemônica –, oportunizando, portanto, a efetivação do multiculturalismo no Brasil. Nesse sentido, o referido pesquisador destaca a tentativa de criação, por Moacyr Scliar, de um imaginário judaico no Brasil, ao se utilizar da substituição de lugares judaicos clássicos e lhes empregar múltiplos sentidos, alcançando níveis de aproximação entre grupos diversos. Essa estratégia de aproximação de situações e condições se dá por meio dos deslocamentos, das confluências, das contradições, das comparações e misturas, aprioristicamente, incomparáveis e inassimiláveis. Ocorre que o referido autor de AMX consegue retomar criticamente temáticas

¹⁶ “Centenário de Noel Nutels, o médico dos índios, é esquecido”. O Globo, dia 27/04/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/historia/centenario-de-noel-nutels-medico-dos-indios-esquecido-8226656>.

da teoria histórica da origem asiática, ao examinar o autoctonismo e o telurismo dos povos indígenas, não mais vistos como descendentes dos antigos hebreus.

Não obstante o fascínio por Noel Nutels, parece faltar ao narrador a coragem para se movimentar em direção àquilo que ele admira no amigo, sua energia em atuar em defesa dos autóctones, ou sua sensibilidade e capacidade de percepção do outro, ou seja, de empatia. Noel sente-se irmanado ao nativo. Nesse contraponto, ele confia:

[...] Eu, o covarde, imóvel; Noel, o corajoso, em movimento. [...] O Noel não parava quieto: ele ia avançando, embrenhando-se mato adentro, cada vez mais dentro do Brasil, cada vez mais brasileiro, brasileiro como a paca, brasileiro como a onça, brasileiro como o saci. (SCLIAR, 1997, p. 101).

Como se nota, ao passo em que o narrador se afigura em desconforto com sua identidade, ele reconhece a aderência de seu conterrâneo à nacionalidade brasileira. De fato, a naturalização de Noel ocorreu em 1938¹⁷ e esse fato também é contemplado pelo narrador:

Formado em medicina, o Noel veio para o Rio em 1937, (...). Conseguiu com um amigo um emprego no Ministério do Trabalho. Na hora de assinar a papelada, descobriram que não era brasileiro, precisa se naturalizar. Esse processo demorou um ano, doutor. Era a época da ditadura de Getúlio, essas coisas seguiam trâmites misteriosos [...]. (SCLIAR, 1997, p. 85-86).

Todavia, conforme alerta Bauman (2005), a ideia de pertencimento e de identidade não pode ser entendida como coisa dada e acabada. Não seria o reconhecimento oficial que caracterizaria Noel Nutels como brasileiro, mas sua conexão e adesão ao modo de vida de nosso país. Estava de tal modo identificado com o Brasil, que afirma a um jornalista, mesmo antes de ter sua brasilidade sancionada oficialmente:

Não sou mais judeu russo da Ucrânia, filho de judeus russos da Ucrânia. Sou é mulato sarará e dos bons. Cabeça-chata, cabra safado. E aqui estou, brasileirinho da Silva, nordestino de papo-amarelo – documento da força de absorção desta terra selvagem. Com meu canudo de doutor, minhas marcazinhas de sífilis, aspirante a um emprego público, falando (mal) do governo. (LESSA, 2013, p. 82-83).

Nesse sentido, Hall (2013, p. 29), refletindo acerca da migração caribenha para a Grã-Bretanha no pós-guerra, assevera que “na situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas”. Isso porque, conforme discute, os elos de origem acabam perturbados pelas experiências diaspóricas. Ele conclui então que “esta é a sensação familiar e profundamente

¹⁷ Conforme Lessa (2013), Getúlio Vargas assinara o decreto de naturalização em 8 de maio de 1938.

moderna de deslocamento, a qual – parece cada vez mais – não precisamos viajar muito longe para experimentar.”.

Segundo Bauman, essas duas categorias, pertencimento e identidade, são “bastante negociáveis e revogáveis, e [...] as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Vinculada à ideia de identidade está a categoria nação. No capítulo dedicado a discutir esta instância, Hall postula que as representações e símbolos, juntamente com as instituições culturais compõem as culturas nacionais, e que estas, “ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.” (HALL, 2014a, p. 31).

Concordando com Benedict Anderson (2008), que publicou em 1983 sua obra *Comunidades imaginadas*, Hall sustenta que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, porque os sentidos produzidos “estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALLa, 2014, p. 31). Anderson concebe comunidade imaginada a partir da premissa de que os membros de uma nação não conhecerão seus companheiros, não os ouvirão falar, tampouco se encontrarão, porém, têm em mente (imaginam) a viva comunhão entre si. Dessa forma, ele propõe a definição de nação como “comunidade imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32).

A fim de facilitar a compreensão de como as narrativas sobre as nações são discursivamente fabricadas, Hall (2014a) elenca cinco elementos principais. Em primeiro lugar, destaca a existência de uma narrativa da nação, ou seja, uma história contada e recontada nas várias modalidades de discurso – histórico, literário, popular e midiático, que fornecem elementos representativos das experiências partilhadas pelos membros dessa comunidade. Por meio dessa narrativa, o sujeito e o destino nacional são articulados. Ele retoma o conceito de comunidades imaginadas formulado por Benedict Anderson (2008). Essa narrativa talvez forneça o sentimento de perenidade almejada pelo sujeito, vez que ela “dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte” (HALL, 2014a, p. 31).

Como segundo fundamento, Hall (2014a, p. 33) ressalta a imutabilidade dos traços essenciais do caráter nacional traduzido em uma “ênfase nas origens, na continuidade, na

tradição e na intemporalidade”. Apesar de todas as transformações históricas, esses elementos essenciais continuariam imutáveis. Hall esclarece melhor, lembrando o discurso da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, à época da Guerra das Malvinas, em que lançou mão do argumento de que, apesar de muitas pessoas pensarem que a Inglaterra não seria capaz de repetir os grandes feitos de outrora, elas estavam enganadas. Asseverou ela: “a Grã-Bretanha não mudou” (HALL, 2014a, p. 32).

Isso nos remete para o conceito de “homem cordial” formulado por Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 148), em *Raízes do Brasil*. De acordo com esse conceito, a emotividade representaria um traço definidor do caráter brasileiro. Ele esclarece que qualquer forma de convívio na vida brasileira é definida pela ética de fundo emotivo, sendo de difícil compreensão para os estrangeiros.

Tal pensamento, ainda cultuado pela maioria e colocado em xeque principalmente pelos últimos acontecimentos políticos no Brasil, foi desconstruído pelo sociólogo Jessé Souza, em *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Nessa obra, o autor critica tal conceito, afirmando que aquele autor concebera o “brasileiro pensado genericamente sem distinções de classe enquanto pura negatividade” e acaba mascarando o patrimonialismo brasileiro, o qual entende o Estado como sendo um “alongamento institucionalizado do homem cordial e tão vira-lata quanto ele” (SOUZA, 2017, p. 30).

Nesse aspecto, sem entrar no mérito de ser um conceito positivo ou negativo, como querem os referidos autores, podemos perceber a incorporação desse sentido de brasilidade na vivência de Noel Nutels, tanto na ficção quanto na vida real: extrovertido, bem-humorado, alegre e acolhedor, apaixona-se pelos nativos e trabalha em benefício deles até ao final da vida. O mesmo não ocorre com o narrador, que se mostra introvertido, quase taciturno. Suas emoções são sempre moderadas, quase inexistentes.

Ainda conforme Hall (2014a), a identidade nacional, considerada como primordial, pode ficar latente, mas está sempre pronta para ser despertada. Interessante perceber como isso ocorre com os dois personagens de AMX. O narrador-protagonista percorre uma existência ensimesmado com a questão do pertencimento. Sua origem parece representar um obstáculo interior para a completa aderência ao país escolhido pelos seus genitores para a fixação. Está sempre em interlocução mental com suas recordações, tais como os ataques aos judeus vivenciados pela sua família e a morte prematura do irmão, ainda na Rússia, vitimado pela tuberculose. O mesmo não ocorre com Noel Nutels, pelo contrário. Este parece completamente integrado à nacionalidade brasileira: participa de todos os aspectos da vida nacional, discute os problemas do Brasil e atua por mudanças. Tanto que, quando ainda era

estudante de medicina na cidade de Recife, foi preso pela polícia para investigação, em 1935, por se manifestar contra o governo Vargas,

[...] o delegado que o interrogou ficou assombrado: tinha diante de si um universitário, uma pessoa de respeito, mas que era, ao mesmo tempo, judeu, russo e comunista. Como é que o senhor explica isso?, perguntou. É puro azar, disse Noel, deixando o homem perplexo. (SCLIAR, 1997, p. 98).

A terceira estratégia discursiva utilizada para construção da narrativa de nação, ainda segundo Hall (2014a) – na esteira de Hobsbawm & Ranger –, é a chamada invenção da tradição, que se constitui na repetição de práticas, rituais ou simbólicas, que buscam incutir valores e normas de comportamentos em continuidade com o passado histórico. Tais práticas são reportadas como antigas, todavia podem ser recentes e até inventadas.

O quarto paradigma abordado trata do mito fundacional, entendido como a narrativa da origem da nação, do povo e de seu caráter nacional, localizado num passado distante e perdido em um tempo mítico. Os mitos de origem possibilitam a construção de histórias alternativas para os povos “desprivilegiados” ou para aqueles que vivenciaram as rupturas de colonização (HALL, 2014a).

Por fim, o quinto elemento de construção discursiva de nação se funda na ideia de um povo original, ainda que, como ressalta Hall (2014a, p. 33), “nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo [*folk*] primordial que persiste ou que exercita o poder.” Isso parece evidente em ambas as narrativas analisadas. Tanto os nativos africanos quanto os brasileiros são alijados do poder e são aqueles que sofrem opressão e violências em suas subjetividades, reveladoras das estruturas de poder em ambos os contextos.

Hall observa que o discurso sobre a cultura nacional “constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade” (HALL, 2014a, p. 33). E alerta que essa busca das culturas nacionais pela suposta grandeza de outrora pode “oculta[r] uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente” (HALL, 2014a, p. 32). A nosso ver, o discurso do “*Make America great again*”¹⁸ seria uma versão recente dessa busca.

¹⁸ “Torne a América grande novamente”: *slogan* usado por Donald Trump durante a campanha para a Presidência dos Estados Unidos em 2016. Segundo Lindsay Pérez Huber (2016, p. 223-224, tradução nossa), “Trump não é o primeiro a usar este *slogan* de campanha, embora ele tenha tentado registrá-lo para seu uso

Eric Hobsbawm (1990) também se debruça sobre a questão da formação das nações e dos nacionalismos. Do mesmo modo que Hall, ele afirma que o conceito é relativamente novo e que o sentido da palavra nação ganhou relevância no século XVIII. Para ele, o conceito foi pensado a partir de duas maneiras, ambas insatisfatórias, de se definir a nacionalidade: uma objetiva e outra subjetiva. Em relação à primeira, assegura que

[a]s tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. (HOBBSAWM, 1990, p. 14-15).

Todavia, Hobsbawm desconstrói essa modalidade de pensar a nação, dado que esses chamados critérios objetivos são falhos. Os grupos podem partilhar alguns critérios, dificilmente todos eles, homogeneamente. Além disso, são ambíguos. Nesse sentido, o historiador argumenta com o fato de que “quase toda classificação de alguma comunidade como ‘nação’, com base em tais critérios significativamente objetivos, seria suscetível de objeções semelhantes, a menos que o fato de ser uma ‘nação’ pudesse ser estabelecido em outras bases” (HOBBSAWM, 1990, p. 16).

Já a concepção subjetiva – individual ou coletiva - está vinculada à consciência de seus membros em pertencer à determinada nação, o que, de acordo com esse historiador, também não é satisfatória. Isso porque, conforme adverte,

[...] insistir na consciência ou na escolha como o critério da existência de nações é subordinar sem discernimento os muitos modos pelos quais seres humanos se definem e se redefinem como membros de grupos a uma opção única: a escolha de pertencer a uma “nação” ou a uma “nacionalidade”. (HOBBSAWM, 1990, p. 17).

Ademais, pode levar a extremos de arbitrariedades para criação de uma nação. De toda forma, ele assevera que “na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a ‘nacionalidade’ a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados)” (HOBBSAWM, 1990, p. 17). Por essas razões, Hobsbawm (1990, p. 18) opta, enfim, por operar com a categoria nação

exclusivo. Ronald Reagan também usou o mesmo *slogan* em sua campanha presidencial de 1980”. No original: “*Trump is not the first to use this campaign slogan, although he has attempted to trademark the slogan for his sole use moving forward. Ronald Reagan also used the same slogan in his 1980 presidential campaign*” (HUBER, 2016, p. 223-224).

entendida como “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’”.

Mais significativo para nossa investigação, contudo, é a questão da identidade e diferença no âmbito da cultura nacional e, por isso, retomamos o sociólogo jamaicano. Hall (2014a), convocando o ensaio *Qu'est-ce qu'une nation?*, de 1882, do filósofo francês Ernest Renan, resgata os três elementos que constituiriam o princípio espiritual da unidade de uma nação e que reverberam na “comunidade imaginada”. São eles: a posse em comum de um valioso legado de memórias; o desejo de viver em conjunto; e a vontade de eternizar, de forma una, a herança recebida. A partir desses três conceitos, formula importante questionamento acerca da premissa de a identidade nacional ser uma identidade unificadora, anulando e subordinando a diferença cultural, conforme explicitado pelo filósofo e sociólogo Ernest André Gellner. Este autor defende o impulso de unificação ao declarar que

[...] a cultura é agora o meio partilhado necessário, o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar e sobreviver e produzir. Para uma dada sociedade, ela tem que ser uma atmosfera na qual podem todos respirar, falar e produzir; ela tem que ser, assim, a **mesma** cultura. (GELLNER *apud* HALL, 2014a, p. 35, grifo do autor).

Hall indaga se a identidade nacional seria unificadora ao ponto de anular e subordinar a diferença cultural em vista das distinções em termos de classe, gênero ou raça dos membros de uma nação e argumenta que “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder” (HALL, 2014a, p. 35).

Podemos perceber as marcas dessas estruturas de poder em ambos os textos ficcionais em investigação. Eles explicitam a cultura do menosprezo estrutural aos povos originários e a ânsia de se apoderar de suas terras e riquezas desde os primórdios do “descobrimento” até os dias atuais, quando, no Brasil, se avança sobre os territórios indígenas, duramente demarcados, conforme aponta a luta de Noel Nutels. Bem como o olhar revelador de descaso em relação ao nativo africano, consoante a discussão empreendida por Hall.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Memória e Narrativa no romance A Majestade do Xingu de Moacyr Scliar*, Célia Maria Borges Machado (2006, p. 78) destaca que Moacyr Scliar desenvolve, por meio do narrador de AMX, uma discussão acerca das desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, materializadas na má distribuição de renda e na geografia da fome, em referência a Josué de Castro. Além disso, essas

desigualdades se expressam, também, nas questões étnicas, aproximando o judeu do indígena, seja pela discriminação, seja pela invisibilidade. Nesse sentido, Scliar dá voz aos marginalizados e aos oprimidos, expondo suas realidades excludentes, resultantes, inclusive, da invisibilidade institucionalizada – isto é, da não oitiva pelos representantes oficiais do Estado – e das arbitrariedades e violências perpetradas pelo colonizador europeu face aos povos originários. E, como é sabido, em Moçambique não foi diferente.

Justificando aquele raciocínio, Hall (2014a) evidencia três pontos relevantes. Primeiro, o fato de a maioria das nações modernas serem constituídas de culturas diferentes que foram unificadas à custa de violência, por meio de um prolongado processo de conquista e subjugação de outros povos e suas culturas, costumes, línguas e tradições, fazendo prevalecer uma cultura sobre as demais em nome de uma identidade nacional mais homogênea.

Em segundo lugar, o traço comum de as nações serem compostas por diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero. Desse modo, há um esforço para unificar as classes sociais, os grupos étnicos e gêneros distintos ofertando o pertencimento comum à nação como alternativa de identificação.

Em terceiro – e altamente pertinente para o contexto das narrativas em análise –, o fato de as nações ocidentais modernas terem sido impérios que impuseram hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados (HALL, 2014a, p. 36).

3 CABE MAIS UM: NARRADORES E PERSONAGENS À DERIVA

“O mundo está povoado de meias verdades. A verdade inteira, até dentro de si é difícil de achar”. (COELHO, 2010, p. 171)

3.1 Interlocução necessária: memória, história e literatura

Nota-se um fio importantíssimo com o qual se tece a discussão de formação da nação e da identidade nacional. Trata-se da memória, que está plenamente imbricada nos campos da História e da Literatura. A fim de facilitar a compreensão da ligação estreita entre tais campos e a memória nas narrativas de Scliar e Coelho, utilizaremos as formulações de Jacques Le Goff (2003), Maurice Halbwachs (2003), Joël Candau (2018) e Sandra Jatahy Pesavento (2006a, 2006b, 2007).

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff (2003, p. 11), em *História e memória*, na atualidade reconhece-se o estreito diálogo entre Literatura e História, que têm em comum a história das representações, ligada por sua vez à história do imaginário, “que permite tratar os documentos literário e artístico como plenamente históricos, sob condição de ser respeitada sua especificidade”.

Este autor ressalta o diálogo entre as narrativas literária e histórica, ao declarar a “necessidade do historiador de misturar relato e explicação” que “fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência” (LE GOFF, 2003, p. 12). Embora considere que essa relação tenha se enfraquecido no século XX, em decorrência do “crescimento do tecnicismo da ciência histórica”, não há, segundo ele, como negar a visão do historiador também como um escritor, pois “sempre existirá uma *escritura da história*” (LE GOFF, 2003, p. 12, grifos do autor).

Outrossim, uma das contradições da modernidade, sob a ótica de Le Goff (2003, p. 204), no tocante à dicotomia antigo/moderno, é o seu debruçar sobre o passado, uma vez que

[...] o “moderno”, à beira do abismo do presente, volta-se para o passado. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história. Modernidade e moda retrô caminham lado a lado. Este período, que se diz e quer totalmente novo, deixa-se obcecar pelo passado: memória, história.

O referido historiador lembra que foram os gregos antigos que fizeram da Memória uma deusa, denominada *Mnemosine*, mãe das nove musas filhas de Zeus, dentre as quais Clio (história). Logo, a história é filha da memória de acordo com essa construção mítica (LE GOFF, 2003, p. 433).

Explica esse autor que a memória,

como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2003, p. 419).

Ele aponta, dessa forma, a memória como um fenômeno individual e psicológico e vinculada à vida social. A memória se constitui em objeto de atenção do Estado, que, visando à preservação dos traços de um acontecimento do passado, faz escrever a história e acumular objetos – constrói tipos diversos de documento/monumento. Para Le Goff (2003, p. 419), a apreensão da memória depende do ambiente sociopolítico, porque “trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos [...] que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo”.

Assevera o historiador francês que a memória é um componente essencial da identidade individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades atuais. A memória coletiva é, para ele, além de uma conquista, um instrumento e um objeto de poder; é o que dá consistência e sentido ao tempo, indiferente da época ou do local onde se vive.

Discorrendo sobre os desenvolvimentos contemporâneos da memória, Le Goff (2003) destaca a revolução desta com o extraordinário advento da memória eletrônica, que se distingue da memória humana pela grande estabilidade, um pouco semelhante ao tipo de memória que representa o livro, mas combinada com uma incrível facilidade de evocação. Segundo ele, em se tratando da memória social, as convulsões sociais do século XX foram preparadas pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura. O historiador francês lembra que, com Henri Bergson e seu livro *Matéria e memória* (*Matière et mémoire*), publicado em 1896, no qual formula a tese da inadequabilidade da linguagem para exprimir o real/ser, descobre-se,

[...] sob uma memória superficial, anônima, assimilável ao hábito, uma memória pessoal, “pura”, que não é analisável em termos de “coisas”, mas de “progresso”. Esta teoria que realça os laços da memória com o espírito, senão com a alma, tem uma grande influência na literatura. (LE GOFF, 2003, p. 465).

Tal concepção marcaria o ciclo narrativo de Marcel Proust, materializado nos sete volumes de *Em busca do tempo perdido*, publicados entre 1913 e 1927. Para Le Goff (2003,

p. 465), com Proust, “nasceu uma nova memória romanesca, a recolocar na cadeia ‘mito-história-romance’”.

Nessa perspectiva, o presente define o que será trazido do passado e como essa lembrança será trabalhada no presente daquele que lembra. Esta concepção remete para as escolhas de Moacyr Scliar e João Paulo Borges Coelho, os quais, na última década do século XX e na primeira do século XXI, respectivamente, selecionam a matéria histórica a ser (re)elaborada ficcionalmente. O inominado narrador de AMX resgata as memórias individuais e também coletivas tanto da Rússia quanto do Brasil do século XX. Recupera, assim, um período em torno de sessenta anos anteriores a 1974, ano da morte do indigenista Noel Nutels, personagem do romance. Contempla, portanto, o período do Estado Novo e os anos de ditadura militar em nosso país.

Da mesma forma, os narradores de OOH realizam exercício semelhante. Enquanto o narrador de primeira pessoa retoma as lembranças dos eventos ocorridos em território africano no âmbito da campanha alemã na Primeira Guerra Mundial, sob o comando do general Lettow Vorbeck, o narrador de terceira pessoa resgata a memória coletiva de Moçambique, principalmente por meio dos editoriais do jornalista João Albasini, que compõem parte da narrativa. Portanto, os autores recuperaram eventos da memória coletiva dos dois países para, reconfigurando-os, (re)criarem artisticamente as narrativas dessas memórias.

Em se tratando da categoria memória, torna-se indispensável a contribuição do sociólogo Maurice Halbwachs (2003), que elaborou uma interpretação abrangente das relações entre memória e sociedade. A essência do pensamento desse autor reside na afirmação de que a memória individual se apoia na memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Assim sendo, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p. 69). Por conseguinte, “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 2003, p. 72), tendo em vista que essas são inteiramente pessoais.

Nessa linha de raciocínio, o autor assegura que a memória coletiva se distingue da história em pelo menos dois aspectos. Primeiro, pela continuidade, visto que a aquela “é uma corrente de pensamento contínuo [...] pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 2003, p. 102). Já a história, obedecendo a uma necessidade didática de esquematização, “divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuímos a matéria de uma tragédia em muitos atos” (HALBWACHS, 2003, p. 102).

O segundo ponto de diferenciação se dá pela oposição singular/plural, eis que existe uma história e muitas memórias coletivas: “a história é uma e se pode dizer que só existe uma história” (HALBWACHS, 2003, p. 105). Embora existam histórias de cada país, elas afluem para o oceano do mundo histórico. Diversamente, não se poderia dizer que exista uma memória universal: “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2003, p.106) e não se poderia reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, recolhidos da memória dos grupos que armazenaram tais lembranças.

Halbwachs (2003, p. 140) discute, ainda, os vínculos entre a memória coletiva e o tempo. Ele esclarece que um mesmo acontecimento pode impactar muitas consciências coletivas distintas ao mesmo tempo: “nesse momento essas consciências se aproximam e se unem em uma representação comum”. Entretanto, cada uma representará o acontecimento a seu modo, traduzindo-o em uma linguagem específica. O que importa, assegura o autor, é a maneira da interpretação, o sentido que cada grupo lhe dá.

O tempo seria, então, para o sociólogo francês, o elemento de apoio da memória. É no tempo apropriado de um determinado grupo que o indivíduo encontra e reconstitui a lembrança. Isso o leva a afirmar, que

[...] o tempo e só o tempo tem o poder de desempenhar este papel [de reconstituir a lembrança] à medida que nele pensamos como um meio contínuo que não mudou e que permanece hoje como era ontem, de modo que podemos encontrar o ontem no hoje. (HALBWACHS, 2003, p. 146).

No mesmo sentido afirma Joël Candau (2018), antropólogo francês, que é a memória que nos faculta a ilusão de fazer reviver o que passou. Assim, “pela retrospectiva o homem aprende a suportar a duração: juntando os pedaços do que foi numa nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar sua vida presente” (CANDAU, 2018, p. 15).

Ele assevera, em sintonia com Halbwachs, que a memória é uma fonte primordial para a identidade, a possibilidade primeira de sustentação desta:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2018, p. 16).

Nesse sentido, considerando esse papel preponderante da memória na formação das identidades, e cientes de que as memórias de que um grupo ou sociedade consegue se lembrar

ou escolhe esquecer podem legitimar ou deslegitimar discursos, atos e ações sociais e políticas, ganha vulto a reflexão sobre as narrativas de Scliar e Coelho. Podemos inferir que o primeiro, ao resgatar a memória de Noel Nutels e dos indígenas brasileiros, e o segundo, ao evidenciar o homem moçambicano em um cenário de disputas, pretendem contribuir para a reconstituição da identidade individual e coletiva em ambos os contextos, pois “é a memória [...] que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade” (CANDAU, 2018, p. 16).

Para o antropólogo francês, memória e identidade são indissociáveis e se reforçam mutuamente. Logo, não há busca identitária sem memória, nem busca memorial isolada do sentimento de identidade. Ele estuda as diversas formas de memória compartilhada ou supostamente compartilhada, já que, diferentemente de Halbwachs, questiona o conceito de memória coletiva.

Candau (2018) esmiúça os conceitos de memória e identidade, analisando suas relações. Propõe uma sistematização antropológica das diferentes manifestações da memória individual, classificando-a em três tipos: memória de baixo nível, denominada de protomemória; memória de alto nível ou memória propriamente dita; e metamemória.

A protomemória seria aquela em que, no âmbito individual, constitui as experiências e saberes mais compartilhados pelos membros de uma sociedade. Foi explicitada por Henri Bergson como memória procedural e como *habitus* por Pierre Bourdieu. Está relacionada com a vivência do corpo, como um saber herdado, o senso prático que permite ao indivíduo atuar no mundo físico sem a necessidade de refletir sobre os atos corriqueiros, tais como (re)agir, caminhar, falar, andar de bicicleta, comportar-se de determinada forma etc. Consiste, enfim, em

[...] aprendizagens primárias que, do ponto de vista corporal, são como lembretes, as ligações verbo-ação que fazem funcionar corpo e linguagem como ‘depósito de pensamentos diferenciados’ e tudo o que depende de disposições corporais, incorporadas de maneira permanente. (CANDAU, 2018, p. 22).

Por sua vez, a memória propriamente dita, ou de alto nível, é aquela essencialmente relacionada à recordação ou reconhecimento, podendo despontar por “evocação deliberada ou de forma involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica” (CANDAU, 2018, p. 23). Seria constituída pelos saberes, crenças, sensações e sentimentos.

Já metamemória é definida pelo autor como a memória conhecida, aquela que o indivíduo reivindica para si. Ela é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e [...] o que diz dela [...], a construção explícita da identidade” (CANDAU, 2018, p. 23). Em síntese, é a ideia que se faz acerca da própria memória, como explica suas singularidades, interesse, acuidade ou lacunas.

O retromencionado autor reafirma que essas categorias são válidas para as memórias individuais e, em contraposição a Halbwachs, questiona a pertinência do conceito de “memória coletiva”. Ele afirma que a concepção de protomemória é inaplicável em nível de grupos ou sociedades uma vez que

[...] nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo. Nenhuma sociedade come, dança, ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar, que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão. (CANDAU, 2018, p. 24).

Isto posto, esse autor postula que haveria, eventualmente, em nível de coletividades, a posse da memória evocativa (alto nível) ou da metamemória. Essa eventualidade é que constituiria a expressão memória coletiva, a qual, por sua vez, não teria o mesmo estatuto da metamemória aplicada à memória individual – pois,

[...] de fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma **representação**, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. (CANDAU, 2018, p. 24, grifos do autor).

Candau (2018, p. 48) considera que Halbwachs se equivocou em “ver nas memórias individuais os “fragmentos” da memória coletiva, conferindo a essa a substância com a qual tende a despojar as primeiras”, mas reconhece que o outro tinha razão quando insistiu na importância dos contextos sociais como a base para a construção da memória:

toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e, em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem ‘interferências coletivas’ que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. (CANDAU, 2018, p. 49).

Ocupando-se, ainda, da memória e sua relação com a identidade, Candau aborda as categorias organizadoras de representações das coletividades e trabalha com os conceitos de memória forte e memória fraca. Define a primeira como uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor” (CANDAU, 2018, p. 44). Para ele, esse tipo de memória é “organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo, e [...] da representação que ele vai ter de sua própria identidade” (CANDAU, 2018, p. 44). Tal memória contribuiria para a construção da identidade coletiva.

Em contrapartida, a memória fraca poderia ser desorganizadora, por contribuir para a desestruturação de um grupo e para o colapso de identidades. Seria aquela “sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível” (CANDAU, 2018, p. 44-45).

No âmbito da conceituação de Candau, poderíamos conjecturar, em se tratando das narrativas ficcionais em tela, que os autores trabalharam com a memória de alto nível, evocada deliberadamente por meio da busca de conhecimentos contidos nos registros históricos, ou seja, são saberes enciclopédicos. Os narradores estariam no plano da metamemória ao elaborarem as representações das próprias identidades – evidentemente, tendo como norte a dinâmica da relação com o outro, pois, conforme destacado por Candau (2018), a memória coletiva é a chama necessária para a construção da identidade.

Ademais, são relevantes para o nosso propósito de análise, por estar intimamente ligada à questão da memória e identidade, as concepções da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2006a) no que tange à resignificação do passado. Tais formulações apontam para as formas de apreensão do real, inscritas na literatura e na história.

Para ela, literatura e história

[...] correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas. (PESAVENTO, 2006a, p. 14).

Logo, ambas as narrativas referenciam o real, seja para negá-lo com outra versão ou para ultrapassá-lo. São representações referentes à vida e que, em certa medida, auxiliam sua compreensão.

Em AMX, percebe-se que o fato histórico – os massacres (denominados *pogroms*) ocorridos na Rússia – se apresenta, na economia da obra, como elemento vital para a decisão da vinda da família de Noel Nutels para o Brasil. E é a bordo do navio Madeira, em plena travessia do oceano, que o narrador e sua família teriam conhecido o extraordinário menino, o resoluto Noel Nutels que, anos mais tarde, tornar-se-ia médico e defensor dos indígenas brasileiros. Em torno dele o enredo se constitui, perpassando pela era Vargas, bem como pelos anos da ditadura brasileira e seus reflexos na política indigenista.

Ademais, é também no exercício de preparação para a escrita (ou enunciação no leito da UTI) com a coleta de dados sobre Noel que o narrador-personagem é constituído e sua identidade colocada em discussão. Registra-se, inclusive, que a pasta contendo esses registros seria o único pertence levado pelo paciente para o hospital.

De forma semelhante, OOH apresenta fatos históricos que concorrem para que a ação se desenvolva, no plano ficcional, em torno da busca pelo diamante que teria sido encontrado nas minas da África do Sul, lapidado e roubado pelo bando de Bil Foster na joalheria Longmarket Street, na Cidade do Cabo. O seu alto valor teria motivado os *bôeres*¹⁹ a buscarem a pedra com o objetivo de financiar o movimento de libertação contra o jugo britânico. Nesse ponto, há a intersecção dos fatos históricos: desenvolve-se a questão da extração de pedras preciosas nas minas da África do Sul, as condições de trabalho dos mineiros, inclusive os de Moçambique, e o movimento dos *bôeres/africâneres* pela retomada do controle do território, com a citação das principais lideranças e eventos.

Conforme nos recorda Nathaly Schütz (2014, p. 48), em sua tese *Integração na África Austral: a comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração*, os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem ao sul da África, no século XV, porém, por diversas razões, Portugal prioriza outras partes da África. Dessa forma, no século XVI, os ingleses começaram a utilizar o Cabo da Boa Esperança como entreposto de reabastecimento e, no século seguinte, empreenderam esforços para estabelecer feitorias na região.

Entretanto, ainda segundo Schütz (2014, p. 48), foram os holandeses que, por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais a partir de 1652, estabeleceram bases na região. De uma primeira feitoria expandiram para colônia de povoamento, surgindo, então, a formação de uma classe de camponeses pastores denominados *bôeres*. Esses colonos se espalharam pelo território sul-africano.

¹⁹ Descendentes dos holandeses estabelecidos na África do Sul – conhecidos como *bôeres*, que significa “fazendeiros” (mais tarde, passaram a ser chamados de *africâneres*) (BRITANNICA, 2021).

Os historiadores Paulo Visentini e Luiz Dario Ribeiro, no texto *O sul da África: das origens à ‘descolonização branca’ (até 1910)*, trazem uma panorâmica daquele contexto. Segundo eles,

as disputas com a Companhia Holandesa das Índias Orientais, a emergência de uma burguesia comercial no Cabo, as lutas por terra e gado com os africanos, juntamente com o calvinismo dos colonos e a sua africanização, definiram uma identidade que se forjou ao longo do século XVIII e se consolidou na luta contra os britânicos ao longo do século XIX. (VISENTINI; RIBEIRO, 2010, p. 28).

Na visão desses autores, essa identidade *afrikaner* era essencialmente “paternalista, preconceituosa e discriminatória” (VISENTINI; RIBEIRO, 2010, p. 28), fundada em características

[...] religiosas (calvinismo, crença na predestinação de um povo eleito), psicológicas (iniciativa, independência), linguísticas (o *afrikaans* é constituído por um holandês arcaico acrescido de elementos do português, do inglês, de línguas asiáticas e, principalmente, das línguas africanas da região), e, estrutura socioeconômica (patriarcalismo) e tecnológica (adoção das tecnologias de criação e agricultura africanas mescladas com as de origem holandesa). (VISENTINI; RIBEIRO, 2010, p. 28).

Consoante os referidos historiadores, em 1806, os ingleses anexaram o Cabo e, em 1814, conforme negociações em Viena, “decidiu-se pela defesa dos interesses britânicos no sul da África que incluía tanto o governo dos *boers* quanto o controle das fronteiras.” (VISENTINI; RIBEIRO, 2010, p. 30). Esses autores afirmam que, “com a descoberta do ouro (1866) e de diamantes (1867), o colonialismo britânico passou a ser mais agressivo e abrangente” (VISENTINI; RIBEIRO, 2010, p. 36). Daí o acirramento do conflito entre os *bôeres* e os ingleses. A compreensão do contexto torna mais fácil a apreensão do emaranhado de referências históricas trabalhadas por Coelho e a motivação pela busca do diamante por parte das lideranças *bôeres*: seria utilizado para o financiamento da luta pela independência.

Nessa perspectiva, a professora Sueli Saraiva assevera que

[...] a história do diamante traz na esteira a saga dos *africânderes* da África do Sul, defensores do separatismo em relação ao colonizadores britânicos, como um suposto meio de defesa da cultura trazida por seus ancestrais holandeses. Nessa busca da “pureza” *bôer*, os *africânderes* nacionalistas se tornariam, por conseguinte, perpetradores também do *apartheid* dos negros sul-africanos. (SARAIVA, 2010, p. 236, grifos da autora).

Ela destaca o nome do fictício diamante (O olho de Hertzog) como “alusão ao Partido Nacional do general Hertzog, fundado em 1913, com o objetivo de promover a ‘libertação’ bôer” (SARAIVA, 2010, p. 236) e ressalva tratar-se de enredo paralelo à trajetória de Hans Mahrenholz: “essa era uma missão ideológica encampada por um grupo paralelo de personagens oriundo da África do Sul (Klopper, Van Zyl etc.)” (SARAIVA, 2010, p. 236).

Tal labiríntico panorama convida o leitor a empreender pesquisa a fim de conhecer a sociedade africana em sua complexidade e diversidade o que, de certa forma, pode contribuir para a superação de possíveis estereótipos e preconceitos ainda vigentes.

Na fundamentação da segunda narrativa, são retomados episódios vivenciados pelas tropas alemãs no continente africano e, assim sendo, são pormenorizados o trajeto desenvolvido, os embates desencadeados, os costumes locais e o (des)encontro de culturas diversas naquele momento histórico, possibilitando melhor compreensão dos reflexos políticos, econômicos e culturais conhecidos na atualidade.

Acerca do romance de Coelho, a professora Elena Brugioni contribui de forma significativa para se pensar a narrativa a partir das ambiguidades que encorpam o romance contemporâneo. Para essa pesquisadora, um

[...] itinerário para uma possível leitura de uma obra literária como *O Olho de Hertzog* poderia, sem dúvida, começar convocando o aparato categorial daquilo que é conceitualmente definido como romance histórico. Contudo, recorrer a esta definição obrigaria a uma reconfiguração crítica desta categoria literária para que nela possam caber e serem lidas tensões e ambiguidades que afectam as representações na contemporaneidade pós-colonial. (BRUGIONI, 2012, p. 392).

Nesse sentido, torna-se evidente que as narrativas AMX e OOH tensionam a categoria história ao interpelar o seu estatuto de verdade. A supramencionada professora acrescenta que a

[...] reflexão complexa suscitada pelo texto em torno da relação entre memória e história numa perspectiva que pretende antes questionar uma visão consensual e celebratória da narrativa histórica entrelaçando-a com memórias e testemunhos individuais aponta para um resgate histórico que possui, neste sentido, uma dimensão epistemológica relevante, configurando o espaço literário como um lugar onde narrativas, memórias e testemunhos se tornam “públicos” e logo partilhados mas também questionáveis. (BRUGIONI, 2012, p. 392).

A propósito da relação entre representação e história, essa pesquisadora argumenta que, em OOH, ela não está vinculada a

[...] uma estratégia de complementação histórica da página literária nem por uma efabulação da chamada história, mas antes contém e aponta para um questionamento crítico e conceitual – isto é, epistemológico – que diz respeito à natureza e à qualidade da história que se vai construindo no romance e, logo às suas relações com aquilo que vem sendo definido como contemporaneidade. (BRUGIONI, 2012, p. 137).

Esse entrelaçamento entre história e ficção desvela o espaço privilegiado da literatura, uma vez que a ficção esmiuça a ambiguidade interdita à história.

A professora Suzana Ventura, ao analisar o projeto literário de Coelho no ensaio *Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho*, destaca que o autor moçambicano

[...] se apropria da matéria histórica [...] numa escolha por uma ficção de “gestos históricos,” – para utilizar uma expressão de Manuel Gusmão – refletindo tendências contemporâneas do romance em alguns dos Países de Língua Portuguesa. [...] é notável o papel social representado pelo romance como instrumento auxiliar de escrita da História, numa literatura vista conscientemente como mais que objeto de fruição estética, como também documento social e registro antropológico, linguístico e de costumes. (VENTURA, 2009, p. 52).

Embora o texto seja anterior à publicação do romance OOH e, no excerto específico esteja tratando do primeiro romance do autor (*As duas sombras do rio*), constata-se a pertinência da formulação para o romance aqui trabalhado. Aliás, aplica-se também ao romance brasileiro. Note-se como as ocorrências dos ataques testemunhados na infância do personagem repercutem:

O pogrom. Ao anoitecer, tropel de cavalos, gritos ferozes – logo estavam ali, aqueles demônios cossacos, bêbados, batendo nos homens, violentando mulheres, queimando as casas. O pogrom doutor, era um massacre organizado, uma válvula de escape para as tensões do império. A colheita fracassava? Pogrom. A Rússia era derrotada numa aventura guerreira? Pogrom. O tzar se sentia ameaçado? Pogrom. (SCLIAR, 1997, p. 15).

A lembrança dessas incursões de violência marcará a memória do narrador e o acompanhará ao longo da vida/narrativa, torturando-o permanentemente. Tanto é assim que, ao ser acometido pelo problema de saúde que o conduzirá ao hospital, as sensações físicas estarão embaralhadas com as lembranças desses ataques. Ele descreve esse entrecruzar de impressões no trecho final da narrativa, que se liga coerentemente ao início:

De repente, o tropel de um cavalo, e era ele, o cossaco: vestido de negro, longos bigodes, olhar feroz – chefe do bando que invadira a nossa aldeia num sangrento *pogrom*. [...] ele cruzara a Sibéria, a China, atravessara o estreito de Bering, descera pelo Alasca, pelo Canadá, os Estados Unidos, o México, as florestas da América Central e as matas da Amazônia; galopando por caminhos de ódio e terror, voando como furacão, acaba por me descobrir e agora chegava para terminar a tarefa. [...] e o tacão da bota, um tacão maciço, pesado, um tacão que não era oco e que nada continha, esse tacão esmagava meu tórax, e era uma dor horrível, a dor mais forte que eu já havia sentido, e de repente acordei gemendo, e a Josiléia me socorreu, boa Josiléia, **e eu vim para cá.** (SCLIAR, 1997, p. 209-210, grifos nossos).

Sob esse prisma, tanto o romance de Scliar quanto o de Coelho elaboram personagens fictícios que exploram as ambivalências da história brasileira e moçambicana e, ao realizarem o questionamento de suas próprias identidades, evidenciam, em paralelo, a identidade (preterida) dos povos originários, seja na América ou na África.

Consoante ressalta Patrícia Rezende em *O ficcional e o histórico na Literatura de João Paulo Borges Coelho*,

[...] apesar do narrador estar interessado em sua busca pelo diamante, descobre a importância de conhecer a sua própria história e identidade, explora a subjetividade e alteridade, mescladas em um processo de deriva identitária desse narrador, no início da sua viagem até Lourenço Marques, Moçambique, espaço do romance, cenário que percorre a obra de João Paulo Borges Coelho como um todo. Há também na obra muitas referências a inúmeros papéis sociais, culturais e políticos que precisam ser repensados. (REZENDE, 2016, p. 91).

Para melhor compreender como isso está explicitado nos textos, resgatamos o passeio que Hans Marenholz faz em companhia de Albasini à aldeia natal deste e, lá, percebe a existência de uma sociedade tipicamente tribal e matriarcal:

[...] sai do carro com uma certa pompa, acena, e começa a travessia lenta em direção ao arvoredor, uma travessia que tem os dois propósitos de se deixar ver por todos e de se aproximar de uma esteira onde estão sentadas duas mulheres muito velhas, as suas duas mães: a natural, Kocuana Mpfumo (que também responde pelo nome europeu de Joaquina Correia de Oliveira), neta do chefe do clã Maxaquene; e Águeda Manuel da Silva (a quem chamam *Nsatimune*), a mãe adotiva que o criou [...]. Ambas as mulheres estão prontas para deixar este mundo, **e no entanto tudo gira ainda em volta delas.** (COELHO, 2010, p. 196-197, grifos nossos).

Nota-se o costume dos europeus de “batizar” os nativos com nomes de sua cultura e língua, em flagrante desrespeito à cultura dos nativos. Porém, estes mantêm, entre os seus, os hábitos culturais próprios, em resistência ao processo colonial. João Albasini é recebido com

o cumprimento “*Nwadinguele*”, que “quer dizer a primeira luz da manhã, luz da alvorada, luz do renascimento. *Nwadinguele* quer dizer esperança. É esse o nome africano de João Albasini” (COELHO, 2010, p. 198).

Hans evidencia dificuldade para compreender a clivagem cultural que constitui Albasini: “Quem diria? Um homem que até aí era apenas um jornalista, um homem urbano, um homem quase europeu, e ei-lo de repente com uma pele de leão pelos ombros, sentado numa cadeira que simboliza um trono, saudado como um rei [...]” (COELHO, 2010, p. 198).

Essa questão da diferença cultural, como já visto, está presente de forma também marcante em AMX. O texto traz para o tempo atual do leitor uma problemática que remete aos primórdios da colonização brasileira, e continua a repercutir ainda nos tempos atuais, no que diz respeito ao tratamento dispensado aos povos originários brasileiros.

Agora, o nativo não é mais visto sob o prisma do herói alencariano, mas sim, como povos que, no entendimento de muitos, constituem-se em obstáculo ao desenvolvimento do país e, por essa razão, têm suas vidas em risco e suas terras como objeto de cobiça e disputas permanentes de interesses privados. Interesses esses muitas vezes favorecidos diretamente pela União, tal como ocorre nesse ano de 2021/2022, quando está em pauta a liberação de garimpos em terras indígenas e a redução territorial dessas reservas, tão arduamente defendidas pela personagem – o médico indigenista Noel Nutels. Repercute, ainda (e até quando?), a indagação do cacique, amigo de Noel: “o nosso povo está condenando, será que ninguém vai fazer nada por nós?” (SCLIAR, 1997, p. 115).

Margarida Calafate Ribeiro destaca nas obras de João Paulo Borges Coelho, a reverberação do passado no hodierno Moçambique, por intermédio da memória, a qual evidencia, assim, a íntima relação entre literatura, história e memória. Para essa autora,

O tempo da escrita de João Paulo Borges Coelho é o intenso presente ou um passado próximo que se manifesta e perturba o presente, enquanto herança que activa as mudanças de um país e é assim que a sua escrita se ergue no universo da literatura moçambicana atual como um exercício contra o esquecimento e um questionamento dos múltiplos silêncios historiográficos por via da literatura. Este é sem dúvida o seu território de caça e desde os seus primeiros escritos a tensão entre literatura-história-memória enforma os seus textos. (RIBEIRO, 2012, p. 16).

A partir das premissas anteriormente apontadas, buscaremos explorar, a seguir, as ambivalências da ficção contemporânea.

3.2 Ambiguidades do romance contemporâneo

Em se tratando de arte, torna-se importante salientar a impertinência de classificações rígidas que não mais correspondem à complexidade da ficção contemporânea, na qual subjaz uma heterogeneidade muito produtiva, como ocorre, também, com a própria questão da identidade (GARRAMUÑO, 2014).

Outrossim, percebe-se que a matéria trabalhada nas narrativas aponta para aquilo que Karl Erik Schøllhammer, em *Ficção brasileira contemporânea*, denomina de “demanda de real”, para quem “o escritor contemporâneo parece estar motivado por uma grande urgência em se relacionar com a realidade histórica” (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 10). Mas ele diz tratar-se de uma urgência consciente da dificuldade e impossibilidade de captação dessa realidade na sua especificidade atual, ou seja, de lidar com o mais próximo e momentâneo. E da consciência dessa dificuldade de captura da temporalidade decorre “uma demanda de realismo na literatura brasileira hoje [...]. Essa demanda não se expressa apenas no retorno às formas de realismo já conhecidas, mas é perceptível na maneira de lidar com a memória histórica e a realidade pessoal e coletiva” (SCHØLLHAMMER, 2011, p. 11).

Por sua vez, o antropólogo moçambicano José Pimentel Teixeira, no artigo *O programa ficcional de João Paulo Borges Coelho: uma geologia ética de Moçambique*, adverte que

[...] se é o real dotado de múltiplos e contraditórios sentidos, por inerência também o será esse real das acções narrativas e interpretativas, deixando a obra como “multiestratificada, plurissignificativa, ambígua, heterogênea e aberta. (TEIXEIRA, 2017, p. 4).

Poderíamos afirmar que também OOH é profundamente referencial em relação ao período que enfoca, a Primeira Guerra Mundial, na medida em que exprime a vivência dos indivíduos e comunidades envolvidas no referido conflito, especificamente em terras africanas. Seja pelos editoriais do jornalista João Albasini, pelas personalidades históricas trabalhadas, nas descrições dos corpos dos inimigos boiando nas águas dos rios, vermelhas de sangue, o abandono dos doentes acometidos pela malária para que morressem sozinhos e assim não obstar a marcha da coluna ou, ainda, no relato dos ataques às aldeias localizadas no trajeto do deslocamento das tropas alemãs. Nessas oportunidades, os soldados saqueavam as despensas e matavam os moradores que não haviam conseguido fugir a tempo, principalmente enfermos, mulheres, idosos e crianças.

Saraiva pontua que o enredo serve de pretexto para a denúncia da situação da colônia portuguesa no início do século XX. Ela assevera que “[e]nquanto o mundo se debatia em sangue em defesa dos Estados soberanos ameaçados, nos territórios africanos dominados pelo colonialismo, os povos eram violentamente despojados de seus direitos coletivos e individuais” (SARAIVA, 2010, p. 237-238).

Também o enredo de AMX traz a panorâmica da situação política no Brasil com “os nazistas e os fascistas no poder, os integralistas desfilando nas ruas das cidades brasileiras, Getúlio Vargas com o seu Estado Novo... Anos sombrios; anos de intensa agitação.” (SCLIAR, 1997, p. 85). A panorâmica ainda contempla, de forma crítica, os anos do governo militar em nosso país, além, de, como já explicitado, denunciar a situação dos povos originários no/do Brasil.

Ainda sob o ângulo das ambiguidades dos romances e a questão do vínculo entre a arte e a realidade, evocamos novamente a crítica argentina Florencia Garramuño, a qual, retomando Hélio Oiticica ao tratar da poesia de Wally Salomão, utiliza o conceito de **euxistênciateca** do real para pensar acerca “das relações problemáticas entre a noção de obra e seu **fora ou exterioridade**.” (GARRAMUÑO, 2012, p. 22, grifos da autora). Segundo a pesquisadora, vem ocorrendo uma transformação no estatuto literário no Brasil, e também na Argentina, a partir da década de 1970. Em sua ótica,

[...] a proliferação de “formas híbridas” e de textos anfíbios que se sustentam no limite entre realidade e ficção são exemplos de uma forte impugnação à categoria de obra de arte como forma autônoma e distanciada do real, suplantada por práticas artísticas que se reconhecem abertas e permeadas pelo exterior, resultando atravessadas por uma forte preocupação pela relação entre arte e experiência. (GARRAMUÑO, 2012, p. 22).

Em OOH, a emersão da experiência (para além dos acontecimentos em torno da guerra) também está plenamente explicitada nas descrições das ruas de Lourenço Marques, com seus nomes, letreiros e fachadas das lojas, nas características de seus habitantes e, ainda mais, nos anúncios de jornais, trechos de editoriais e crônicas escritas por Albasini, como se pode observar no excerto:

Lembrou-se até de um crônica que escrevera há tempos, sobre a polícia, e que dizia mais ou menos o seguinte: **E no entanto, continuam os calabouços da polícia pejados de pretos indefesos que se não registaram, não por desobediência à lei que se não cansam sequer em discuti-la, mas porque dela não tinham conhecimento uns, e outros porque não tinham dinheiro para a inscrição. [...]. Para os senhores a tolerância que**

envergonha, para aqueles a rispidez que indigna!...Muito honrado se deve sentir um regime que tem por lema a divisa de liberdade, igualdade, fraternidade... É o que se vê!...Puff! (COELHO, 2010, p. 126, grifos do autor).

Essa coexistência de tipos textuais corroboram a assertiva de Garramuño (2012) acerca das formas híbridas.

Correlacionando os pressupostos da hibridização (BHABHA, 1998a, 1998b) que permeiam tanto a questão da identidade cultural dos narradores quanto os textos ficcionais, não seria de todo estranho expandir as formulações de Garramuño (2012) à experiência de vida dos autores.

Pensemos em Moacyr Scliar, médico, descendente de judeus russos e sua escolha por engendrar uma narrativa que ficcionaliza a vida do também médico e judeu russo Noel Nutels. Da mesma forma, poderíamos endereçar a discussão a João Paulo Borges Coelho, pois, conforme assevera o crítico Abdala Júnior ao analisar a “circulação dos repertórios literários em português” (ABDALA JÚNIOR, 2003, p. 33), é possível “divisar correntes oceânicas que têm perspectivas comunitárias” (ABDALA JÚNIOR, 2003, p. 35). O autor de OOH, sendo historiador, aborda uma problemática histórica estreitamente ligada ao seu contexto existencial: a complexa experiência de participar tanto do mundo do colonizador quanto do colonizado, uma vez ter nascido em Portugal, filho de pai português e mãe moçambicana, ter se mudado ainda criança para Moçambique e escolhido esta nacionalidade.

As referidas elucubrações podem ser entendidas no âmbito do conceito da geração da pós-memória, conforme trabalhado por Marianne Hirsch (2008). Ao refletir acerca da lembrança do Holocausto, ela chama de geração da pós-memória aos herdeiros daqueles que passaram pelas experiências dolorosas da *Shoah*²⁰. Esse conceito, numa livre tradução²¹, descreve a relação da segunda geração com as traumáticas experiências que precederam o nascimento desses indivíduos, mas que eram, de uma forma ou de outra, transmitidas a eles, de modo que constituem memórias próprias para essa geração (HIRSCH, 2008, p. 103). Haveria, portanto, uma transmissão transgeracional da memória.

Porém, aqui, é importante não perder de vista as instâncias narrativas. Se, por um lado, é possível verificar a fidelidade do autor Moacyr Scliar às informações contidas no livro *Noel Nutels: memórias e depoimentos*, publicado em 1974 pela editora José Olympio, um ano após

²⁰ Shoah = Holocausto.

²¹ “Postmemory describes the relationship of the second generation to powerful, often traumatic, experiences that preceded their births but that were nevertheless transmitted to them so deeply as to seem to constitute memories in their own right.” (HIRSCH, 2008, p. 103).

o falecimento do “índio cor-de-rosa”²² Noel Nutels, por outro, o narrador alerta para o caráter da narrativa como uma elaboração ficcional, conforme podem atestar “todos aqueles que se atiram de ponta-cabeça no caudaloso rio do texto (SCLIAR, 1997, p. 84).

No livro de memórias e depoimentos, consta uma primeira parte de memórias inacabadas escrita por Nutels durante a enfermidade que o vitimaria, além de depoimentos de vários amigos, como Antônio Houaiss, que faz a compilação dos textos, Ariano Suassuna, Rubem Braga, os irmãos Vilas Boas e outros. O poeta Carlos Drummond de Andrade participa com um poema intitulado *Entre Noel e os índios*.

Dentre tantas informações biográficas do sanitarista trabalhadas no texto ficcional, está a formação da *Jazz Band* Acadêmica, em que participaram vários amigos estudantes universitários, sendo Noel o *crooner*. Consta também o episódio hilário em que Rubem Braga, já formado e trabalhando como jornalista, morando na espécie de pensão de D. Berta, mãe de Noel, utiliza um canudo de papelão para matar um rato e comenta: “até que enfim essa porcaria serviu para alguma coisa” (SCLIAR, 1997, p. 81). Em seguida, rasga o canudo e joga os fragmentos na lata de lixo. Saulo Suassuna, então colega do escritor e irmão de Ariano Suassuna, verifica os pedaços do documento e descobre tratar-se do diploma de bacharel em Direito de Rubem Braga. O caso do rato é relatado por Ariano Suassuna no livro de depoimentos sobre Noel Nutels.

Outra ocorrência pitoresca diz respeito às primeiras experiências sexuais do então menino: “O Noel certa vez escreveu sobre isso, doutor. Contou que a mãe, D. Berta, ficava intrigada com certas manchas nas cuecas do filho.” (SCLIAR, 1997, p. 75). Em suas memórias, Noel Nutels revela a experiência da iniciação sexual com as bananeiras do quintal, em Laje do Canhoto: “Como explicar para minha mãe a origem daquelas manchas? [...] Acredito até que ela não soubesse nem sequer que bananeira dava nódoa, quanto mais que alguém pudesse foder uma bananeira. Eu também não sabia até a primeira experiência.” (HOUAISS, 1974, p. 7).

Da mesma forma que na base da elaboração de AMX existem as informações biográficas do médico Noel Nutels, o narrador de OOH revela o acesso ao diário do general Lettow. Foi

²² Título de livro publicado por Orígenes Lessa, em 1978, em que reconstrói a trajetória do médico sanitarista Noel Nutels. Há também o filme/documentário *A peleja do índio-cor-de-rosa contra a fera invisível: a história de Noel Nutels*, produzido pela Banda Filmes e Fiocruz, lançado em 2019, que reconstitui a história de Noel Nutels. Também documentarista, Noel Nutels registrou suas viagens em filmes, com imagens pouco exploradas. A película tem direção de Tiago Carvalho e produção de Maria Flor Brazil.

[...] circulando por ali, tentando ser útil – que tive a oportunidade de consultar o seu diário. [...]. Tudo o que ali havia eram registros de natureza estritamente militar, observações sobre o comportamento das tropas, avaliações táticas, considerações geográficas. Muito esporadicamente, permitia-se uma ou outra nota sobre os povos da região, mas apenas no sentido em que tal podia ser útil para a condução da guerra. (COELHO, 2010, p. 318-319).

De fato, em 1920, o general Paul Emil von Lettow-Vorbeck publicou o livro *My reminiscences of East Africa*. Nessa obra, é possível verificar a trajetória da tropa alemã, vinte e dois mapas e esboços, além de treze desenhos do referido general, com destaque para o que ele denomina de tipos nativos. O trajeto descrito por Coelho está contemplado no diário, mais detidamente no capítulo intitulado *Across the Rovuma*.

Ressalta-se, portanto, a estratégia de ambos os autores ao construir narradores que acessam documentos das personalidades históricas retratadas, assim como eles, autores, empreenderam pesquisas minuciosas para elaboração das narrativas.

Ao final do livro, o autor de OOH tece agradecimentos às pessoas, autores e textos que o auxiliaram na arquitetura da narrativa:

Agradecimentos são devidos a quem me ajudou nessa viagem. Stiletto_33853 e Mike Benninghof orientaram o voo do *Afrika Luftschiff* [...]. O general Von Lettow-Vorbeck, ele próprio, com o seu diário *As Minhas Memórias da África Oriental*, forneceu o pano de fundo da campanha militar alemã no Norte de Moçambique [...] foram muitos os autores que me deram a conhecer os diamantes, generais e vilões da Joanesburgo das primeiras décadas do século XX – e sobretudo os terríveis acontecimentos da noite de 16 de Setembro de 1914 – tantos que não consigo nomear (a maioria escondia-se debaixo das saias de uma jovem avantajada chamada *Internet*). [...] João Albasini, [...] sempre generoso, introduziu-me à Lourenço Marques do seu tempo com as suas crônicas e editoriais em [jornais] *O Africano* e *O Brado Africano*. (COELHO, 2010, p. 441-442, grifos do autor).

Dessa forma, parece evidente o imbricamento de instâncias no processo de escrita, desnudando a relação entre autoria, identidade e alteridade, ou seja, entre experiência e arte.

3.3 Desvelando estratégias

Como visto, entre as duas obras existem elementos que as aproximam. Nesse contexto, é possível destacar algumas outras estratégias narrativas utilizadas pelos autores na elaboração dos textos.

Em primeiro lugar, impende declarar que o narrador de AMX deixa pistas de que teria encontrado o “amigo” Noel Nutels apenas duas vezes na vida, sendo a primeira, ainda criança, durante a viagem de travessia da Rússia para o Brasil, com saída do porto de Hamburgo, na Alemanha, quando teriam estreitado laços de amizade. A segunda vez foi quando Noel estava internado em fase terminal e o narrador resolve, depois de muita hesitação, fazer uma visita ao amigo. Nessa oportunidade, não chegaram a conversar pois Noel estava sob efeitos de sedativos.

De que forma, então, esse narrador conhecia tão bem a vida de Noel? A verossimilhança ficcional é construída pela explicação de que ele acompanhara a vida do indigenista por meio dos jornais e rádios, recortara as notícias e os artigos acerca do famoso médico e anotara as histórias que ouvia sobre ele. Mais, levava para o hospital uma pasta com “toda a vida do Noel”:

Foi a primeira coisa que pedi, quando me internaram aqui: por favor, liguem para a minha casa e peçam para a moça que trabalha lá a pasta azul com o nome de Noel Nutels. Esta pasta tem tudo, doutor – ninguém sabe do Noel tanto quanto eu. Ninguém falou do Noel tanto quanto eu. (SCLIAR, 1997, p. 9).

Por sua vez, o narrador-personagem da narrativa moçambicana, Hans Mahrenholz, na condição de oficial do exército alemão, teria acessado o diário escrito pelo general Lettow Vorbeck, bem como ouvido histórias ao longo do tempo em que esteve junto à tropa.

Outro ponto que aproxima as narrativas diz respeito ao modo de enunciação dos narradores. Ambos se comportam como exímios contadores de histórias: narram a um ouvinte/narratário.

Em AMX, o narrador dialoga com o médico intensivista, porém, o leitor não tem acesso à voz do interlocutor senão pelo crivo do narrador que faz ecoar as respostas:

O senhor sabe quando um paciente está na merda, o senhor foi treinado para isso. Estou na merda, doutor? **Não? Não estou na merda?** O senhor tem certeza? Na merda, não? **Não estou?** Que bom, doutor. Não estou na merda, que bom. (SCLIAR, 1997, p. 8, grifos nossos).

Ou ainda:

O senhor tem jeito de quem gosta de ouvir histórias. De ouvir histórias e de contar histórias. Isso às vezes é coisa de família. Desculpe perguntar, mas seus familiares gostavam de contar histórias? **Ah, sua mãe. Sua mãe**

gostava de contar histórias. Viu como adivinhei? (SCLIAR, 1997, p. 10, grifos nossos).

De modo semelhante, o narrador Hans Mahrenholz conta sua história a um interlocutor que não se imiscui diretamente na narrativa, mas que se deixa entrever por meio do *feedback* do narrador: “Imagino, pelo seu olhar, o que lhe estará passando pela ideia. Que exagero. No seu lugar também pensaria assim. A única coisa que posso fazer a esse respeito é continuar a contar; e, evidentemente, pedir-lhe que acredite em mim.” (COELHO, 2010, p. 55).

Como também, “Sei o que vai dizer-me: que esta explicação é insuficiente; que, mesmo não sendo alemão, Glück continuava a ser branco, e é esta a divisão fundamental. De acordo.” (COELHO, 2010, p. 166).

Ainda: “Evidentemente que não pode saber do que falo. Dir-me-á que também aqui a chuva cai dessa maneira enfurecida, e em parte não posso deixar de lhe dar razão (eu próprio já fui vítima dela).” (COELHO, 2010, p. 208).

E, notando a possível incredulidade do interlocutor em relação ao relato da mirabolante chegada ao solo africano, assevera: “Difícil de acreditar, mas foi assim. O resto – para além desse pequeno milagre final que foi ter atravessado metade do mundo para vir cair precisamente nas mãos de Lettow – não tem grande interesse.” (COELHO, 2010, p. 65).

Somente na parte final o narrador fornece pistas da identidade do interlocutor: trata-se de João Albasini, o jornalista anfitrião de Hans em Lourenço Marques. Ao relatar as confissões ouvidas do coronel Glück, nos seus momentos finais, quando apenas a mente estava ativa, tendo em vista a doença que consumia o corpo do coronel, o narrador pondera: “Não é assim com todos nós? **Você e seus editoriais**, eu e os meus devaneios: tudo se esconde nesse maldito cofre-forte que temos na cabeça. Desconverso.” (COELHO, 2010, p. 346, grifos nossos).

Esse narrador se revela com plena consciência e domínio da técnica de narrar. Ele mantém o interesse do leitor/narratário, amarrando os fios que podem parecer soltos e buscando a confirmação ou adesão do ouvinte. É bastante comum a utilização desse recurso. Vejamos alguns exemplos: “Adiante.” (COELHO, 2010, p. 46); “Vale a pena referir tais circunstâncias, uma vez que elas explicam como me vi envolvido na campanha de Lettow, e, portanto, como cheguei ao contato com Glück, **que é o que interessa nessa história.**” (COELHO, 2010, p. 46, grifos nossos).

Também é recorrente a expressão “de modo que”, utilizada para dar fluidez à narrativa, aproximando esse modo de narrar da forma de contar história, por meio oral, tradicional na cultura africana. Demonstrando capacidade de manter a coerência narrativa, ele busca o fio narrativo por meio de chamadas, como, por exemplo, “convém dizer, neste ponto, que os nossos informadores avançados consideravam esta zona muito perigosa.” (COELHO, 2010, p. 258).

O domínio da técnica narrativa faz o narrador fingir-se de desatento, a fim de aproximar-se do leitor e da narrativa oral:

Peço desculpas por esta dispersão, ultimamente não sei o que me toma: começo por falar numa coisa e dou comigo embrenhado noutra. Acontece-me o mesmo com o pensamento, custa-me muito aprofundar um pensamento, dou comigo agarrado a outro sem saber que pontes atravessei para lá ir dar. Voltando ao que importa [...]. (COELHO, 2010, p. 49).

Os narradores dos dois textos parecem confessar que a necessidade de contar suas histórias esteja subordinada ao sentimento de culpa que os atormentam, escrevendo, assim, como forma de alívio para tal sentimento. Senão vejamos: “Sei o que está a pensar neste momento: que exagero. Concedo. Aliás, reconheço claramente que em tal explicação buscava apaziguamento para o desconforto que a traição deixou em mim.” (COELHO, 2010, p. 112).

Ele explicita carregar certa culpa pela traição ao general Lettow, *kommandant* a quem muito admirara, uma vez que, encarregado de dar suporte ao enfermo coronel Sebastien Glück – o qual necessitava se separar da tropa – de quem ouvira a história do diamante, parte para Lourenço Marques à procura da valiosa pedra, desertando assim das forças alemãs e da missão que o levava à África: “No entanto, desde que contei o que tinha para contar que o invadiu uma espécie de leveza.” (COELHO, 2010, p. 376).

Em AMX, o narrador deixa transparecer a culpa judaico-cristã por ter sobrevivido à morte do irmão e aos extermínios perpetrados pelos pogroms:

Ao contrário de meu irmão sobrevivi, prova de que a culpa não mata. Ou talvez mate, vamos ver agora. O senhor diz que não, que vou escapar, mas quem sabe das armadilhas que nossa mente e nosso corpo nos preparam, principalmente quando pesam sobre nós culpas ancestrais? Culpas tão incômodas, mas tão indispensáveis quanto um horrendo sapato cujos saltos contêm jóias e dinheiro? (SCLIAR, 1997, p. 28).

O narrador trazia consigo não só a culpa pela morte do irmão, mas também a culpa universal por todos os mortos em situação de opressão, desde os judeus na Rússia ou na

Alemanha nazista aos indígenas brasileiros. Ele confessa: “eu carregava muito peso. O peso da culpa, em primeiro lugar. Coisa antiga: eu tinha sobrevivido enquanto tantos haviam morrido, de tuberculose, de varíola, nos *pogroms*, nos fornos crematórios” (SCLIAR, 1997, p. 196). A escrita parece funcionar, então, como catarse para os narradores das obras analisadas.

Em paralelo, no transcorrer da narrativa de OOH, o narrador faz acreditar que a experiência da guerra imprimiu marcas indeléveis em sua alma. Ao falar do confronto com a morte dos inimigos e a impressão causada ao observar a vida se esvaindo pelos buracos de balas, comenta que os corpos exalavam um último uivo ou gemido e “são os invólucros envolvidos por esse som que se nos colam à consciência para sempre.” (COELHO, 2010, p. 74).

Entretanto, e possivelmente por tratar-se de um narrador em primeira pessoa, ele não sabe tudo a respeito daquilo que narra, senão vejamos: “E Glück? Imagino que se estará perguntando, divertido, o que imaginaria Glück. Voltarei a isso mais adiante, uma vez que nesta altura aquilo que o fazia mover era para mim um enigma.” (COELHO, 2010, p. 272) e na página seguinte: “Quanto a entender o que movera Sebastian Glück, tratava-se de uma questão muito complexa. Confesso que só mais tarde, na posse de outras informações, o consegui fazer.” (COELHO, 2010, p. 273).

Pode-se, também, cogitar tratar-se de estratégia narrativa, caracterizando-se pelo acréscimo de informações com o objetivo de manter o interesse do leitor/interlocutor. Aliás, isso parece plausível se considerarmos que a narrativa se desenvolve em avanço e recuo, assim como em uma estratégia de guerra. O narrador avança com uma versão e, na maioria das vezes, essa versão é desconstruída ou complementada por outro personagem, preenchendo possíveis lacunas.

Além disso, Hans Mahrenholz desenvolvera extensa pesquisa sobre a África antes de embarcar na aventura. Tem, portanto, um conhecimento teórico sobre a matéria a ser narrada. Ainda na Alemanha, “sempre que achava horas livres aproveita-as para me familiarizar com a realidade da África Oriental. [...] E, claro, estudei minuciosamente todas as informações sobre a campanha de Lettow a que consegui deitar mão.” (COELHO, 2010, p. 50).

Assim como aquele, o narrador de AMX se preparou para a escrita, recolhendo e recortando todas as notícias que envolviam a vida do indigenista. Mas podemos aventar, por indícios deixados ao longo do texto, que é o médico quem escreve a história. Dentre algumas pistas para confirmação dessa possibilidade, destacamos:

[...] se eu morrer o senhor vai escrever essas coisas que estou lhe contando? Pergunto porque o senhor toma nota, toma nota, eu sei que os doutores fazem anotações, mas nunca vi doutor anotar tanto quanto o senhor, então eu acho que talvez o senhor esteja pensando em escrever sobre essas coisas que estou lhe falando, não é que me importe, se eu estiver morto nada mais me importará, mas se o senhor vai escrever, conte tudo, não vacile. (SCLIAR, 1997, p. 106).

De acordo com sua declaração, Hans narra cerca de um ano após os eventos: “conheci o coronel Sebastian Gluck há pouco mais de um ano, precisamente a 24 de novembro [...] Lembro-me porque foi nas vésperas de Ngomano, o primeiro combate em que participei; por isso jamais me sairá da cabeça.” (COELHO, 2010, p. 43). Podemos afirmar que sua memória ainda seria razoavelmente confiável, em virtude do pequeno lapso temporal decorrido entre os eventos narrados e o início da narração.

Porém, esse narrador deixa entreaberta a possibilidade de a narrativa não ser tão confiável e sua lucidez estar comprometida, tendo em vista as confidências do narrador, conforme suas próprias assertivas: “tomava-me também, um estado de torpor que me toldava o entendimento, como se a água que era obrigado a beber constantemente para repor as humidades que perdia fosse antes puro absinto.” (COELHO, 2010, p. 46). Ou ainda, “tenho dificuldade em refazer os nossos passos, na altura em que deixámos a região de Metarica [...]” (COELHO, 2010, p. 207).

Os dois narradores deixam evidente a preparação/formação para o ofício da escrita/narração de histórias. Por um lado, o narrador de AMX afirma que, desde muito jovem, quando, em razão da morte do pai, necessitou trabalhar na loja do senhor Isaac para assumir a responsabilidade de prover o sustento da família – mãe e irmã – se dedicara à leitura. “E o que lia eu? Tudo. Li Monteiro Lobato e Nietzsche, li Proust e Ovídio. Li história, li economia, li poesia, li romances, li, li, li.” (SCLIAR, 1997, p. 83). Mais que isso, lia e copiava, “palavra por palavra. Não, letra por letra”, porque

[...] sabia que em cada um desses pontos se escondia uma história secreta, não a história secreta do escritor, mas o ininterrupto fluxo da torrente espiritual que arrasta, como troncos ou como gravetos, todos os escritores, todos os leitores, todos aqueles que se atiram de ponta-cabeça no caudaloso rio do texto. (SCLIAR, 1997, p. 84).

Não causa estranheza, portanto, a desenvoltura na contação da história de Noel ao médico, seu interlocutor. Ademais, guardara em uma pasta, que levava para o hospital, todas as reportagens publicadas acerca daquele sanitarista. Estava, portanto, em gestação o projeto de escrita da “biografia” de Nutels. Ele também evidencia sua capacidade imaginativa ao

asseverar que era um contador de histórias desde quando o filho era pequeno: “inventava histórias, longas histórias que contava, quando, à noite colocava-o à cama, e cujo final ele nunca escutava, porque adormecia antes (o que não tinha importância: eram para mim também, aquelas narrativas).” (SCLIAR, 1997, p. 117).

Adiante, esse narrador ratifica a tendência a inventar histórias, quando, em reunião do filho Zequi e a célula da juventude comunista do Bom Retiro e, para conquistar a atenção e simpatia do filho, inventa histórias sobre sua amizade com Noel Nutels: “pediram que eu sentasse, que falasse sobre o lendário Noel. Não me fiz de rogado. Conteí tudo o que sabia (e várias coisas que inventei. Pais desesperados estão autorizados a mentir um pouco).” (SCLIAR, 1997, p. 138).

Conforme ressalta Rezende (2016, p. 42), “os personagens contadores [de histórias] na obra [de JPBC] reforçam a importância do contador como garantia da renovação da cultura e da memória que permanece junto aos moçambicanos.”.

Por nossa vez, não podemos esquecer que a cultura dos povos originários brasileiros também se firma na tradição oral, sendo muito recente publicação de obras de autores indígenas como Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, jornalista, poeta e escritor brasileiro, autor de *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e o recente *Futuro ancestral* (2022), dentre outros. Não se pode deixar de citar o professor, ativista e escritor Daniel Munduruku, autor de *Histórias de índio* (1997), *Coisas de índio* (2000), *As serpentes que roubaram a noite* (2001), *A palavra do Grande Chefe* (2008), *Memórias de Índio - uma quase autobiografia* (2016), *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola* (2020), dentre várias outras obras. Esses autores, na atualidade, falam por eles mesmos de suas culturas e cosmovisões.

Porém, devemos ressaltar a relevância de Scliar, em sua narrativa de 1997, ao trazer à tona questões relacionadas aos povos originários, ainda hoje massacrados e desrespeitados, reposicionando também, a nacionalidade brasileira. Como afirma Rezende (2016, p. 42), tratando de OOH: “é notório o reposicionamento da identidade moçambicana na conjuntura do final da Primeira Guerra Mundial, em uma trama tão bem construída e cheia de ambiguidades entre a ficção, História e memória”.

Outro elemento importante para nossa análise diz respeito à linguagem utilizada pelos narradores. Em AMX, ela transita entre a norma culta, sem exageros, mais coerente com o perfil do narrador, um tanto tímido, como também incorpora ditos e palavrões, coerente com a personalidade de Noel descrita nos depoimentos dos amigos. Na ficção, assim como na vida real, Noel coleciona inscrições de banheiros (HOUAISS, 1974, p. 112). Segundo o amigo

Darcy Ribeiro (HOUAISS, 1974, p. 92), ao mesmo tempo em que Noel era tomado de extremos de indignação moral e fúria quando se tratava de temas como injustiça e despotismo, burocracia fria, mercantilismo médico e, especialmente, o cientificismo dos etnólogos que se preocupavam mais com as futilidades acadêmicas do que com o destino dos indígenas objeto de seus estudos, era capaz dos maiores gracejos:

Quanto mais as coisas se punham feias, mais Noel abria suas reservas de humor (oh, meus irmãos, sejamos pornográficos!). Se o assunto era demasiado sério e sem solução, Noel propunha logo: “Menino, bom mesmo é falar de sacanagem”. Como esquecer sua única coleção, a de quadrinhas de mictório! (HOUAISS, 1974, p. 92, grifos do autor).

Eis alguns exemplos extraídos do texto literário:

A mulher do major Azevedo tem cabelo no cu que dá medo. (SCLIAR, 1997, p. 155).

Neste recinto solene, onde a vaidade se acaba, todo covarde faz força, todo valente se caga. (SCLIAR, 1997, p. 130).

Merda não é tinta, dedo não é pincel, quando vier cagar, traga sempre papel. (SCLIAR, 1997, p. 130).

Há também o uso de gírias: “Foda, esse discurso, hein, doutor? Essas metáforas – foda, hein?” (SCLIAR, 1997, p. 106).

Esse narrador – assim como Noel, conforme consta no livro de memórias e depoimentos sobre sua vida – busca nas anedotas um recurso narrativo:

O senhor conhece a história, doutor? Do judeuzinho que era nada? É assim: estão dois judeus, um muito rico e um muito pobre, rezando na sinagoga. Diz o judeu rico, batendo no peito: Deus, eu sou nada! Eu sou nada, Deus! E o pobre, aproveitando a deixa, e também batendo no peito, um peito magro, cavo, peito de tuberculoso: e eu também sou nada, Deus. Ao que o rico respondeu, com desprezo: olhem só quem quer ser nada. (SCLIAR, 1997, p. 107).

Pode-se entender que, ao evocar as anedotas do judaísmo, o narrador do romance brasileiro se equipara ao *griot*²³, assim como o narrador coelhiano, contribuindo, dessa forma, para a transmissão das narrativas orais que perpassam culturas diversas e fortalecendo laços identitários milenares.

²³ Contador(es) de histórias na cultura africana, podendo travestir a verdade ou ornamentar os fatos a fim de despertar o interesse do público. (HAMPÂTÉ-BÂ, 2010, p. 178).

Scliar utiliza a ironia para tratar de questões delicadas como a ditadura no Brasil. Já na primeira página, o narrador resgata um episódio em que Noel, internado em um hospital do Rio de Janeiro, nos momentos terminais, teria acordado com a presença de cinco generais que foram visitá-lo:

De repente o Noel abriu os olhos. Abriu os olhos e olhou os militares. Os dois que estavam a oeste da cama, os dois que estavam a leste, o que estava ao sul – a norte não havia general algum, faltava general para o norte, [...]; olhou todos, um por um, com aquele olhar debochado dele. Um dos generais perguntou como ele estava. E o Noel, que, mesmo morrendo, continuava o gozador de sempre, respondeu: estou como o Brasil, na merda e cercado por generais. (SCLIAR, 1997, p. 8).

Essa ironia coaduna com a personalidade do homem e personagem Noel Nutels: “O Noel era assim, irreverente. Tinha umas tiradas engraçadas, como aquela história de que os índios comem gente, mas não por via oral” (SCLIAR, 1997, p. 129).

Em outra passagem, após contato com os indígenas *karapalo* – quando Noel cura uma indiazinha enferma e a aldeia aceita sua presença –, comenta com o sargento da aeronáutica que tivera mais sorte que o bispo Sardinha, o qual segundo a história fora devorado pelos nativos, o militar demonstra medo. E em face do medo demonstrado pelo sargento, Noel debocha, após observar a magreza do militar: “acho que você não seria exatamente o prato que eles escolheriam. O sargento ri. Gosta do Noel, acha-o engraçado. E o doutor é autoridade, **é preciso rir das piadas das autoridades**” (SCLIAR, 1997, p. 113, grifos nossos).

Sobre a técnica narrativa por meio da qual o narrador traz ao texto as expressões da oralidade brasileira, Berta Waldman (2003, p. 109) esclarece que uma das consequências que a fala trará para a história é que ela manterá o tom mágico e inconstante da matriz oral, longe dos gestos e ideais de uma única verdade textual, resultando em um estilo despojado cujo efeito decorre da medida do narrador.

De outra parte, OOH traz uma linguagem em que se cruzam variadas línguas. A língua portuguesa culta compõe a maior parte da narrativa, mas também estão presentes as línguas locais, principalmente nos letreiros das lojas quando se avança para a periferia de Lourenço Marques. Palavras no idioma inglês, francês e alemão também são utilizadas de acordo com o contexto: alemão no âmbito do exército, francês e inglês nos letreiros e anúncios de artigos finos destinados aos consumidores da elite. Esse conjunto, por um lado, demonstra a delimitação dos espaços de poder e, por outro, aponta para o cosmopolitismo de Lourenço

Marques. Ademais, expressa o amálgama cultural em jogo nos locais em que houve a investida das grandes metrópoles com o objetivo de ampliação de seus territórios e o desejo desses impérios em impor a hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados, como elucida Hall (2014a).

Ainda sobre as estratégias narrativas adotadas e os diversos gêneros textuais presentes na construção dos romances, registra-se, também, o gênero carta.

Em AMX, o narrador escreve missivas para o filho, em nome do amigo Noel, a fim de incentivar a militância da célula comunista à qual Zequi pertencia, mas também como recurso para tornar crível, aos olhos do filho, a amizade e intimidade com o respeitado médico. Já no texto moçambicano, a modalidade está presente como carta aberta dirigida ao governador-geral e escrita por Albasini “e seus camaradas do Grémio Africano” (COELHO, 2010, p. 382).

O narrador a caracteriza como uma carta repleta de ironia, revolta e amargura em razão do tratamento recebido das autoridades, principalmente após a edição da lei do assimilado: **“Não é preciso, Ex.mo Snr. andar com alvarás, tirar alvarás aviltantes para mostrar a padeiros analfabetos, que são brancos, mas que, brancos como são, por culpa sua ou dos pais ou do Estado, não lêem papel e seguem adiante tocando no burro!”** (COELHO, 2010, p. 382, grifos do autor).

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à presença de intertextualidades. Além das referências já mencionadas, referentes aos livros acerca da vida de Noel Nutels, em AMX, e ao diário escrito pelo general Lettow Vorbeck, em OOH, outras podem ser elencadas. Talvez a que faça mais sentido para o contexto seja a paródia de *Iracema*, o romance de José de Alencar, transformada, na obra de Scliar, em amante do narrador. Iracema, vendedora de armarinhos, frequenta a loja para os encontros amorosos. O narrador exulta: “Ah, se Noel pudesse me ver! Ali estava eu, explorando, como o Noel, regiões distantes – mas eram as regiões do prazer que eu explorava. Ele descobrira os índios, eu descobria Iracema.” (SCLIAR, 1997, p. 159).

Nota-se, portanto, que a escolha pelo nome Iracema não é gratuita. Mais adiante, descobre-se que ela roubara a carta escrita pelo narrador e assinada como Noel Nutels, em que descrevia supostos planos para a militância comunista. Iracema teria entregado a carta para seu irmão, o grileiro João Mortalha, que o denuncia como comunista. O mesmo João Mortalha que buscara, em Goiânia, roupas usadas infectadas com o vírus da varíola com o fim de as distribuir aos indígenas e, assim, contaminá-los, levando-os à morte. Desse modo, abriria caminho para a invasão de suas terras. O plano não vingou, pois o grileiro se

contaminou com o vírus, porém foi salvo pelo seu desafeto Noel que se encontrava na região em campanha de vacinação.

O expediente da contaminação por varíola foi utilizado pelos bandeirantes paulistas na ocupação do interior do Brasil, por meio de objetos atraentes, contaminados e deixados pelas trilhas nas florestas. Embora possa parecer distante e absurdo no contexto narrativo, soa, portanto, atual e familiar. Se, por um lado, o artifício das roupas contaminadas não é utilizado na atualidade, por outro, são frequentes as denúncias em relação à contaminação das águas dos rios que abastecem as Terras Indígenas (TIs), seja por metais pesados lançados pelas mineradoras e garimpos, seja pelos agrotóxicos utilizados nas pastagens e lavouras das grandes agropecuárias localizadas próximas, ou mesmo dentro das TIs. Essas práticas concorrem, como aquela, para o adoecimento e, conseqüentemente, o extermínio das populações locais.

Com relação à intertextualidade presente em OOH, o escritor e ensaísta português Eduardo Pitta (2010, *online*) esclarece que

[...] o título remete para “The Moonstone” (1868), de Wilkie Collins. Tal como o diamante amarelo que viaja de Seringapatam para o Yorkshire, “O Olho de Hertzog” é uma gema cobiçada: “Natalie achava-se com direito ao diamante. Afinal, era como se Bill Foster tivesse dado a vida por ele.” Aqui como ali, a pedra “brilha [como] a lua cheia”.

Segundo esse pesquisador, Pedra da lua (*The Moonstone*) seria o nome de um gigantesco diamante que fora roubado por soldados ingleses de um templo indiano. A pedra teria sido amaldiçoada e dada para uma jovem como presente no seu 18º aniversário. Porém, é novamente roubada o que lança outros personagens em uma busca cheia de suspense e mistério. Tal qual ocorre em OOH.

Segundo Pitta (2010, *online*), são

várias as fontes de intertextualidade declarada: “Journey Without Maps” (1936), de Graham Greene, é uma delas. Contudo, as mais importantes são “Heia Safari! Deutschlands Kampf in Ostafrika” (1920), o diário de Lettow-Vorbeck, e “O Livro da Dor” (1925), de João Albasini, coletânea de contos publicada depois da morte do autor. Borges Coelho faz um “patchwork” dessas obras, apoiando nele a trama novelística da obra, servida por um estilo seco isento de rodriguinhos.

Mas, conforme explicita,

a afinidade com Wilkie Collins (o inventor do “thriller” moderno) não acaba no título. A construção da intriga obedece, aqui como ali, à de um inquérito em que cada interlocutor apresenta a sua versão dos mesmos acontecimentos. Porém, contra a economia de Collins, Borges Coelho opõe uma constelação de personagens. (PITTA, 2010, *on-line*).

Esse grande número de personagens dificulta a compreensão da trama que se desenvolve num processo de avanço e recuo, com as variadas versões e, mais ainda, pela existência de dois narradores e variadas referências a localidades que não fazem parte do nosso cotidiano. Quando se está familiarizando com um narrador, ocorre a alternância²⁴.

A leitura de AMX se apresenta muito mais fluente quando comparada ao texto moçambicano. Talvez pela intimidade com o contexto ou pela menor complexidade da tessitura textual.

As considerações acima apresentadas sinalizam para a pertinência das discussões acerca das ambiguidades do romance contemporâneo dissecados por Garramuño (2012). Essa autora, discorrendo acerca da relação entre arte e experiência, destaca a emergência, na contemporaneidade, de

[...] textos que desestruturam gêneros e subjetividades [...]; narrativas que insistem numa primeira pessoa [...]; composições com apelações a eventos e acontecimentos contemporâneos [...]; escrita cheia de nomes de pessoas e de espaços reais [...]; todos esses textos que parecem existir como esgarçamentos de formas ou implosões dentro do continente de uma obra. (GARRAMUÑO, 2012, p. 22-23).

Nesse sentido, ela assevera tratar-se “de um tipo de escrita que, apesar de tornar evidente os restos do real que formam o material de suas explorações, desprende-se violentamente da pretensão de pintar uma ‘realidade’ completa regida por um princípio de totalidade estruturante.” (GARRAMUÑO, 2012, p. 23).

Garramuño (2014, p. 28) amplia a discussão ao apostar no inespecífico e assevera que a desapropriação da especificidade está assinalada pela elaboração de práticas de não pertencimento. Essas práticas questionam a especificidade tanto do sujeito, quanto do lugar, da nação e até da língua, resultando em “outros modos de organizar nossos relatos, e, por que não?, também nossas comunidades.” (GARRAMUÑO, 2014, p. 29). Ela sustenta, portanto, a

²⁴ Após uma primeira leitura, adotamos uma estratégia para facilitar a compreensão e análise do texto. Adquirimos um volume extra da obra e o desmontamos, reorganizando-o em dois, conforme o narrador de primeira e de terceira pessoa. A releitura fluiu de forma mais corrente, apesar de tantas referências a ruas de Lourenço Marques, rios e aldeias de Moçambique, pessoas reais e fictícias.

inespecificidade como a retirada do sentido de pertencimento, desnudando o potencial crítico da arte.

Para essa crítica, o questionamento da especificidade e do pertencimento na literatura encontrou, nas últimas décadas, outras maneiras de se manifestar. Em suas palavras:

[...] expandiu seu meio ou suporte para incorporar outras linguagens no interior de seu discurso – com a incorporação de fotografias, imagens, blogs, chats e e-mails, por um lado, mas também, com os pontos de conexão e fuga entre diversos discursos literários, como as memórias, o documental e o ensaio, entre outros. (GARRAMUÑO, 2014, p. 87).

Mas não só, os textos literários também abrigam, de forma crescente, “uma séria de perfurações em seu interior” (GARRAMUÑO, 2014, p. 87) que resultam na convivência das heterogeneidades. Remetendo à instalação *Fruto Estranho*, de Nuno Ramos, Garramuño pensa a arte e, por conseguinte, a sociedade. Ela postula que,

[...] para além de uma essência produzida coletivamente, para além da identificação homogênea que funda o pertencimento, a grande aposta da arte inespecífica se propõe como uma invenção do comum sustentada num radical deslocamento da propriedade e do pertencimento. (GARRAMUÑO, 2014, p. 102).

Essa autora alerta para a importância de contarmos com a “renovação dos poderes da arte para intervir naquilo que não é arte como um dos resultados mais evidentes – e promissores – dessa arte inespecífica” (GARRAMUÑO, 2014, p. 102), pois

[p]ráticas do não pertencimento, como as obras de Nuno Ramos, fazem de uma área importante da arte contemporânea um laboratório de ideias e de inspirações para pensarmos e imaginarmos, como dizia o último Barthes, **como viver juntos**. (GARRAMUÑO, 2014, p. 103, grifos da autora).

Desse modo é que, a partir das reflexões acerca das questões da inespecificidade, da ambiguidade e do estilhaçamento das formas, bem como da hibridização que atravessam as narrativas, entendemos mais produtivo examinar AMX e OOH como narrativas embebidas no real do que perscrutá-las sob o enfoque de romance histórico.

3. 4 Representações do Brasil e de Moçambique

Como evidenciado pelos narradores, a dificuldade de se compreender culturas diferentes e ir ao encontro do outro perpassa a experiência humana, constituindo-se, desse modo, em uma questão universal. Talvez por essa mesma razão, este tema esteja no cerne das preocupações do indivíduo e, por conseguinte, da sociedade, ganhando contornos de quase obsessão na contemporaneidade e, como não poderia deixar de ser, na ficção.

Decorre, então, o obstinado exercício de reflexão acerca da(s) identidade(s) e sua representação nas ficções. Não é sem razão que Zilá Bernd (2011, p. 19), retomando Ricoeur, lembra-nos que “a construção da identidade é indissociável da narrativa e consequentemente da literatura”.

Pensar a identidades nacionais brasileira e moçambicana constitui-se no objetivo deste capítulo.

3.4.1 A identidade brasileira e a identidade moçambicana

No âmbito das obras analisadas, a questão das identidades nacionais já desponta ao início das narrativas, conforme observado alhures. As personagens estão postas como passageiros de navios, Hans/Henry Miller a bordo do Ferreira e Noel e o narrador inominado a bordo do Madeira, apontando para o entre-lugar, um deslocamento não apenas físico, mas em trânsito entre identidades diversas.

À vista disso, Maria Zilda Ferreira Cury (2002) discorre sobre como a identidade do imigrante incorpora o entre-lugar da viagem de navio, uma casa flutuante entre a terra natal e a nova terra. O vapor se torna um espaço de transição a condicionar o olhar do imigrante para o novo país, mas, também, reflete o mundo deixado para trás, para onde sempre se retorna, mesmo que por meio da lembrança (CURY, 2002, p. 15). Trata-se, portanto, de uma viagem para o longe, para o fora, mas também para o dentro, o interior do indivíduo. Ele se encontra, assim, em circunstância delicada que envolve uma negociação de identidades.

Ao tratar tal problemática, Hommi Bhabha (1998a) questiona e esclarece acerca das zonas fronteiriças, o entre-lugar e o hibridismo cultural. Ele assevera que

Esses entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998a, p. 20).

Os narradores dos textos ficcionais em tela estarão, a partir de então, impregnados pelo signo da angústia por se encontrarem nesse lugar de trânsito: carregam a própria bagagem cultural e dialogam com a diversidade de elementos da cultura dos países que os acolhem. Isso acarretará uma nova perspectiva de apreender o mundo.

Nesse sentido, Hall sugere pensar as culturas nacionais como constituídas de um amálgama de culturas, ou seja, ele propõe que se enxergue a identidade nacional composta por culturas díspares, e não como “culturas nacionais unificadas” (HALL, 2014a, p. 36). Da mesma forma Bernd concebe a identidade nacional como “um dos polos de um processo dialético; portanto como ‘meio’ indispensável para entrar em relação com o outro, e não como ‘fim’ em si mesmo.” (BERND, 2011, p. 12). Esta autora, assim como Bauman (2005), opta por trabalhar com o conceito de identificação ao invés de identidade, entendendo aquele como um processo, e não como algo estanque e definido.

Em certa medida, é o que elucida Rita Chaves (2005, p. 197) quando ressalta a recorrência, nos últimos tempos, de textos memorialísticos tanto em Moçambique quanto em Angola, esclarecendo que esse fato aponta para a necessidade que esses povos sentem de ofertar novas contribuições para a construção de suas histórias, tendo em vista o silenciamento imposto pela dominação estrangeira ao longo de séculos. Isso implica a questão da identidade.

Ressalvadas as diferenças históricas, pode-se pensar também nos aportes trazidos por Scliar para se questionar o pensamento acerca da identidade nacional, vista por alguns, a exemplo do referido ex-ministro da educação, como um produto acabado, fixo e imutável. Por outro lado, é preciso ter cuidado para, conforme alerta Bernd (2011, p. 29), não se fixar nos binarismos negro/branco, nativo/estrangeiro, eu/outro, sob o risco de se reforçar o racismo, o colonialismo etc., mas pelo contrário, alcançar “um entre-lugar que os engloba e os ultrapassa”.

Pesavento e Lennhardt (1998, p. 20), discutindo sobre as representações das identidades nacionais, observam que “formular uma identidade nacional, desenhar o perfil do cidadão, estereotipar o caráter de um povo correspondem a práticas que envolvem relações de poder e que objetivam construir mecanismos de coesão social”. Nos textos trabalhados, podemos observar que os autores denunciam essas relações de poder e a subalternidade imposta aos povos originários. Porém, tal estratégia de dominação não se deu só a esses, como também aos imigrantes desprovidos de suporte financeiro que aportavam no Brasil em busca de melhores condições de vida, fugindo das guerras, perseguições e da miséria.

Os narradores de ambas as obras elegem, como referências, personalidades de origem comum (da comunidade de vida e de destino), e não da segunda categoria (comunidade de ideias). Poderia estar em jogo, aí, a questão do pertencimento. E, talvez, possa apontar para o conceito de “tradução cultural”, postulado por Hall como “formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 2014a, p. 88). Esses indivíduos possuiriam vínculos profundos com seu passado, mas sem possibilidade de a ele retornar. Assim, sua cultura é obrigada a dialogar com a outras, sem necessariamente implicar em perda da identidade de origem.

Em se tratando de identidade brasileira, Jeffrey Lesser (2001, p. 20), em sua obra *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, provoca o leitor a refletir sobre a dicotomia entre o reconhecimento público do “brasileiro” e a contestação da “brasilidade”. Nesse sentido, o autor esclarece que, a partir do século XIX, tais conceitos e seus sentidos se tornaram intensamente arbitrários, considerando o processo migratório para o território brasileiro, o que levou à inserção desses recém-chegados ao paradigma identitário nacional ou às suas transformações. Assim, o referido autor constata que a identidade nacional única ou estática seria uma falácia, haja vista que o próprio conceito é fluido e dinâmico, razão pela qual se abre às diversas frentes de pressão, advindas “de baixo” ou “de cima”.

Lesser (2001, p. 20) esclarece, ainda, que a elite dominante impunha um discurso relacionado à etnicidade como traição, culminando na necessidade de aceitação da identidade nacional europeizada e homogênea pelos novos residentes do território brasileiro. Todavia, o autor destaca que tal ideia era percebida de formas diversas, tanto pela elite, quanto pelo povo. Assim sendo, os imigrantes e seus descendentes alteraram a ideia de nação proposta pelos donos do poder, desenvolvendo estratégias para se tornarem brasileiros. Por isso, Lesser destaca que a tese relacionada às concepções de identidade nacional da elite, baseada na eliminação da diversidade étnica, deve ser modificada, haja vista a necessidade de se compreender os desafios e a complexidade dos conceitos de brasilidade.

A concepção de identidade brasileira elaborada pela elite, de negação da diversidade, conforme destaca Lesser, faz evocar, uma vez mais, o já mencionado discurso do então ministro da educação de que “só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré”. Cabe, aqui, problematizar o lugar de fala do ministro, professor de universidade pública, formador de opinião.

Em consonância com o que se tem explanado, Sílvio Renato Jorge, discorrendo acerca de releituras do colonialismo português nas obras de João Paulo Borges Coelho e outros autores, ainda que anterior à publicação à OOH, afirma que este autor

[...] parece apontar para a necessidade de retermos a sociedade atual de seu país como fruto de um largo processo de formação, que não pode prescindir das trocas culturais advindas da convivência, mesmo que pouco pacífica, de vários povos e etnias em um mesmo espaço. (JORGE, 2009, p. 135).

Retomando os narradores dos romances, embora eles escolham seus pares para o contraponto de suas identidades, a diferença entre culturas aparece de forma bastante marcada, abalando, assim, a ideia de uma cultura nacional homogênea. E, no âmbito dessa relação, a questão da exclusão, ou seja, dos sistemas classificatórios na identidade nacional, surge como ponto importante a ser pensado.

Para Cabaço, “a identidade nacional ‘normal’ implica **classificação, hierarquização** e uma **identificação** que engloba e exclui, que estabelece ‘quem é’ e ‘quem não é’. Nas relações no interno da comunidade, esse exercício se traduz em poder.” (CABAÇO, 2009, p. 19, grifos do autor).

Também Boaventura de Sousa Santos, no ensaio *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*, reflete acerca da questão de hierarquização, sobre quem detém o poder para classificar o outro. Para ele,

As identidades são o produto de jogos de espelhos entre entidades que, por razões contingentes, definem as relações entre si como relações de diferença e que lhes atribuem relevância. As identidades são sempre relacionais mas raramente são recíprocas. A relação de diferenciação é uma relação de desigualdade que se oculta na pretensa incomensurabilidade das diferenças. Quem tem poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha. (SANTOS, 2003, p. 29).

Em AMX, isso está escancarado na relação de poder entre o Estado e os povos originários. O texto explicita a árdua luta de Noel Nutels, seja denunciando o genocídio dos povos indígenas ou batendo-se para conseguir sensibilizar os gestores com o fim de implementar políticas públicas que possibilitassem algum benefício àqueles colocados à margem, espoliados em seus direitos.

Ele perambula pelos ministérios, expõe, argumenta, interpela as autoridades, “Noel não hesita em pedir, a quem quer que possa ajudar, aviões” (SCLIAR, 1997, p. 116). Mas esbarra, quase sempre, na indiferença ou má vontade política. Após muito esforço consegue

criar, em 1956, o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) com o objetivo de prestar atendimento médico às populações do interior do Brasil.

E suas campanhas se tornam célebres. Chega num lugar, coloca uma faixa anunciando vacinas, exames, tratamento dentário, tudo de graça – e convoca a população para ser examinada. Aproveita festas, procissões, mobiliza cantadores populares. Sempre lutando com as dificuldades burocráticas, com a falta de verbas. Quando o dinheiro do ministério não vem, empenha as jóias da mulher, compra combustível para os aviões. (SCLAR, 1997, p. 116).

Dessa forma, realizavam testes de tuberculose, exames de raio-X, vacinações, extração de dentes e campanhas educativas para as populações indígenas e rurais. Noel Nutels foi diretor do SUSA desde a criação até 1973, ano de seu falecimento.

Já a narrativa moçambicana oferece inúmeros exemplos que poderiam ser apropriados, como as minuciosas descrições das ruas do centro de Lourenço Marques, a “cidade de pedra”, em contraposição ao caos da periferia, a “cidade de palha”. Durante caminhada pelas ruas, o narrador constata ser aquela “uma cidade de pedra envolvida numa falsa azáfama de bem-estar e progresso, mas cercada de uma auréola cinzenta feita de força bruta, sofrimento e palha: o mundo dos condenados. Numa só cidade, duas. Lado a lado.” (COELHO, 2010, p. 291).

Mais impactante ainda o obituário do jornal que Hans folheia:

Enterramento feitos: Ya Assam, 69 anos, natural da China, proprietário; Jamenandas, 48 anos, natural de Bombaim, negociante; Francisco Matias da Fonseca, 17 meses, natural de Lourenço Marques, branco; Caetano da Costa, 28 anos, natural da Grécia, pedreiro; Pimbi, 3 anos, natural de Chamanculo, preta; uma criança do sexo feminino de um dia de idade, parda; Alexandre David, natural de Coimbra, militar; [...]; dois recém-nascidos, cor preta, um masculino e um feminino. No mesmo período foram enterrados no Cemitério Municipal de Lhanguene 23 indígenas do sexo masculino e um do sexo feminino. (COELHO, 2010, p. 294-295).

Como se nota, as classificações que refletem o social e o político acompanham o indivíduo até sua morte: proprietário, negociante, branco, pedreiro, preta, parda, militar. E para os de cor preta e para os indígenas é negado até o direito ao nome, conforme registro do obituário: “recém-nascidos, cor preta, um masculino e um feminino” e ainda “23 indígenas do sexo masculino e um do sexo feminino.” (COELHO, 2010, p. 295).

O discurso do narrador de OOH evidencia o aparato do poder colonial e abre discussão sobre a questão do estereótipo acerca do nativo, que perpassa toda a narrativa. Há uma ruptura

quando este, juntamente com Albasini, visita a aldeia natal do jornalista e relata a relevância do matriarcado naquele contexto.

Albasini parece encarnar a complexidade do hibridismo discutido por Peter Burke (2019). Aquele personagem, de origem portuguesa pelo laço paterno e africana pelo vínculo materno, convive com o elemento colonizador português e tenta se equilibrar em uma sociedade de predominância colonial naquela Lourenço Marques dos anos de 1918. Encerra em si as ambiguidades identitárias que o constitui. Tanto é assim que ele assina os textos que escreve para o jornal *O Brado Africano* com três nomes e linguagens distintas:

[...] uns dias com o nome próprio, é certo, mas outros – se escreve à maneira de um branco, se o seu coração bate em português – como João das Regras; e outras ainda, quando lhe apetece ter defeitos de sintaxe, errar na gramática, assumir a voz da rua contra os malditos que abafam a Província, como Chico das Pegas. (COELHO, 2010, p. 381).

Apesar de ser aceito nos clubes da elite, é motivo de chacota ao ter tornada pública sua paixão por uma moça branca da alta sociedade. O que constituiria em causa de desgosto para o jornalista.

Cabaço esclarece que o processo de assimilação, legalizado por portaria governamental²⁵, impunha ao colonizado incorporar uma cultura importada da Colônia, o que se por um lado, possibilitava algum benefício, por outro, reforçava a condição cindida do indivíduo:

[...] se, pela **assimilação**, o **indígena** ganhava o estatuto jurídico de cidadão, no plano social ele permanecia sempre um membro subalternizado, nunca visto pelos colonos como “um de nós” e sempre como “o mais civilizado deles”, o outro a quem, em vez do estigma da caderneta era imposto o estigma “privilegiado” do alvará de assimilado. (CABAÇO, 2009, p. 118, grifos do autor).

Com efeito, assevera esse autor, os assimilados funcionariam mais como “uma prova viva, essencialmente ritual, da missão civilizadora. [...]. O alvará era o *documento* que atestava o sucesso do colonialismo” (CABAÇO, 2009, p. 120, grifo do autor). Ele adverte que essa estratégia visava muito mais a criar uma classe intermediária entre dominador e dominado, “uma pequena elite de africanos que servisse e não competisse (CABAÇO, 2009, p. 119), composta principalmente por mestiços e asiáticos. Dessa forma, não se trata de desejo

²⁵ Portaria provincial n. 317, publicado no Boletim Oficial n 02/1917 e promulgado pelo Governador Geral Álvaro de Castro.

de inclusão dos indígenas na ordem cultural e jurídica dos colonos portugueses, e, sim, uma manobra para manutenção da ordem estabelecida.

Gallo ressalta que a denominada “portaria do assimilado” ou “alvará do assimilado” “selou a divisão na sociedade colonial, categorizando o *assimilado*, que seria o africano tido como ‘civilizado’, o *indígena*, o suposto africano não ‘civilizado’, e o *não indígena*, ou seja, o europeu e outros grupos não bancos, como os indianos.” (GALLO, 2022, p. 178, grifos da autora).

Coelho explicita a necessidade de os negros terem que provar a condição de trabalhadores. Albasini, ao se dirigir à delegacia para libertar Henry Miller, denuncia essa situação humilhante recordando artigo publicado no jornal no qual revela que a polícia enchia os calabouços com “pretos indefesos que se não registaram, não por desobediência à lei que se não cansam sequer em discuti-la, mas porque dela não tinham conhecimento” (COELHO, 2010, p. 126). Na delegacia, ele observa as pessoas detidas:

[...] atrás do balcão, os funcionários registam e investigam os crimes da cidade: condutores de riquexó sem a respectiva licença, pequenos ladrões, simples mulheres do campo em visita a um familiar da cidade (mulheres com o ar de quem não compreende o que lhes aconteceu), marinheiros bêbados, [...], ou mesmo simples indocumentados com justificações que não lembrariam ao diabo. E, claro, agitadores grevistas. (COELHO, 2010, p. 127).

Discorrendo sobre o assunto, Cabaço informa acerca daquela portaria:

[...] até o início dos anos 60 existia de facto um recolher obrigatório nas cidades para os negros. E depois das 21 horas qualquer indivíduo africano que circulasse pelas ruas era parado pelos policiais e tinha de provar sua condição de **assimilado** ou justificar sua situação. Curiosamente, bastava que fosse portador de um bilhete manuscrito do “patrão”, e que o policial acreditasse na sua veracidade, para que não fosse detido. A “qualidade” da redacção em português certificava a autenticidade do bilhete, tal era o abismo simbólico que separava “senhores” e “escravos”. (CABAÇO, 2009, p. 46, grifos do autor).

A seu turno, Santos (2003, p. 39) observa que,

[e]m Moçambique, a política de assimilação é introduzida como parte do sistema político colonial, e a partir de então a divisão entre nativos e não-nativos é reforçada. Como cidadãos de status inferior, os assimilados (negros, asiáticos, mistos) tinham cartões de identidade que os diferenciavam da massa dos trabalhadores não assimilados, detentores de uma caderneta indígena. Os nativos, a maioria da população, não possuíam cidadania, não

tinham direito algum, sendo mal pagos, explorados, sujeitos a um ensino rudimentar, ao trabalho forçado, a regimes penais de deportação etc.

Sobre o arcabouço político-jurídico de classificações utilizadas pela colonização em Moçambique, a pesquisadora Denisse Omar, professora da Universidade Rovuma de Moçambique, explicita que, aos negros, foram impingidas designações discriminatórias e criadas “categorias legais e submissas para enquadrar o nativo, como foi o caso dos ‘indígenas’ que, segundo o europeu, eram indivíduos ‘selvagens’, sem história e que careciam passar por um processo de progressão civilizacional.” (OMAR, 2021, p. 107).

Ao tratar do segregacionismo urbano explicitado em OOH, resgatamos as reflexões de Omar, que, ao analisar o processo de implementação da legislação que fragmentava os espaços entre “indígenas” e “europeus” em Moçambique, durante o período colonial, com ênfase nos séculos XIX e XX, assegura:

à semelhança de outros países europeus, Portugal defendia o direito histórico de promover o avanço dos povos considerados atrasados em função do seu desenvolvimento económico, cultural e político. No entanto, pode-se dizer que os portugueses, com o intuito de naturalizar uma inferioridade construída, criaram a nomenclatura sociojurídica do “indígena”, pois este só poderia ascender a outras categorias sociais se passasse por um processo civilizatório. (OMAR, 2021, p. 109).

Essa autora salienta que

A partir do momento em que os negros de Moçambique passaram a ser classificados como pertencentes à classe “indígena”, os europeus criaram regulamentos políticos que separavam os espaços sociais, ou seja, aos negros não era permitido ocuparem os mesmos espaços sociais entre escolas, igrejas, hospitais, ruas e estradas de circulação que os europeus, sob pena de serem castigados, presos ou até mesmo mortos. (OMAR, 2021, p. 110).

Omar (2021, p. 119) observa que o Estatuto Indígena foi revogado por meio do Decreto-Lei nº 43.89, de 6 de setembro de 1961, contudo, ela destaca que a abolição desse estatuto visava muito mais a apaziguar a revolta contra a administração colonial do que proporcionar a melhoria da condição subalterna dos negros. Conforme a autora:

a classe “indígena” foi construída com um único propósito, mostrar à comunidade internacional que este era um povo inferior e que devia passar por um processo evolutivo de modo a adquirir a civilização. A partir da construção dos “indígenas”, abriram espaço para o aparecimento dos assimilados – indivíduos que se convertiam aos ditames portugueses.

Ficando o negro durante todo o processo da colonização prejudicado devido a sua condição subalterna. (OMAR, 2021, p. 120).

Importante ressaltar, uma vez mais, a maneira como Coelho (2010) resgata a situação de exploração colonial, localizando-a na ficção em forma de denúncia. Para um leitor desavisado, pode soar como mais um recurso narrativo, mas não para um leitor atento.

Boaventura de Sousa Santos contribui para essa contextualização, ao esclarecer que “o assimilado é protótipo de uma identidade bloqueada, construída sobre uma dupla desidentificação: quanto às raízes africanas, às quais deixa de ter acesso direto, e quanto às opções de vida européia, a que só tem um acesso muito restrito” (SANTOS, 2003, p. 44-45).

Ao discorrer acerca das ambiguidades e conflitos que envolvem a adesão moçambicana à lusofonia, um dos marcadores daquele sistema classificatório, o escritor Mia Couto, no ensaio *Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes*, contido na obra *E se Obama fosse africano?*, enfatiza as mesmas questões. Segundo Couto (2011, p. 177), no ano de 1975, ano da independência de Moçambique, mais de 75% dos moçambicanos não falavam o idioma português e, passados vinte e cinco anos, 40% não o falam. Os falantes normalmente o utilizam como segunda língua e, apenas, 3% dos moçambicanos tem esse idioma como língua materna. O que esse autor quer evidenciar é a diversidade de nações que compõem o território moçambicano e o uso circunscrito dessa língua em “um território cultural inventado por negros urbanizados, mestiços, indianos e brancos”, grupo esse que, segundo ele, embora minoritário e urbano, ocupa “os lugares-chave nos destinos políticos e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade.”

Consoante ressalta Couto (2011, p. 177), “a política portuguesa em África foi orientada no sentido de fabricar uma camada social – os assimilados – capaz de gerir a máquina do Estado colonial. Os candidatos a assimilados deviam virar as costas à sua religião, à sua cultura, às suas raízes”. Ele esclarece que o domínio da língua do colonizador se caracteriza(va) na linha divisória entre os “chamados civilizados e os não civilizados (os denominados indígenas)”.

Mais uma vez, importa iluminar o conceito de indígena nos contextos de Moçambique e do Brasil. Como explicitam os teóricos mencionados, a concepção imperialista de indígena implica na visão de “não civilizado”, em oposição ao colonizador considerado “civilizado”. Esse pensamento está explicitado tanto pelo narrador de AMX (na imaginação de que os indígenas comiam gente) quanto pelo narrador (de primeira pessoa) de OOH, que emite juízo negativo ao realçar a violência atribuída aos *askaris*. Ademais, as figuras de João Albasini e

Noel Nutels se constituem em ponto focal para a compreensão de OOH e AMX. Enquanto o jornalista, nascido em terras moçambicanas, tenta se equilibrar entre mundos tão díspares, o indigenista nascido na Rússia e naturalizado brasileiro parece se irmanar, sem sobressaltos, à(s) cultura(s) indígena(s).

Cabaço pondera que o ritual de passagem para a categoria de assimilado constituía em “duplo rito de separação: afastava o *assimilado* do *indígena* e consagrava-o objectivamente como ‘casta inferior’ no mundo dos ‘cidadãos’, mas subjectivamente como a ‘casta superior’ no mundo dos autóctones.” (CABAÇO, 2009, p. 119, grifos do autor).

Esse autor esclarece que a migração de colonos e militares para Moçambique provocou uma disputa entre os recém-chegados e os nativos letrados, caso de Albasini. Houve, então, uma intensa competição pelos melhores postos de trabalho, pelos negócios mais lucrativos, pelo controle da propriedade, ou seja, pelo privilégio econômico e social (CABAÇO, 2009, p. 123). Os incentivos e privilégios concedidos pelo governo português aos colonos, em detrimento dos “filhos da terra” provocaram a resistência destes que, em defesa de seus interesses, criaram uma associação em defesa da comunidade negra e fundaram o jornal *O Brado Africano*.

Rezende (2016, p. 85) relembra que

A busca da identidade na diferença, revela muitas culturas, assim como Albasini e as denúncias publicadas em seu jornal sobre as questões de gênero, étnicas, entre tantas outras discussões sociais e políticas debatidas em discursos originais e únicos. O personagem Albasini dialoga, na narrativa, sobre a sua preocupação a respeito de todos terem um sentimento de unidade, de identificação pelo sofrimento comum, em um mesmo coletivo de marginalizados da colônia moçambicana, ainda que cada um carregue a sua história pessoal de vida.

Coerente, portanto, com as premissas de Burke (2019, p. 31) quando assevera a necessidade de se “ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro”.

Nesse sentido, OOH coloca também em pauta o questionamento acerca da ideia de assimilação, como a existência de uma cultura subordinada adotando características da cultura dominante (BURKE, 2019, p. 44). Na oportunidade em que Hans, ainda sob a personalidade Henry Miller, acabara detido pela polícia em virtude de encontrar-se alcoolizado, Albasini interfere, consegue libertá-lo, mas ouve admoestações dos policiais:

o tenente censurou-lhe as amizades, aventureiros estrangeiros aqui chegados sabe-se lá com que intenção; mencionou mesmo, com ironia grosseira, as raças e as suas diferentes virtualidades (como é que Albasini, um preto assimilado, educado, jornalista, se metia com gente daquela?) (COELHO, 2010, p. 125).

Apesar de severas críticas acerca de uma possível postura eurocêntrica dos jornais editados/dirigidos por Albasini (*O Africano* e *O Brado Africano*), os pesquisadores Antonio Hohlfeldt e James Santos (2009), em *Síntese histórica da imprensa moçambicana: tentativa de interpretação*, tratando especificamente da avaliação do escritor Ilídio Rocha, em referência ao assunto, asseguram que as pesquisas empreendidas contrariam essa visão radical. Eles consideram que,

[s]e o jornal se coloca às vezes crítico em relação aos negros, defendendo, sobretudo, aos mulatos, torna-se um eficiente porta-voz da colônia junto à metrópole, o que ultrapassa qualquer questão racista. De qualquer maneira, ambos os irmãos Albasini foram militantes de uma causa objetiva, a defesa do interesse dos coloniais, como chamavam os mestiços nativos de Moçambique. (HOHLFELDT; SANTOS, 2009, p. 18-19).

Nessa perspectiva, Hohlfeldt e Grabuska (2010, p. 208), no artigo intitulado *Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão*, sustentam a importância de Albasini no âmbito da história político-cultural moçambicana:

Pode-se dizer que João Albasini foi verdadeiramente o primeiro jornalista de Moçambique; foi, também, autor de obra literária [*O livro da dor*] que divide períodos na formação daquela literatura, da mesma maneira que ajuda a constituí-la, publicando os primeiros escritores do país. Militante, defendeu a cidadania do indígena e do mulato, deu especial atenção à posição social da mulher e reconheceu, na educação, o elemento dinamizador de civilização.

Embora o autor de OOH tenha afirmado, em entrevistas, que sua escrita ficcional seja independente de seu ofício de historiador, percebe-se a relevância da presença e resgate histórico da figura de Albasini como personagem, bem como de suas crônicas e editoriais, recuperando, dessa forma, a história de Moçambique. Ademais, possibilita a reflexão acerca das contradições típicas do colonialismo como a exploração e exclusão político-econômica-social de determinadas populações.

Muitas questões trazidas no bojo da obra ficcional continuam em pauta naquela e em outras nações que experienciaram o colonialismo. Albert Farré (2015, p. 201), no texto

Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique, assegura que

os debates de João Albasini, no início do século XX, e os debates do final do século XX mantêm umas mesmas temáticas, embora as palavras sejam, às vezes, diferentes. [...]. No meio ficam os percursos da experiência colonial. As diferenças entre um período e outro são os tipos de violência vividos durante os regimes políticos, assim como os ressentimentos, as frustrações e os oportunismos acumulados durante um século.

Com efeito, a narrativa explicita a espoliação vivenciada pelos habitantes em sua condição de colônia. O narrador descreve os vendedores, os mineiros, os garçons dos hotéis nos quais hospeda, todos negros. Explicita a diferença social conforme suas andanças pelas ruas de Lourenço Marques.

Em uma dessas oportunidades, quando cruza a cidade para um almoço na aldeia natal de Albasini, o narrador descreve a paisagem e ressalta a gradual alteração:

Descem a Avenida Aguiar [...]. Entram na Avenida da República. [...]. Dobram à direita para subir a Manuel Arriaga [...]. Viram à direita na Pinheiro Chagas, prosseguem de herói em herói pela cidade branca [...] até que as avenidas dão lugar a ruas tortas, e estas a caminhos, e tudo começa a mudar. Por vezes surgem pequenas concentrações de lixo e de miséria, como se os viajantes observassem agora, nestes subúrbios, a sombra da cidade branca, a cidade que a outra cidade esconde nas suas costas. [...]. [...] tudo desgrenhado, tudo crescendo à solta. [...] e as formas geométricas acabam por ceder lugar às manchas, à alvenaria, à palha, os anúncios a ingênuos cartazes escritos à mão em língua estranha: *Ni xavissa makkala*, **Vende-se carvão**. (COELHO, 2010, p. 190-191, grifos do autor).

O excerto faz refletir sobre as diferenças sociais por meio da transformação da estética urbana: por um lado, o centro de Lourenço Marques apresenta-se como resultado de um elaborado projeto arquitetônico, tudo bem pensado, limpo e branco, como branca é a maioria de seus habitantes. Por outro, a periferia está representada como mancha, algo torto, desgrenhado, crescendo à solta.

Saraiva (2011, p. 238) observa que

[...] para tentar apreender essa realidade, o leitor percorre as ruas da capital moçambicana como se fosse guiado por um *travelling*, observando através dos olhos do narrador a disparidade entre a vida da população trabalhadora de negros africanos, em sua luta pela sobrevivência no cais do porto ou nas minas da África do Sul, e uma mínima elite europeia ou europeizada vivendo num mundo paralelo de consumo, acumulação e luxo.

Sobre os povos locais, o narrador expõe o seu juízo de valor:

A violência nos combates incitava cada vez mais a fúria de todos, mas, “sobressaíam, neste aspecto, os *askaris*, que avançavam aos gritos, largando capins, perseguindo de facão na mão o inimigo apavorado como se tivessem uma sede urgente de algo que estivesse dentro dele. Uma sede urgente e infinita.” (COELHO, 2010, p. 75).

Talvez seja importante destacar que a ambientação ocorre no período da Primeira Guerra Mundial, mais especificamente 1917, ano em que, segundo Cabaço (2009, p. 125), foi publicada a Portaria Provincial n. 317, de 9 de janeiro, em que “se estabelecia juridicamente, entre os ‘**indivíduos de raça negra**’, a diferença entre os que não se distinguiam do comum da sua raça e os **assimilados**. Estes, se comprovados os requisitos, poderiam requerer o “alvará de assimilação”. A portaria teria gerado descontentamento pois classificava os brancos da terra como “indivíduos da raça negra”. Assim, os assimilados deveriam portar o alvará enquanto os indígenas portavam a caderneta indígena.

De acordo com aquele autor, a “exigência do alvará foi recebida pelos africanos letrados como uma humilhação porque seu estatuto social passava a ser substituído por sua condição racial.” (CABAÇO, 2009, p. 126). Para esse crítico, a opção pelo alvará aprofundou as diferenças na sociedade moçambicana, uma vez que os assimilados eram considerados “os outros” pelos indígenas bem como pelos colonos (CABAÇO, 2009, p. 126). Nesse sentido, pode-se inferir que a fúria descrita pelo narrador de OOH, no excerto acima, tenha se acumulado ao longo do período de dominação portuguesa e agravada pelos últimos acontecimentos de 1917. Fúria que se extravasava como metáfora da sede de liberdade.

O narrador complementa, mais adiante, comentando as reações após a derrota dos portugueses:

Do nosso lado a situação era bem diferente, sobretudo no caso dos *askaris*, gente experimentada, aguerrida, diria mesmo que tresloucada, como se só na destruição e no aniquilamento dos outros pudessem encontrar um fim para a humilhação que era terem sido obrigados a fugir da sua terra. (COELHO, 2010, p. 76).

Com razão, Cabaço assevera que

sobre o esqueleto dessas sociedades [africanas] outrora dinâmicas se construiu a representação do *indígena* não como indivíduo, mas como “membro de uma tribo”, como membro de uma comunidade sem história,

sem sentido de Estado, sem valores éticos, sem economia, isto é, sem civilização. (CABAÇO, 2009, p. 117, grifos do autor).

O olhar alemão sobre os pisteiros, habitantes locais encarregados de coletar informações acerca dos exércitos inimigos, apresenta um juízo de valor negativo, atribuindo a eles falta de cognição. O narrador de OOH pontua que

[...] tanto quanto podiam trazer informações também podiam levar-nos, como as suas fantasias, aos erros de avaliação mais grosseiros. Embora muitas vezes os puníssemos por isso, é certo que nem sempre o faziam com má intenção, mas antes influenciados pelos exageros que estão sempre a patentear. Vêem um saco de feijão e imediatamente imaginam um celeiro cheio, tal como a partir de dois soldados brancos imaginam a existência de um exército! (COELHO, 2010, p. 156).

No âmbito da perspectiva do que Couto (2011) chama de nações dentro de uma nação, recorre-se a Appiah (1997), ao discorrer acerca das identidades africanas, colocadas no plural, que adverte sobre a necessidade de se compreender a variedade das culturas pré-coloniais para apreender a variedade das culturas contemporâneas e, assim, situar a questão da identidade. No âmbito do pensamento de Appiah (1997, p. 246),

[...] a identidade africana é, para seus portadores, apenas uma dentre muitas. Como todas as identidades, institucionalizadas antes que qualquer um tenha estabelecido em caráter permanente um sentido único para elas – [...] – ser africano é, para seus portadores, um dentre muitos outros modelos destacados de ser, por todos os quais [modos] é preciso lutar e tornar a batalhar constantemente.

Em AMX, o narrador parece dividido em relação ao indígena. Em determinados momentos confessa admiração, mas também manifesta estranhamento e incompreensão da identificação de Noel com os indígenas brasileiros: “recusava-me a ver os índios, mesmo em fotos, mesmo em imaginação – eu não tinha nada a ver com índios. Como é que o Noel, nascido na Rússia como eu, judeu como eu, emigrante como eu – como é que o Noel tinha tudo a ver com os índios? Eu não entendia.” (SCLIAR, 1997, p. 103).

Por qual razão a negativa em “ver os índios”? Seria porque se negava a ver-se como “um deles”, em sua condição de judeu e, talvez, como aqueles, correr o risco de ser “assimilado” e perder a identidade?

Nesse aspecto, lembramos as considerações da pesquisadora Berta Waldmann (2012, p. 14):

Entre a tradição, a inserção no país, e os olhos voltados para Israel, o lugar do judeu é intersticial. É desse lugar que emana a ficção de Scliar. A vida no intervalo apresenta dificuldades que seus heróis se esforçam por superar, à medida que o processo de mestiçagem étnica e cultural segue seu curso.

De acordo com Leopoldo Osorio Carvalho de Oliveira (2006, p. 145), em sua tese de doutorado intitulada *A estranha nação de Moacyr Scliar: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros*, a discussão acerca da identidade indígena em AMX, para além de se apresentar como denúncia à extinção dessa identidade étnica, é oportuna para a inserção de outras identidades étnicas na cultura nacional – tida como hegemônica.

Nesse sentido, o referido pesquisador destaca a tentativa de criação, por Moacyr Scliar, de um imaginário judaico no Brasil, ao se utilizar da substituição de lugares judaicos clássicos e lhes empregar múltiplos sentidos, alcançando níveis de aproximação entre grupos diversos. Essa estratégia de aproximação de situações e condições se dá por meio dos deslocamentos, das confluências, das contradições, das comparações e misturas, aprioristicamente, incomparáveis e inassimiláveis. Ocorre que o referido autor de AMX consegue retomar criticamente temáticas da teoria histórica da origem asiática, ao examinar o autoctonismo e o telurismo dos povos indígenas, não mais vistos como descendentes dos antigos hebreus.

De forma semelhante, em sua dissertação de mestrado intitulada *Memória e Narrativa no romance A Majestade do Xingu de Moacyr Scliar*, Célia Maria Borges Machado (2006, p. 78) destaca que Moacyr Scliar desenvolve, por meio do narrador de AMX, uma discussão acerca das desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, materializadas na má distribuição de renda e na geografia da fome, em referência a Josué de Castro. Além disso, essas desigualdades se expressam, também, nas questões étnicas, aproximando o judeu do indígena, seja pela discriminação, seja pela invisibilidade. Nesse sentido, Scliar dá voz aos marginalizados e aos oprimidos, expondo suas realidades excludentes, resultantes, inclusive, da invisibilidade institucionalizada – isto é, da não oitiva pelos representantes oficiais do Estado nacional – e das arbitrariedades e violências perpetradas pelo colonizador europeu face aos povos originários. Dessa forma, em AMX, a luta pela sobrevivência, a resiliência, a necessidade de manter os traços culturais, num exercício de permanência, conecta metaforicamente a saga judaica à luta pela sobrevivência dos povos indígenas. Há, portanto, uma correlação no processo de extermínio.

Interessante ressaltar a relação estabelecida entre o narrador e o “amigo” Noel Nutels: eles teriam se conhecido no navio que os trouxeram da Rússia e depois apenas se encontrado uma única vez, quando aquele teria visitado Noel em seu leito de morte, em um quarto de hospital. Mas Noel torna-se o centro de interesse do narrador. É como se a vida plena que o indigenista levava pudesse preencher a falta de sentido que reconhece em sua própria existência.

Diante das considerações apresentadas, parece racional a análise de Burke sobre a cultura, ou culturas, conforme ressalta. Para ele, a “mais convincente é aquela que vê uma nova ordem surgindo, a formação de novos ecótipos, a cristalização de novas formas, a reconfiguração de culturas, a ‘crioulização do mundo’” (BURKE, 2019, p. 116), ou seja, tanto a(s) cultura(s) quanto a(s) identidade(s) são dinâmicas, estão em processo e não se apresentam de forma estanque.

Na marcante obra antropológica *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, fundamental para a compreensão do multiculturalismo brasileiro, Darcy Ribeiro (1995, p. 113) destaca que as identidades étnicas diversas existentes no Brasil, especificamente indígenas e não indígenas, não serão suprimidas para se fundir em uma única identidade cultural homogênea. Pelo contrário, apesar das investidas eurocêtricas de assimilação dos povos indígenas, negadoras e supressoras dessa identidade étnica, eles preservam e perpetuam sua cultura por meio da tradição, segundo o autor, notadamente pelo convívio de pais e filhos.

Contudo, Darcy Ribeiro (1995) adverte ser possível um processo assimilacionista, por meio da convivência aculturativa com os não indígenas, o qual resultaria em supressão ou até mesmo extinção da identidade indígena e a construção de uma identidade cultural quase idêntica aos demais brasileiros, na língua que falam, na maneira de trabalhar, na maneira de se divertir e até em suas tradições. No entanto, o referido autor esclarece que esses povos indígenas continuam a se identificar com sua etnia e, portanto, são assim reconhecidos por representantes da sociedade nacional com a qual mantém relações.

Nesse contexto, o próprio ordenamento jurídico brasileiro reconhece as identidades culturais diversas formadoras da sociedade brasileira. É o que se depreende, inclusive, do conteúdo dos artigos 216²⁶ e, especialmente, 231²⁷ da Constituição Federal de 1988.

²⁶ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

Darcy Ribeiro (1995) acrescenta que, diferentemente do que se imaginava, as relações estabelecidas entre indígenas e brasileiros (não indígenas) não resultaram em aculturação completa do elemento indígena para se assimilar integralmente à cultura brasileira hegemônica, mas, sim, aqueles povos mantêm suas tradições e costumes, preservando a condição do que ele denomina, naquele contexto, de “índios genéricos”, progressivamente aculturados, mas reconhecidos como indígenas nessa composição identitária étnica. Em outras palavras, mantém-se uma identidade indígena fragmentada, genérica em função dessa visibilidade étnica, motivada pelo processo de assimilação cultural eurocêntrico.

Assim sendo, o irônico título *A majestade do Xingu*, mistura do nome da loja idealizada pelo narrador a qual venderia quinquilharias, e também remetendo à figura majestosa de Noel, um dos idealizadores do Parque Nacional Indígena do Xingu (criado em 1961), traduz-se na metáfora das contradições do processo formativo nacional e tem a ver com um processo histórico muito bem demarcado, conforme foi possível perceber. O romance *Quarup* (1967), do escritor Antonio Callado, tematiza o contexto político da criação do referido Parque, bem como o ritual de homenagem aos mortos (*Quarup*) celebrado pelos povos do Xingu.

A seu turno, o título do romance moçambicano também comporta ironia uma vez remeter à luta pela liberdade, não dos povos locais, de cujas terras fora extraído o hipotético diamante, mas justamente dos exploradores de suas riquezas. Segundo a pesquisadora Fernanda Gallo (2022, p. 172), o título já aponta para uma narrativa heterogênea já que o vocábulo

Hertzog poderia ser tanto uma referência ao general Barry Hertzog que lutou na 2ª Guerra Anglo-Bôeres (1899-1902), quanto um rastro do passado, já que a palavra Herzog (escrito sem a letra “t”) aparece na trama grafada (e quase apagada) em um navio ancorado na baía de Lourenço Marques, sobreposta pela palavra “Beira”.

Dessa forma, o papel da ironia nos romances aponta para o aprofundamento da compreensão das crises históricas vivenciadas pelas duas ex-colônias portuguesas.

Vale também resgatar, aqui, a reflexão de Francisco Noa (2015, p. 41) acerca da literatura colonial, que, conforme esclarece, revela uma “sobreposição cultural e civilizacional

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

²⁷ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

dos europeus que se manifesta no silenciamento, subordinação ou na marginalização do elemento autóctone”. Ele recorda que

[u]m aspecto fundamental a reter, na conceitualização da literatura colonial, tem a ver com o fato de tanto os autores, através da visão do mundo que fazem prevalecer no texto, como os seus protagonistas não revelarem, em algum momento, qualquer crise em termos de identidade cultural. Portanto, no confronto com outras identidades, subsiste uma europeidade (portugalidade) inabalável. (NOA, 2015, p. 41).

Diversamente daquela literatura, em que a elite letrada africana predominantemente mestiça defendia o suposto ideário civilizatório do colonialismo português na África, os autores das narrativas focalizadas procuram desconstruir essa premissa. Scliar e Coelho fazem incidir em seus textos uma visão de mundo questionadora das diferenças, abalando, dessa forma, a concepção de uma cultura homogênea e superior. E seus protagonistas, conforme estudado nesta tese, encenam a crise de identidade do sujeito pós-moderno, conforme postulado por Stuart Hall (2014 a).

4 NO DESEMBARQUE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o final da caminhada não passa do início da caminhada que se vai seguir” (COELHO, 2010, p. 395).

Enfim, desembarcaremos neste porto. Finda-se um percurso. Entretanto, a viagem continuará, porque as viagens a bordo da imaginação são infinitas. Navios e veleiros continuarão a partir de uma Hamburgo qualquer, a fazer escalas em portos diferentes, repletos de pessoas e culturas a serem exploradas sob aspectos inéditos, fazendo brilhar os olhos de outros navegantes ávidos a tomarem em suas mãos novos binóculos a fim de perscrutar desconhecidos horizontes.

Outros timoneiros se sentirão motivados a conduzir as embarcações, e assim sucessivamente, neste trajeto chamado vida. E assim deve ser porque são elas, as viagens e as ficções, que possibilitam nossa ancoragem em um mundo tão árido.

Ao nos propormos analisar as narrativas em tela, buscamos entender como as identidades dos narradores se configuravam. Entendíamos, ao início das leituras, que eles explicitavam um sofrimento psíquico ao se perceberem fragmentados e, talvez por essa razão, sentiram-se motivados a empreender a jornada em busca da compreensão de si próprios na relação dialógica com um outro modo de existir.

Nessa perspectiva, Leoné Aristide Barzotto (2012, p. 82) assevera que

[...] a literatura pós-colonial se destaca, com relevância, já que colabora para a subjetivação do indivíduo e para o fortalecimento desta comunidade, pois tem a habilidade de retratar, por meio da ficção, os fatos que constituem a tessitura histórica de um povo, ou seja, a escrita literária busca e recebe inspiração no seio desta comunidade e de seus membros.

Os narradores, estrangeiros também de si mesmos, lançam, então, um olhar para dentro e para fora: para o eu e o outro.

Em AMX, o narrador vem para o Brasil para ficar definitivamente e talvez por isso tenha um olhar de gratidão à terra que o acolhera, gratidão esta explicitada já na primeira impressão ao defrontar-se com a costa brasileira: “Sim, o Brasil era mesmo o paraíso do qual falava o marinheiro russo; e as belas ilustrações do folheto do ICA não eram apenas produto da imaginação de um artista entusiasmado, correspondiam à realidade.” (SCLIAR, 1997, p. 46). Ele traça paralelo com seu país de origem a partir de sua visão, deslumbrado por “uma orgia de cores”, quando, depois de meses, finalmente “estava no Brasil, e o que via? Via as cores do Brasil. Deus, que cores. Que verdes. Que amarelos. Que encarnados. Que azuis. A

Rússia era a terra do cinza, o cinza dos longos invernos, o cinza das casas; um cinza que correspondia à nossa paisagem interior.” (SCLIAR, 1997, p. 50).

Em OOH, o narrador está apenas de passagem e, como aquele que transita, observa o nativo a partir de sua visão de mundo, neste caso, um olhar eurocêntrico.

A impressão do primeiro combate presenciado pelo narrador, aquele ocorrido na localidade de Ngomano, em 25 de novembro de 1917, sob o comando do general alemão Paul Emil Von Lettow-Vorbeck, comandante da campanha da África Oriental Alemã na Primeira Guerra Mundial, possivelmente tenha provocado alguma transformação em sua personalidade e, por meio do ato de narrar, ele deseje exorcizar os atos hediondos cometidos por seus pares e observados por ele. Isso pode ser inferido a partir de suas reflexões ou digressões. Ele questiona seu interlocutor: “Já assistiu a um combate assim aberto? Calculo que não, e, num certo sentido, ainda bem. É uma experiência **com mais poder de nos moldar o caráter** do que a de uma juventude inteira numa escola ou numa academia” (COELHO, 2010, p. 72, grifos nossos).

O combate exterior entre elementos da mesma raça humana repercute em seu interior, levando-o a refletir acerca de sua/nossa humanidade. Ele discorre sobre o ódio ao inimigo, não pelo que é, mas pelo que representa e a necessidade, bem como impossibilidade, de esquecimento: “Isso: homens sem rosto e sem nome que, num afã, tudo fazemos para erradicar da paisagem a fim de podermos permanecer humanos depois dos actos hediondos.” (COELHO, 2010, p. 73). Mas vaticina, ao descrever o horror dos estertores finais dos adversários: “Sim, um gemido, um maldito uivo já sem timbre humano. São os invólucros envolvidos por esse som que se nos colam à consciência para sempre.” (COELHO, 2010, p. 74).

Ambas as narrativas abordam a questão dos ataques aos judeus russos. O narrador de OOH relata a possível história contada a ele por Glück, referente a sua participação na organização Centúrias Negras, uma das organizações que realizava os *pogroms*, com o beneplácito da polícia secreta *Okhrana* do regime do czar Alexandre III da Rússia, criada em 1881 e com sede em São Petersburgo. Segundo disserta Hans acerca de Glück:

Witte levou-o então para as fileiras de uma presumível Santa Irmandade, organização misteriosa que ele controlava há certo tempo, próxima da Okhrana, e ocupada a combater os revolucionários que ameaçavam o Estado com os mesmos métodos terroristas a que estes próprios se dedicavam, isto é, falsos rumores, sabotagens, bombas e atentados. Pouco tempo depois, Glück era já um activo membro das Centúrias Negras, uma espécie de oculto braço armado contra-revolucionário. (COELHO, 2010, p. 160).

De forma mais direta e impactante, o narrador de AMX relata as lembranças que o perseguiram durante a vida e que motivaram a emigração da família, tanto de Noel Nutels, quanto da sua, para o Brasil, ou seja, a dolorosa vivência do *pogrom*.

Essas ocorrências estarão tão impregnadas na memória que, como vimos, quando é acometido pelo acidente vascular, as lembranças oníricas daqueles ataques se misturam às sensações sintomáticas do ataque cardíaco. Tem então a impressão de que um cossaco se desloca da Rússia, encontra-o e pisa sobre ele:

[...] terás o privilégio de um pogrom só para ti, é o seu fim [...] e o tacão da bota [...] esmagava meu tórax, e era uma dor horrível, a dor mais forte que eu já havia sentido, e de repente acordei gemendo, [...] e eu vim para cá; e é tudo, doutor. (SCLIAR, 1997, p. 210).

Ambos os narradores podem ser considerados como excelentes contadores de histórias, contrariando, assim, a formulação da morte do narrador de Walter Benjamim (1996, p. 198), em vista da perda da capacidade de contar as experiências vividas. Certo é que Benjamim se referia àquele narrador que transmitia oralmente as histórias.

Em Scliar, o narrador conta ao médico várias histórias que entrecruzam sua vida e a vida de Noel Nutels, mas não só. Ele admite a sua capacidade imaginativa. Vejamos, a título de exemplificação, o diálogo que ele estabelece com o médico a respeito do braço amputado de seu pai, numa associação à antropofagia indígena, tendo como cenário um jantar em família em que todos, exceto o narrador, estão comendo carne de galinha:

[...] eu não mastigando nada, eu imóvel, o olhar fixo no coto do meu pai, fabulando. E o senhor quer saber como é a história que imagino, doutor? [...] – tem vontade de ouvir, doutor? Tem? É? Tem vontade. Hum. Tem vontade de ouvir. Então vamos lá, vamos à história. (SCLIAR, 1997, p. 66).

Assim, ele cria o enredo de que o encarregado da limpeza hospitalar, funcionário exemplar, às escondidas, carrega o braço do pai para sua casa no entorno da cidade, e, tendo estabelecido um debate entre os membros da família em relação a melhor forma de preparar a refeição, optam por assar a carne: “mas a fome é muita, acabam por assá-lo de qualquer maneira e comem-no naquela noite mesmo. Não chega a ser uma lauta refeição; bracinho pouco musculoso de sapateiro judeu há meses sem trabalho não é exatamente sinônimo de abundância em matéria de carne.” (SCLIAR, 1997, p. 68).

Interessante destacar a sutileza da discussão desenvolvida por Scliar a partir da ideia da antropofagia, resgatada no texto pela imaginação do narrador. Pode-se ampliar a questão para se pensar o canibalismo da cultura europeia ocorrida nas colônias e suas reverberações na atualidade.

Mais que isso, o acontecimento motiva a refletir acerca da apropriação ou espoliação do território dos habitantes originários, seja no Brasil ou em Moçambique. O texto de Scliar endereça à formulação elaborada por Galvão (1979), ao discorrer acerca da temática do indianismo que ressoava nas artes da década de 70 do século XX, em que ela pondera:

Quando se desconfia tanto da pulsão destrutiva da civilização ocidental e entre nós é tão escandaloso o capitalismo selvagem, isso pode vir a significar alguma coisa. Talvez uma postura mais cautelosa e menos arrogante, de quem está aprendendo a perceber que outras civilizações encontraram saídas melhores e, sobretudo, não suicidas para males que hoje parecem irremediáveis, como o problema do poder, da proliferação e potenciação dos armamentos, da destruição da natureza, do Estado e de seu aparelho, da igualdade nunca encontrada. (GALVÃO, 1979, p. 389).

Do episódio, o narrador destaca a sua identificação com os nativos,

[...] não atávica, pelo menos psicológica. O que era eu, doutor, senão um canibal em potencial, capaz de devorar, ainda que metaforicamente, as pessoas a meu redor? [...]. Pobre mamãe. Mal sabia que tinha um selvagem capaz de apavorar até mesmo o manso jesuíta José de Anchieta. (SCLIAR, 1997, p. 68).

Ressalta-se, ainda, a estratégia de ambos os autores de colocar os narradores tendo acesso a documentos das personalidades históricas retratadas. O narrador de Scliar coleciona notícias acerca de Noel Nutels e o narrador coelhiano acessa o diário de Lettow. Assim como eles, os autores empreenderam pesquisas para elaboração das narrativas. Moacyr Scliar bebeu em *Noel Nutels: memórias e depoimentos* (1974), de autores diversos, amigos de Noel, enquanto João Paulo Borges Coelho parece utilizar a trajetória realizada pelo exército alemão descrita em *My reminiscences of East Africa* (n/d), do general Lettow-Vorbeck, bem como evocou as publicações do jornalista João Albasini, pioneiro da imprensa moçambicana, com destaque para editoriais do jornal *O Africano*. Dessa forma, parece evidente o imbricamento de instâncias do processo de escrita.

Thiago Henrique Sampaio, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Africano: dilemas literários, históricos e sociais de um jornal moçambicano (1908-1919)* (2021), na qual investigou o percurso do referido periódico entre 1908 e 1919, considera que surgiu em

Moçambique, nos primeiros anos do século XX, uma elite africana letrada que reivindicava seus direitos, tecendo críticas e denúncias à Metrópole, tendo como porta-voz o jornal *O Africano*. Ele destaca a importância da atuação de Albasini e esclarece:

Entre os anos de 1908 a 1919 ocorreu uma forte atividade jornalística nas páginas do periódico, que denunciava as mazelas e abusos das administrações coloniais portuguesas em Moçambique. As pautas de protesto que ganharam forte impacto em suas páginas foram a corrupção moral e de costumes trazida pelo uso do vinho para o preto, a falta de organização para colocar em prática as promessas feitas pela República, a demanda por uma educação que chegasse a todos os habitantes da colônia, a péssima estrutura das missões religiosas e os abusos legislativos da Portaria dos Assimilados. (SAMPAIO, 2021, p. 214).

Um ponto interessante observado por este pesquisador é o papel ambíguo do periódico, como a própria condição de assimilado de Albasini deixa entrever. O jornal dirigido por este jornalista “foi, em diversos momentos, vítima e colaborador das demandas do seu tempo” (SAMPAIO, 2021, p. 214): “vítima” de censuras sofridas ao longo de sua existência, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, período contemplado pelo romance OOH. E “colaborador” por estampar propagandas e comunicados reveladores do “ideal de civilidade europeia e um padrão de vida próprio da metrópole portuguesa, contradizendo seu discurso em busca da ‘causa africana’” (SAMPAIO, 2021, p. 214).

Apesar disso, ele destaca a contribuição do jornal como porta-voz do sentimento de insatisfação da população moçambicana em face da “missão civilizadora” empreendida por Portugal. Entretanto, também assevera que as publicações explicitavam “um sentimento de pertencimento e desejo que fossem considerados [os assimilados] como parte da pátria portuguesa, mas na prática diversos mecanismos de exclusão foram criados para que essa elite de assimilados não alcançasse tal estatuto.” (SAMPAIO, 2021, p. 215).

Considerando tal complexidade, pode-se estendê-la à estratégia da adoção de pseudônimos por Albasini (João das Regras e Chico das Pegas), reveladora de sua situação de fronteira. Sampaio (2021, p. 216) observa, ainda, que o bom trânsito de Albasini entre os administradores e membros da elite lhe garantiram papel de destaque entre os assimilados de Lourenço Marques, o que possibilitou a sobrevivência e circulação de seu jornal por toda a colônia.

Ainda sobre Albasini, Saraiva salienta a relevância de sua presença na narrativa moçambicana. Ela o configura como

[...] rebelde e incansável crítico das desigualdades sociais no período colonial, cuja voz, altissonante e sarcástica, se fazia ouvir pelas páginas do histórico *O Brado africano*, jornal que ajudou a fundar em 1918. A reconstrução dessa emblemática personagem e do seu periódico é um dos fortes traços, neste romance, da veia histórica que caracteriza as narrativas de JPBC. (SARAIVA, 2010, p. 238).

Importa considerar, ainda, a relevância dos personagens João Albasini e Noel Nutels tendo em vista que eles figuram

[...] como recurso narrativo para recuperação e inserção da história na[s] trama[s] romanesca[s] [...] [conferindo] legitimação do[s] romances[s] através da recuperação de fatos históricos já que [tanto] o autor de *O olho de Hertzog* [quanto o autor de *AMX*] sinaliza[m] o quanto é pertinente compreendermos a sociedade moçambicana [e brasileira], no presente, a partir de um extenso processo de formação. (REZENDE, 2016, p. 91).

Sendo a língua um dos elementos definidores de nacionalidade, ambos os narradores, sendo estrangeiros, explicitam o contato com a língua portuguesa. Em *AMX*, o narrador, ainda criança, estuda-a nas escolas que frequentara, já que sua língua materna era o russo. E continua o desenvolvimento da língua portuguesa na vida adulta por meio das leituras realizadas na loja que adquirira, visto que seu estabelecimento tinha poucos clientes e ele ainda lamentava a chegada destes pois interrompiam suas leituras.

Em contrapartida, em *OOH*, o narrador toma contato inicial com a língua portuguesa já na vida adulta, por meio de seu “impedido” – soldado a serviço particular de um oficial, ordenança – o qual ficara

encantado com a minha curiosidade relativamente ao português. Interpretou-a como uma valorização que eu fazia da sua pessoa e decidiu tirar imediato proveito disso, por tudo e por nada se aprestando a explicar-me as coisas do lugar. Em troca, eu oferecia-lhe pontas de charutos já fumados ou restos de garrafas já bebidas. (COELHO, 2010, p. 155).

É assim que ele aprende a língua portuguesa. Era como se pressentisse o que o futuro lhe reservava. Está justificado, portanto, a fácil comunicação do soldado alemão com João Albasini, em Lourenço Marques, um ano depois, quando então, este se torna o depositário de suas “memórias”. Justifica, também, a fluidez da narração a esse mesmo interlocutor, no Bar Oriente, na noite em que transcorre a enunciação.

Parece-nos claro que, ao engendrar as narrativas, tanto Scliar quanto Coelho encenam o hibridismo que estrutura o homem na/da modernidade, numa visão positiva como entende

Burke, ao discorrer sobre as práticas híbridas, uma vez que “devemos ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura, quer reforcem os antigos elementos” (BURKE, 2019, p. 31). Esse autor exemplifica seu pensamento citando a visita de Gilberto Gil a Lagos, na Nigéria, com o intuito de conferir “à sua música um sabor mais africano”.

O mesmo Burke (2019, p. 23), discorrendo sobre a variedade de objetos do hibridismo, assevera que exemplos de hibridismo cultural são encontrados em toda parte, nos domínios da cultura – nas religiões, nas filosofias, línguas, culinárias, arquitetura, literatura e na música –, embora o significado do termo hibridismo possa variar.

Tal constatação nos remete para as reflexões de Bhaba quando assevera que

[e]sse é o momento de distância estética que dá à narrativa uma dupla face que, como o sujeito sul-africano de cor, representa um hibridismo, uma diferença ‘interior’, um sujeito que habita a borda de uma realidade ‘intervalar.’ E a inscrição dessa existência fronteiriça habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a ‘imagem’ discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo. (BHABA, 1998a, p. 35).

Os narradores das obras analisadas lidam de forma distinta com a questão do reconhecimento de si no confronto com o outro. Enquanto o texto de Scliar projeta um olhar mais empático, de identificação psicológica inclusive, o narrador moçambicano acentua o olhar diminutivo sobre o outro-africano, sem empatia nem compaixão, como, por exemplo, ao emitir juízo de valor acerca da capacidade de discernimento dos pisteiros africanos: “tanto quanto podiam trazer informações também podiam levar-nos, com as suas fantasias, aos erros de avaliação mais grosseiros.” (COELHO, 2010, p. 156).

Retomando a proposta inicial, as obras de Moacyr Scliar e de João Paulo Borges Coelho foram focalizadas com vistas a entender o processo de construção da identidade dos narradores e, por conseguinte, do Brasil e de Moçambique, respectivamente. Por meio da análise desses textos literários, acreditamos poder pensá-los, também, como textos híbridos, tanto do ponto de vista de seus autores, quanto dos narradores. Ademais, são marcados culturalmente pela vontade contradiscursiva ao explicitarem uma visão cultural também híbrida, em oposição a um discurso homogenizador de cultura.

O professor Anselmo Alós, ao tratar da literatura comparada no passado e no presente, alerta-nos para a importância de discutir o cânone para que se possa relativizar as tradições e os sistemas de valores instituídos pelos centros de poder. Para ele,

a literatura comparada articula, no presente, um importante papel nestas discussões [que] não deslocam apenas nossa compreensão acerca de noções como “literatura”, “identidade”, “nação” e “valor estético”, mas contribuem para uma discussão mais ampla sobre o universal e o particular, instaurando novas possibilidades éticas que invocam a alteridade como conceito-chave na crítica cultural. [...]. Redimensionar os regimes de representação das comunidades humanas, preocupação comum à literatura comparada e aos estudos culturais neste início de século, é o primeiro passo para que se construam novas possibilidades de relacionamento no campo social. (ALÓS, 2012, n/p).

Ademais, concordamos com Antoine Compagnon (2009) quando, ao responder à própria indagação acerca do papel do ensino e leitura de literatura, ressalta que “o exercício jamais fechado da leitura continua [a ser] o lugar por excelência do aprendizado de si e do outro, descoberta não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devenir” (COMPAGNON, 2009, p. 57). Seja a dos personagens analisados, seja a nossa.

Por isso, apresentamos nossa leitura aberta de análise das narrativas, sabedores que somos que este exercício não encerra a diversidade de leituras possíveis. De toda forma, a leitura das narrativas nos possibilitou reafirmar que “viver no mundo estranho, encontrar suas ambivalências e ambiguidades encenadas na casa da ficção, ou encontrar sua separação e divisão representadas na obra de arte, é também afirmar um profundo desejo de solidariedade social (BHABA, 1998a, p. 42).

Assim sendo, esperamos, com essa investigação contrastiva que hora se finaliza – mas não se conclui –, ter contribuído para ampliar as discussões críticas no âmbito do conhecimento estético. Desejamos ter contribuído, também, para repensar a “pulsão destrutiva da civilização ocidental” (GALVÃO, 1979, p. 389), conforme advertia Walnice Nogueira Galvão, nos idos de 1979, ao abordar o indianismo na literatura. Alerta esse atualíssimo em nossos dias em que se observa a brutalidade, voracidade e violência do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Literatura**: história e política. São Paulo-SP: Ática, 1989.
- ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org.). **Incertas relações**: Brasil-Portugal no século XX. São Paulo-SP: Senac São Paulo, 2003a.
- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **De vãos e ilhas**. Literatura e comunitarismos. Cotia: Ateliê Editorial, 2003b.
- ALÓS, Anselmo. Literatura comparada ontem e hoje: campo epistemológico de ansiedades e incertezas. **Organon** - Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 27, n. 52, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/33469/21342>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga_I_metodologia_e_prehistoria_da_africa.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto, 1997.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo-SP: Brasiliense, 1996.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998a.
- BHABHA, Homi K. **Nação e narração**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998b.
- BARZOTTO, Leoné Astride. A construção da identidade cultural por meio do texto literário pós-colonial: Brasil e Guiana. In: PINHEIRO, Alexandra Santos; BUNGART NETO, Paulo (org.). **Estudos culturais e contemporaneidade**: literatura, história e memória. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 81-107.
- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jun. 2022.
- BRITANNICA. **África do Sul**. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/%C3%81frica-do-Sul/482545>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BRITANNICA. **Sayyid Maxamed Cabdulle Xasan**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sayyid-Maxamed-Cabdulle-Xasan>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BRUGIONI, Elena. Resgatando histórias. Épica moderna e pós-colonialidade. Uma leitura de O Olho de Hertzog de João Paulo Borges Coelho. *In*: BRUGIONI, Elena *et al.* **Journeys/Itinerâncias**. Percursos e representações da pós-colonialidade. [S.l.]: V. N. Famalicão: Húmus: Cehum, 2012.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo-SP: Ed. Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2019.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo-SP: Ed. Unesp, 2009.

CAN, Nazir Ahmed *et al.* Passados antecipados, futuros empoeirados: os caminhos da ficção de João Paulo Borges Coelho. **Revista Mulemba**, Rio de Janeiro-RJ, v. 10, n. 18, p. 10-13, jan.-jun. 2018.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo-SP: Contexto, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro-RJ: Ouro Sobre Azul, 2008.

CARVALHAL, Tânia F. **Literatura comparada**. São Paulo-SP: Ática, 2006.

CARVALHO, Manuel. **A Guerra que Portugal quis esquecer**. Porto: Porto Editora, 2015.

CHAVES, Rita. Angola e Moçambique: o lugar das diferenças nas identidades em processo. *In*: CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. p. 247-261.

COELHO, João Paulo Borges. **O olho de Hertzog**. Alfragide: Leya, 2010.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

COUTO, Mia. Identidade. *In*: **Raízes de Orvalho e Outros Poemas**. Lisboa: Caminho, 1999.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?**: e outras interinvenções. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2011.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Navio de imigrantes, identidades negociadas**. São Paulo-SP: Fundação Memorial da América Latina, 2002.

FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. **Anuário Antropológico**, v. 40, n. 2, p. 199-229, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/1443>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro-RJ: 7 Letras, 2017.

FRANCE PRESSE. Obra de arte confiscada pelos EUA volta a museu de Viena, na Áustria. **France Presse**, 23 de agosto de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/08/quadro-de-schiele-roubado-por-nazistas-volta-a-museu-de-viena.html>. Acesso em: 22 maio 2022.

GALLO, Fernanda. O Olho de Hertzog e os olhares históricos sobre a Grande Guerra em Moçambique. In: BRUGIONI, Elena; GALLO, Fernanda; ZANFELICE, Gabriela Beduschi (Org.). **A obra literária de João Paulo Borges Coelho**. Panorama crítico. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Indianismo revisitado. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo; BOSI, Alfredo. **Esboço de figura** – Homenagem a Antonio Candido. São Paulo-SP: Duas Cidades, 1979. p. 379-391.

GARRAMUÑO, Florencia. **A experiência opaca: literatura e desencanto**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. UERJ, 2012.

GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea**. Rio de Janeiro-RJ: Rocco, 2014.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédéric (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p.7-8.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo-SP: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora - Reflexões Sobre a Terra no Exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2014a.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 103-133.

HAMPATÉ-BA, Amadou. A tradição viva. In: **História geral da África**, I – Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. **Poetics Today**, v. 29, n. 1, p. 103-128, 2008. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/poetics-today/article/29/1/103/20954/The-Generation-of-Postmemory>. Acesso em: 4 jun. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo-SP: Companhia da Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio; SANTOS, James Machado. Síntese histórica da imprensa moçambicana: tentativa de interpretação. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, IX., CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXII., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Positivo, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0282-2.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022.

HOHLFELDT, Antonio; GRABUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 195-214, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.255>. Acesso em: 5 dez. 2021.

HOUAISS, Antônio. **Noel Nutels**: memórias e depoimentos. Apresentação de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro-RJ: J. Olympio, 1974.

HUBER, Lindsay Pérez. “Make America great again!”: Donald Trump, racist nativism and the virulent adherence to white supremacy amid U.S. demographic change. **Charleston Law Review**, v. 10, p. 215-248, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/29742469>. Acesso em: 18 dez. 2020.

IGEL, Regina. **Imigrantes judeus/escritores brasileiros**: o componente judaico na literatura brasileira. São Paulo-SP: Perspectiva, 1997.

JORGE, Sílvio Renato. Para ampliar o campo de debate: releituras do colonialismo português em João Paulo Borges Coelho e outros autores. **Via Atlântica**, n. 16, o. 131-142, dez. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/28801745/Para_Ampliar_O_Campo_De_Debate_Releituras_Do_Colonialismo_Portugu%C3%AAs_Em_Jo%C3%A3o_Paulo_Borges_Coelho_e_Outros_Autores. Acesso em: 1 mar. 2021.

KHAN, Sheila *et al.* (Org). **Visitas a João Paulo Borges Coelho**: leituras, diálogos e futuros. Lisboa: Edição Colibri, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.

LESSA, Orígenes. **O índio cor-de-rosa**: evocação de Noel Nutels. São Paulo-SP: Global, 2013.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo-SP: Fundação editora da UNESP, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. Idade de ouro ou crepúsculo da colonização – 1910-1940. *In*: M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: história e civilizações. Tomo II. Salvador: EDUFBA; São Paulo-SP: Casa das Áfricas, 2011.

MACHADO, Célia Maria Borges. **Memória e narrativa no romance “A majestade do Xingu” de Moacyr Scliar**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. São Paulo-SP: Kapulana, 2015.

NUTELS, Noel. Entrevista. *In*: **O Pasquim**. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/quem-mata-os-nossos-indios>. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, Leopoldo Osório Carvalho de. **A Estranha nação de Moacyr Scliar**: a ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros. 2006. 175 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2006.

OMAR, Denisse Kátia Soares. O regulamento político que demarcou os espaços sociais entre “indígenas” e o “europeus” em Moçambique no período colonial. **Cadernos Naui**: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 106-122, jul-dez 2021. Semestral.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Thomaz (Org.). **Literatura e história**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006a. p. 11-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates**, 2006b. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1499>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUAGE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PITTA, Eduardo. O general, o jornalista e o diamante. **Público** – Cultura Ipsilon, 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/03/24/culturaipsilon/critica/o-general-o-jornalista-e-o-diamante-1656121>. Acesso em: 25 maio 2020.

REZENDE, Patrícia Oliveira de. **O ficcional e o histórico na Literatura de João Paulo Borges Coelho**. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3729/1/Patr%C3%ADcia%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O literário é político. A leitura em voo rasante de alguns tópicos da obra de João Paulo Borges Coelho. **Tintas**. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane, v. 2, p. 13-18, 2012. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SAMPAIO, Thiago Henrique. **O Africano**: dilemas literários, históricos e sociais de um jornal moçambicano (1908-1919). 2021. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2021. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202737/sampaio_th_me_assis_par.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, v. 2, p. 23-52, jul. 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/es/6785737/ENTRE_PR%C3%93SPERO_E_CALIBAN. Acesso em: 21 nov. 2021.

SARAIVA, Sueli. O Olho de Hertzog, de João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica**, n. 17, p. 235-239, 2010.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2011.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral**: a comunidade para o desenvolvimento da África austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração. 2014. 224 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/543259/integra%C3%A7%C3%A3o-na-%C3%A1frica-austral--a-comunidade-para-o-desenvo...> Acesso em: 23 fev. 2022.

SCLIAR, Moacyr. **A Majestade do Xingu**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1997.

SIMAS-ALMEIDA, Leonor. Opacidades da história e transparências da ficção. O Moçambique de *As visitas do Dr. Valdez* e de *Crónica da Rua 513.2*. In: KHAN, Sheila *et al.* (Org.). **Visitas a João Paulo Borges Coelho**: leituras, diálogos e futuros. Lisboa: Edição Colibri, 2017. p. 105-116.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro-RJ: Leya, 2017.

TEIXEIRA, José Pimentel. O programa ficcional de João Paulo Borges Coelho: uma geologia ética de Moçambique. In: CONGRESSO “CARTÓGRAFO DE MEMÓRIAS: A POÉTICA DE JOÃO BORGES COELHO, 2017, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 13 e 14 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331074296>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VENTURA, Suzana. Considerações sobre a obra ficcional de João Paulo Borges Coelho. **Navegações**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 49-52, jan./jun. 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. O sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910). In: VISENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Funag/Cesul, 2010. p. 17-34.

WALDMAN, Berta. **Entre passos e rastros: presença judaica na Literatura Brasileira Contemporânea**. São Paulo-SP: Perspectiva, 2003.

WALDMAN, Berta. Os caminhos da ficção de Moacyr Scliar. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v. 6, n. 11, p. 21-27, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14140>. Acesso em: 3 fev. 2022.

WEINTRAUB, Abraham Bragança de Vasconcellos: Odeio o termo “povos indígenas”; Quer, quer. Não quer, sai de ré. **UOL**, São Paulo, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/weintraub-odeio-o-termo-povos-indigenas-quer-quer-nao-quer-sai-de-re.htm>. Acesso em: 22 maio 2022.

ANEXO A – POEMAS EM HOMENAGEM A NOEL NUTELS, POR OCASIÃO DE SUA MORTE

Entre Noel e os Índios

(Carlos Drummond de Andrade – Jornal do Brasil, 5 de fev. 1973)

Em Vila Rosali Noel Nutels repousa
do desamor alheio aos índios
e de seu próprio amor maior aos índios.
Como se os bastos bigodes perguntassem:
Valeu a pena?
Valeu a pena gritar em várias línguas
e conferências e entrevistas e países
que a civilização às vezes é assassina?
Valeu, valeu a pena
criar unidades sanitárias aéreas
para salvar os remanescentes
das vítimas de posseiros, madeireiros, traficantes
burocratas *et reliqua*,
que tiram a felicidade aos simples
e em troca lhes atiram de presente
o samburá de espelhos, canivetes,
tuberculose e sífilis?

Noel baixa de helicóptero
e vê a fome à beira d'água trêmula de peixes.
Homens esquecidos do arco-e-flecha
deixam-se consumir em nome
da integração que desintegra
a raiz do ser e do viver.
“Vocês têm obrigação de usar calça
camisa paletó sapato e lenço,
enquanto no Leblon nos despedimos
de toda convenção, e viva a natureza...”
Noel, tu o disseste:
A civilização que sacrifica
povos e culturas antiquíssimas
é uma farsa amoral.

O Parque maravilha do Xingu
rasgado e oferecido
ao galope das máquinas,
não o quiseste assim e protestaste

como se fosse coisa tua, e era
 pois onde um único índio cisma
 e acende fogo e dança
 a dança milenar extra-Conservatório
 e desenha seu momento de existir
 longe da Bolsa, da favela e do napalm,
 aí estavas tu, teu riso companheiro,
 teus medicamentos,
 tua branca alegria de viver
 a vida universal.

Valeu? Valeu a pena
 teu cerne ucraniano
 fundir-se em meiga argila brasileira
 para melhor sentires
 o primitivo apelo da terra
 moldura natural de homens xavantes
 e kreen-akarores
 lar aberto de bororos
 carajás e kaingangs
 hoje tão infelizes
 pela compulsão da felicidade programada.
 Valeu, Noel, a pena
 seguir a traça de Rondon
 e de Nimuendaju,
 mãos dadas com Orlando e Claudio Vilas-Boas
 sob o olhar de Darcy Ribeiro,
 e voar e baixar e assistir e prover
 e alertar e verberar
 para que fique ao menos no espaço
 este signo de amor compreensivo e ardente
 que foi a tua vida sertaneja,
 a tua vida iluminada,
 e tua generosa decepção. (HOUAIS, 1974, p. 145/146)

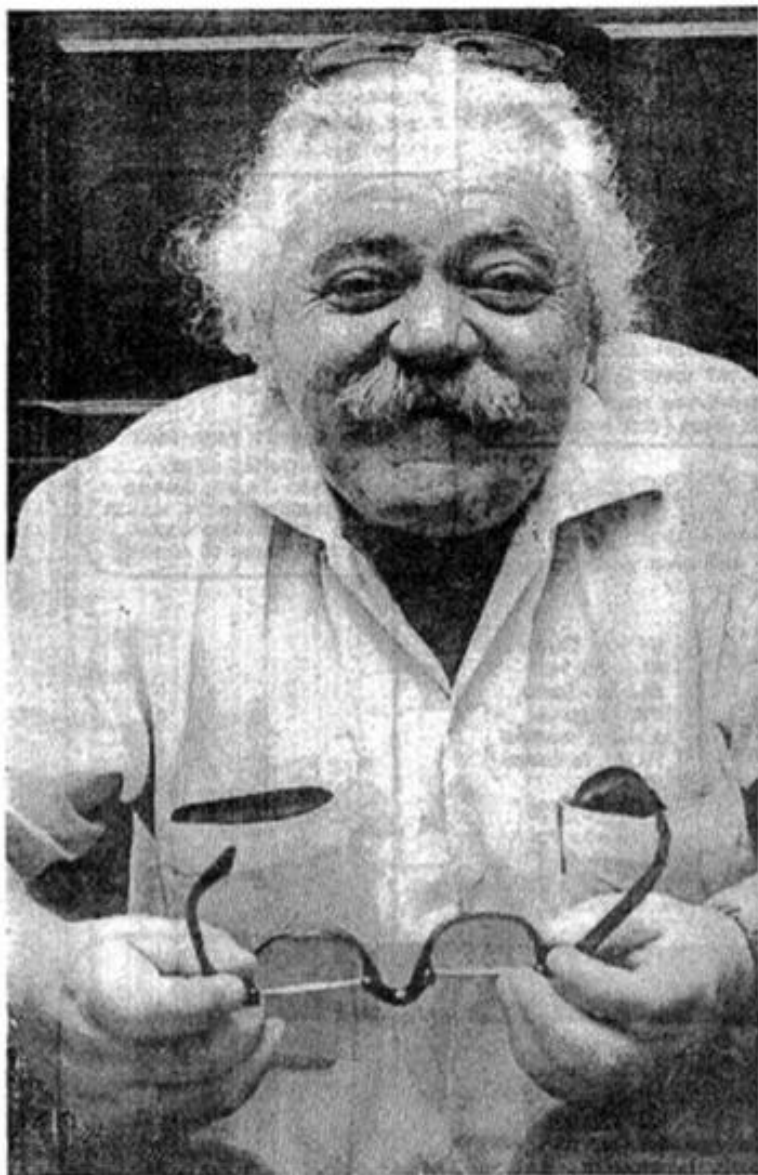
(Darcy Ribeiro – Lima, 22 mai. 1973)

São Noel dos fracassados
 Aí destes céus onde pairas
 anjo barroco, bigodudo e pelado
 olha pra baixo, seu sacana,
 para aquém e para além dos Andes.
 E nos dê forças, São Noel,
 São Noel dos desenganados

para suportar e para vencer
tanta safadeza,
tanta indiferença,
tanta insuficiência
e tão pouca esperança. (HOUAIS, 1974, p. 93)

ANEXO B – ENTREVISTA DE NOEL NUTELS AO JORNAL O PASQUIM





“Morreu muito índio, morre ainda. Mas a pior forma de agredir é a presença da nossa estrutura econômica.”



NOEL NUTELS

Tudo começou quando Noel Nutels resolveu aderir a uma marcha para o Oeste. Foi por volta de 1942. Depois esse negócio de marcha passou de moda e ele continuou firme, todas as forças voltadas para o problema do índio. Acompanhou a criação do Parque Xingu, trabalhou ao lado dos irmãos Villas-Boas e lutou todos estes anos contra o lento assassinato da cultura indígena.

Tartar de Castro — Como você não é cantor nem sambista de segunda classe, nem diretor do cinema novo, portanto não é conhecido do grande público, dê o seu nome e a sua atividade principal.

NOEL NUTELS — Noel Nutels, médico de saúde pública, eu não clínico, não tenho consultório. Fazia malária e agora faço tuberculose. Mania principal: índio.

Vinícius de Moraes — Conheço alguns detalhes, mas conte aos leitores d'O PASQUIM quando e como começou essa sua mania por índio.

NOEL NUTELS — Eu trabalhava

na Baixada Fluminense, fazendo malária, era ali no quilômetro 47 da Estrada Rio-São Paulo, onde é hoje a Universidade Rural, e um dia apareceu lá uma pessoa muito ligada ao Ministro João Alberto Lima de Barros. Você talvez não tenham conhecido o Ministro João Alberto, só o Vinícius. Foi um grande homem, um grande brasileiro, muito caluniado, inclusive com a pecha de ladrão. Quando morreu, viram que não tinha nada, morreu pobre, sem nada. Naquela época, João Alberto estava com a mania de marchar para o Oeste. Era 1942, 1943, já estávamos na II Grande Guerra. Ele era o Ministro da Coordenação Econômica. Como homem pernambucano, o seu plano consistia em instalar uma fábrica de açúcar no Brasil Central. Ele me convidou para participar da expedição com a missão de combater a malária numa região de Goiás, que é hoje uma cidade chamada Santa Helena de Goiás onde ele ergueu uma usina de açúcar. Naquela época, a luta contra a malária era muito difícil porque não havia esses inseticidas de ação residual, DDT, DHC, não havia essas coisas e também não havia os remédios contra a malária. O grande remédio que havia era uma fórmula alemã e nós estávamos em guerra com eles. Utilizamos então métodos de engenharia, conseguimos drenar aquela área e reduzimos ao mínimo, absolutamente tolerável, o problema da malária naquela região. Em 1946, quando terminei minha missão, falei com João Alberto que ia voltar, mas ele me perguntou se eu

não gostaria de fazer uma experiência nova, acompanhar uma expedição ao Xingu. Consultei a minha mulher, como sempre faço. Aliás, quero dar um furo pra vocês: sou casado com a mesma mulher há mais de 20 anos. Estou vendo o espanto estampado na cara de vocês, mas é verdade. Então, eu topei participar da expedição e fui morar num lugar chamado Xavantina, onde trabalhava como médico. A expedição ia penetrando pela região e eu ia acompanhando a marcha.

Sérgio Cabral — A marcha era feita em que espécie de veículo?

NOEL NUTELS — A marcha era a pé. Aliás, marcha sempre foi a pé. Mas depois passou-se a marchar a burro também. A nossa primeira tarefa, em todo lugar que chegávamos, era fazer campo de aviação. Eu ia num teco-teco, descíamos na selva e eu medicava o pessoal doente. Foi aí que tive os primeiros contatos com problema de índio. Foi em 1946.

Sérgio — Quer tomar um uísque? NOEL NUTELS — Quero sim. Aliás, quando vocês me convidaram para a entrevista fiquei apavorado: lá vai o meu uísque. Mas vocês trouxeram e foi um grande alívio. A família está exultando.

Tartar — Quer dizer: você trabalha neste problema há 24 anos. Dá pé fazer isso no Brasil ou também se trabalha contra?

NOEL NUTELS — O Brasil tem um bom passado em relação a índio. Não sei de outra Constituição no mun-

do que tenha preceitos em relação a índio. Em todas as Constituições do Brasil sempre existiu um preceito garantindo ao índio a terra que ele ocupa. É claro que, historicamente, o índio sofreu muito no Brasil, como sofreram todas as populações autóctones com a chegada da chamada civilização. Morreu muito índio, morre ainda, mas a pior forma de agredir é a nossa presença, é a presença da nossa estrutura econômica. A presença da nossa estrutura mata índio. Não é bem problema de governo, é problema de estrutura econômica. Há uma história que eu sempre conto, de um cidadão, que comprou terras no Norte de Mato Grosso. Esse cidadão não é dos piores. É um homem muito rico que comprou terras para criar gado. Encontrou índios na terra dele e ficou na maior alegria. Ele sempre falava com seus amigos: “Imaginem que nas minhas terras em Mato Grosso tem até índio, um negócio formidável”. Ele queria até ajudar os índios das terras dele, mas é muito difícil conciliar-se a estrutura de uma empresa agroindustrial, que visa a lucro, com uma população de economia primitiva, de mentalidade primitiva. Então, eu imagino que deve ter ocorrido isso: não havia mais antes para matar, nem outros animais de caça, que foram espantados pela própria atividade da fazenda, e os índios passaram a comer os bois do nosso amigo. Quer dizer: os índios começaram um, dois, três bois e o fazendeiro devia achar engraçado. Mas quando chegou no décimo passou a ser um negó-

elo desagradável. Então o homem, que não deve ser um mau sujeito, resolveu tomar suas providências. Entrou em contato com uma missão religiosa e pediu para retirar os índios das terras deles. Os padres, muito solícitos, pediram à FAB que colaborasse com aviões. E tiraram os índios, apesar do preceito constitucional que garante as terras para eles. Os índios foram retirados pacificamente, apenas através de meios suávorios — e é muito fácil convencê-los a fazer qualquer coisa. Foram retirados 200. Quando chegaram à missão religiosa, 90 índios morreram de sarampo. Este fato eu ouvi narrado pelo próprio padre aqui na televisão, no Rio de Janeiro. O padre mostrou uns xavantes dançando na televisão e comentou: "você está vendo estes índios? Pensam que eles são fortes? Agora mesmos morreram 90 deles. São fraquíssimos. Quer dizer: quem é o responsável? Ninguém, é a estrutura."

Luiz Carlos Maciel — Eu tenho impressão de que se eu me meter no meio dos índios, vou carregar pra eles um monte de micróbios, germes, vírus, etc., para os quais o organismo deles não está preparado. O que me espanta é que o padre vai lá pra salvar a alma do índio mas acaba matando o corpo.

NOEL NUTELS — Há quem ache mais importante salvar a alma que o corpo.

Maciel — A melhor solução não seria deixar os índios em paz, vivendo a vida deles? A presença de um civilizado lá só pode dar em porcaria.

NOEL NUTELS — Se vê que você tem bom senso. É verdade. Você tem razão. Se você se der ao trabalho de ler a correspondência dos Jesuítas, do Padre José de Anchieta, do Padre Manoel da Nóbrega, você verá que eles ficavam impressionados. E escreviam: "Meu Deus, como os índios são fracos, como morrem. Há dois anos atrás eram 20 mil, hoje só são 800". Eles não sabiam que eram eles que estavam matando, porque provavelmente, tanto o Nóbrega como o Anchieta, eram tuberculosos. Na melhor das hipóteses, na melhor das boas-fés, eles transmitiam a doença. Naquele tempo, o único remédio contra a tuberculose eram as viagens marítimas e clima quente. Então os tísicos daquela época emigravam

13 mil quilômetros de terras dos índios. Quer dizer: o próprio Presidente da Fundação Nacional do Índio libera terra dos índios, apesar do preceito constitucional.

Tarso — Na minha opinião, o mau tratamento aos índios é uma forma de racismo.

NOEL NUTELS — É claro, e eu estou censurando. O que estou dizendo é que o índio, sem se desligar da sua cultura, possa chegar um dia a ser redator do O PASQUIM.

Marta — Como?

NOEL NUTELS — É que entre nós e os índios há pelo menos 20 mil anos de diferença. Nas proximidades do Xingu, eles usam ainda machado de pedra polida. E não muito bem polida. Então, o que eu quero dizer é que o índio, para ser redator do O PASQUIM, ele tem que percorrer 20 mil anos de cultura. O que podemos fazer é com a colaboração de antropólogos, etnólogos, acelerarmos a marcha dos índios. Quando você dá ao índio um machado de metal, para substituir o de pedra, talvez isso represente para ele o que representa para nós a revolução industrial inglesa, porque no lugar de levar meses para fazer uma canoa, o índio fará essa mesma canoa em uma semana. Quer dizer: a cultura é feita certos medicamentos que são espetaculares se são dados desadamente, com segurança.

Sérgio — Você falou nas mortandades dos índios no tempo de Anchieta. E há ainda hoje as epidemias de gripe, sarampo, etc. Existem números que demonstrem que os índios estão acabando?

NOEL NUTELS — É claro que existe. É verdade que em nosso país o negócio de estatística é deficiente. O que se sabe, pelo que se apurou em literatura, é que havia na época do descobrimento do Brasil, provavelmente, três milhões de habitantes. Há quem ache até que foram dez milhões de habitantes. Há quem ache que era de um milhão, mas se você disser três, quatro milhões estará acertando. Atualmente, os cálculos são que existem no Brasil 150 mil índios. Agora, há outros aspectos importantes. Em outros países da América Latina, você sente a presença do índio no homem da rua. No México, você vê índio na rua, você vê embaixador, diplomata, com cara de índio. Você vê isso na Bolívia, no Peru, mas não vê no Brasil. O que aconteceu? Em certas partes do Brasil o índio não chegou a se misturar, não chegou a se miscigenar,

“Os padres dizem que quando eles tomam o kaapi vêm coisas e tal, e que lembra um pouco o LSD.”

verdade. A dose da mistura, a dose do coquetel é que varia muito. Na Bahia, por exemplo, a dose maior foi do negro. Aqui no Sul, também houve grande participação de negro. Há uma região no Estado do Rio que houve boa participação de índio também.

Sérgio — Você sabe que as selvas brasileiras estão cheias de missionários norte-americanos. Você considera positiva ou negativa a contribuição deles?

NOEL NUTELS — Pra começo de conversa, acho negativa a contribuição de qualquer missão religiosa. Exatamente por respeitar a cultura do índio, acho que a catequese — não é bem a missão, mas a catequese religiosa — é também uma forma de matar índios. Ela atinge exatamente a cultura do índio, o que eu acho fundamental. A cultura do índio é um negócio tão poderoso que o civilizado só se radicou na Amazônia porque adotou a cultura indígena. Acho que as missões religiosas exercem um papel extremamente negativo em relação aos índios. E só visitar as missões para se ver o que aconteceu. Você vê índios vestidos, mal vestidos, que deixaram de ser índios, não são civilizados e não são coisa nenhuma. São profundamente infelizes.

Maciel — Eu tenho impressão que poderia haver uma espécie de intercâmbio entre a cultura do índio e a nossa cultura. Quando digo isso, é porque supponho que deve haver muita coisa dele, na base de organização familiar, organização social, comunidade, que pode até ser superior à nossa. O que é que você acha disso?

NOEL NUTELS — Eu acabei de

falar na experiência da Amazônia, onde o civilizado teve que adotar a cultura indígena para sobreviver. Acho que realmente temos muita coisa a aprender com os índios. Por exemplo: acho que devemos ocupar o Brasil. Acho mesmo que o Brasil está despojado e precisamos resolver esse problema porque existe uma cobra internacional física de certas regiões brasileiras. Eu lembro que, em 1939, no começo da guerra, quando Hitler falava em espaço vital, houve um cavalheiro no Congresso francês, se não me engano Paul Renauld, que disse: “Se há esse problema do espaço vital, por que não ocupar as terras do Brasil Central que estão desocupadas?”

Tarso — Alô o Raimundo Padilha deve ter dito: “a casa é sua.”

NOEL NUTELS — Então, é preciso ocupar isso. E há uma forma de ocupar, que não é transportando nordestino para lá porque desocupa o Nordeste para ocupar o Brasil Central. E dando assistência e aproveitando a cultura daquele pessoal que está lá, que você resolverá o problema. Então, a experiência do índio é claro que será importante pra nós, porque é ele que conhece a região. Não como organização social. Isso não, porque os índios estão há 20 mil anos de nós.

Tarso — Existe alguma erua lá que faça o mesmo efeito da maconha, LSD, etc.?

NOEL NUTELS — No Xingu não existe. Existe uma coisa desse gênero no Rio Negro, entre os índios Dacana, Tariana, Tucano. É um negócio que eles chamam de kaapi. Os padres dizem

“Acho horrível essa expressão “pacificar”.”

para os países tropicais. Aquela jibossidade do Santo Anchieta, que era realmente um santo, provavelmente era tuberculoso na coluna vertebral. A descrição da morte de Nóbrega, de hemoptise, confirma tudo isso. Agora mesmo, a Fundação Nacional do Índio resolveu pacificar os índios Beikó-de-Pau. Já essa expressão pacificar eu acho horrível. Historicamente, é o índio que tem tentado pacificar a gente desde que foi descoberto o Brasil. Não é piada não, é absolutamente verdadeiro. Então, a Fundação foi lá pacificar. O resultado é que morreram não sei quantos índios. Eu tive uma informação de que foram 45, mas o rapaz que foi responsável pela expedição me disse que não, “só” foram 28, ele contou. Isso ele contou, mas muitos índios doentes vão morrer no mato. Eles fogem e só muito tempo depois são encontrados os esqueletos. Daquele grupo de índios, os que sobraram foram transportados para o Parque Xingu, que é a única experiência positiva que existe por aí, e os índios chegaram em lamentável estado de saúde, com gripe e tudo mais. Agora, o Presidente da Fundação diz aos jornais que foram liberados para a civilização ocidental

nar, que é uma boa solução para o problema. Onde você sente a presença de índio no homem da rua é na Amazônia. Lá você vê o piloto do avião com cara de índio, o médico com cara de índio. Mas o que aconteceu na Amazônia? Houve um processo que não foi de europeização da Amazônia, mas de tupinização do europeu.

Tarso — Mas além das doenças, os índios são também assassinados. Há inclusive processos formados.

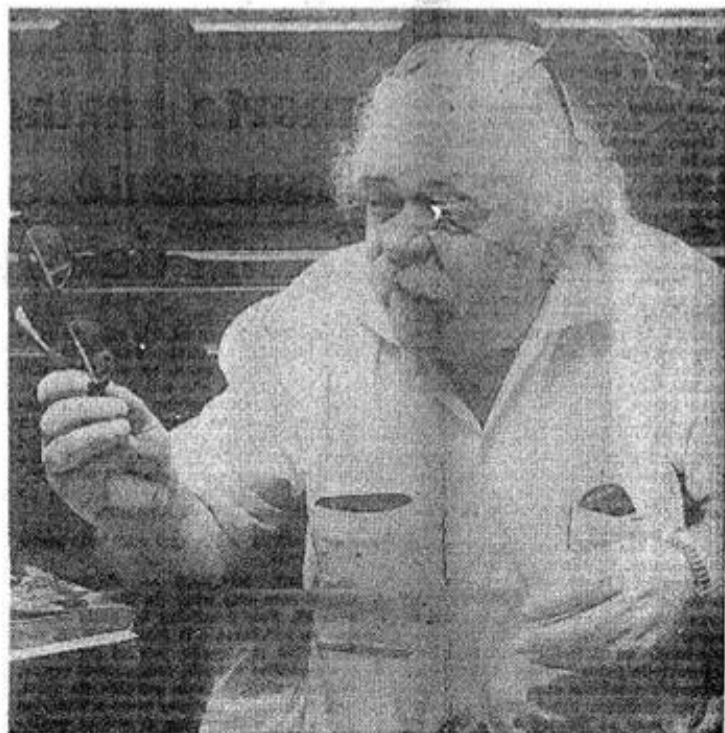
NOEL NUTELS — É verdade. Pelo que eu sei, aqueles sujeitos que assassinaram os Cintas-Largas até hoje estão soltos.

Tarso — Há pouco tempo mesmo eu peguei uma matéria na Última Hora que era uma entrevista de um daqueles assassinos.

NOEL NUTELS — Se esse pessoal não foi punido até hoje, acho esse negócio de uma gravidade tremenda. Considero até que é um estímulo a novos atos como esses, caso não seja tomada uma medida enérgica.

Fortuna — Com essa falta de miscigenação deixa de ser verdadeira aquela história de que o brasileiro é fruto de três raças tristes como eu sempre li nas antologias no colégio.

NOEL NUTELS — Na Amazônia, é



que quando eles tomam esse negócio vêm coisas e tal e que lembra um pouco o LSD.

Sérgio — Os princípios do Matechal Rondon estão sendo respeitados? NOEL NUTELS — O prestígio das missões religiosas é, a meu ver, uma tração ao pensamento de Rondon.

Vinícius — Você acha que o problema do índio brasileiro — educação, saúde, habitação, alimentação, adaptação, etc — tem alguma possibilidade de ser resolvido, ou se trata mesmo de uma raça em extinção que não toleraria qualquer mistura ou sincretismo com a civilização do chamado homem branco?

NOEL NUTELS — Olha, Vinícius, não são raças, mas povos. No Brasil há inúmeros povos. Há povos reduzidos a três pessoas. Eu conheço um povo reduzido a 23 pessoas. O Turumã. Tem sua língua própria, tem seu passado histórico próprio, suas crenças, seus heróis. Hoje, estão lá dentro da área do Parque do Xingu. Muitos povos acabaram antes de serem estudados.

Maciel — Depois dessa acho que podemos considerar, perante Deus, que a nossa civilização é uma civilização assassina.

NOEL NUTELS — Toda a minha luta pelos índios é um problema de solidariedade humana. Eu sei que é uma fatalidade, mas precisamos humanizar essa extinção. Um dia eles serão integrados e fatalmente desaparecerão como povos. É lamentável, mas a verdade é exatamente essa.

Vinícius — Noel, somos amigos há muitos anos e depois deixamos de nos ver por circunstâncias de nossas vidas errantes. Gostaria muito que você falasse da pensão de Dona Berta e Seu Salomão, seus pais, lá no Recife. Eu sei que Rubem Braga e Fernando Lobo foram hóspedes lá na pensão de sua mãe. Você se lembra deles por lá? Eles perturbaram muito?

NOEL NUTELS — Puxa vida, é ótimo esse papo. Sabe que isso me emocionou? Estou arrepiado. É claro que me lembro. Não era bem uma pensão. Eu sou filho único e morava no interior de Alagoas. Vou falar um pouco de mim, não sei se vai chatear os leitores do PASQUIM. Era um lugarzinho chamado Laje do Canhoto e depois passou a se chamar São José da Laje. É uma cidade que acabou depois da última cheia que houve lá. O único bem imóvel que eu tinha lá o rio carregou. Virou móvel. Eu fui estudar em Garanhuns, que é a Suíça pernambucana. Era um colégio de padres. Meus pais, embora judeus, venceram o preconceito religioso pelo preconceito de ter um filho doutor. Me matriculei num colégio de padres, do qual eu tenho uma saudade enorme, principalmente de um homem chamado padre Antero Pequeno, uma figura excepcional que nunca tentou fazer proselitismo comigo, nunca tentou me converter. Depois, conheci um sobrinho dele, chamado Evandro Pequeno, também uma grande figura. Mas o padre Antero jamais tentou me converter, embora num período da minha vida eu tenha sido católico. É uma religião boba, não há criança que agiente, nem há índio que agiente uma missa, um mês de Maria, aquelas cantigas. É uma religião que alinge a gente em todos os sentidos. Quer dizer: eu fui católico uma parte da minha vida. Depois, deixei de ser e nem judeu sou mais. Do ponto de vista religioso, não tenho mais nada. De judeu carreguei só o estigma da circuncisão.

Sérgio — Você não nasceu no Brasil, não foi?

NOEL NUTELS — Não, nasci na Rússia e vim para o Brasil com oito anos de idade. Bem, continuando a história, fui estudar em Recife, lá na universidade. E minha mãe resolveu assumir a república onde morávamos e eu e uns estudantes. Passou a ser uma espécie de pensão. Ela nunca teve lucro. O lucro era nos manter lá. Lá eu convivi por exemplo com os irmãos do Ariano Suassuna. Com o Ariano não, porque ele era muito novo. O Rubem Braga foi pra lá enviado pelos Diários Associados e ganhava um salário enorme. Era cinco contos, dinheiro pra burro. Depois, ele brigou com os Diários Associados e foi fazer um jornalzinho vagabundo



chamado Fôlha do Povo. Ele fez para esse jornal as suas melhores crônicas. São as crônicas que compõem o livro O Conde e o Passarinho. De maninha que jamais poderia esquecer essa época da minha vida. O Rubem Braga eu passo anos sem vê-lo, mas pra mim ele é um irmão. Nunca me esqueço do bilhete que ele me mandou quando minha mãe morreu, aquilo me emocionou muito. Minha mãe, foi uma grande figura. Era uma matriarca. Lá em casa prevalecia o matriarcado e aqui também. Aquel quem manda é a minha mulher.

Vinícius — Seu Salomão fez a guerra russo-japonesa. Você chegou a ouvir histórias de guerra contadas por ele, quando vocês viviam em Odessa?

NOEL NUTELS — Meu pai não participou da guerra. Ele era fornece-

ruas, essas coisas. Então, papai foi para a Argentina. Ele saiu em 1912 e eu só nasci três meses depois. Só fui conhecer papai quando chegamos aqui. Só judeu tem esse tipo de história. Ele chegou na Argentina e fracassou. Depois veio para o Brasil. Meu pai veio num navio alemão que ficou retido em Recife, porque já havia começado a I Guerra Mundial. Essa história parece até aquela conto do Monteiro Lobato, O Espião Alemão, vocês conhecem? Não conhecem?

Fortuna — Eu conheço.

NOEL NUTELS — Fortuna é o único rapaz culto desse grupo. Meu pai foi confundido com alemão e teve que fugir, porque estavam dando pancada em todo mundo que pensavam ser alemão. E meu pai foi bater em São José da Laje. Enquanto a guerra não acabava,

grande chutador do grupo. Viajamos em todo o Brasil. O Fernando Lobo tocava violino, aliás, mal pra burro, péssimo. O Teófilo de Barros Filho, um grande amigo meu, que morreu há pouco tempo, era pai do Téo, parceiro do Vandrê na Disparado, tocava saxofone também muito mal. Só havia um camarada de talento, que hoje é médico no Ceará e tocava piano. Chamava-se Vicente Andrade Lima. Quando nós estivemos aqui, em 1935, o Napoleão Tavares, que tinha uma orquestra, Napoleão Tavares e Seus Soldados Musicais, ofereceu dinheiro pra ele ficar. Mas ele não quis. O Capiba tocava piano.

Sérgio — O Chacrinha não era baterista da banda?

NOEL NUTELS — Não, depois é que apareceu um negócio chamado

“Indiretamente Diacuí morreu de morte matada. Permitiram aquela casamento que foi uma forma de matá-la.”

dor do Exército russo. Ele não me contava histórias da guerra porque ele era contra a guerra, como eu sou hoje, não topo guerra. Eu não sou de Odessa, eu sou de uma cidadezinha perto de Odessa que se chama Ananiev. Quando eu digo que sou de Odessa é porque ninguém sabe onde fica Ananiev. Houve uma crônica escrita pelo Osório Borba, na Comédia Literária, com o título de De Odessa a Laje do Canhoto.

Vinícius — Por que você veio parar no Brasil?

NOEL NUTELS — Cheguei ao Brasil com oito anos de idade e estou com 57. Sou brasileiro há mais tempo que os redatores do PASQUIM. E sou brasileiro por opção, resolvi ser e deu um trabalho danado, mas acabou sendo. Quando mamãe ficou grávida de mim, papai resolveu emigrar para a América do Sul para ficar rico. O que se contava era que se encontrava diamante nas

meu pai fazia um pequeno comércio na cidade. Foi ele que introduziu a venda a prestação em Alagoas. Foi um pioneiro. Evoluiu e tal e, em 1922, mandou uma carta pra nós mandando que a gente viesse para o Brasil. Desembarcamos dia 27 de agosto em Recife, num navio chamado Jandaira. E foi essa história da minha chegada ao Brasil que Osório Borba contou em Comédia Literária. Ele ganhou cem mil réis da Revista do Brasil, com a história que contou e me deu cinquenta mil réis porque achava que eu era dono da metade da história. Ele era um homem extremamente honesto.

Vinícius — Eu sei que você era secretário e animador principal da Jazz Band Acadêmica do Recife, que excursionou ao Sul, com grande sucesso. Esse é um aspecto inédito da sua vida.

NOEL NUTELS — É verdade. Eu regia orquestra, eu cantava, eu era o

Bando Acadêmico e foi nele que o Chacrinha entrou. Chacrinha conviveu muito comigo, mas não o vejo há uns 200 anos. Chacrinha, aliás, é primo do Capiba. Foi a Jazz Band Acadêmica do Recife que introduziu o frevo aqui. Não, não foi, estou sendo injusto. Quem trouxe o frevo para o Rio foi o maestro Garrafinha. Isso é uma homenagem ao Sérgio que não entende nada de frevo, só de samba. Eu fazia demonstrações de como era a dança do frevo no palco do Alhambra, que era ali onde é hoje o Hotel Serrador.

Tarso — O que você acha de Caetano Veloso?

NOEL NUTELS — Acho um garoto corajoso, peltudo, faz coisas interessantes. Eu sou um velhinho pra frente.

Sérgio — Você agora está metido no negócio de tuberculose. Eu pergunto: ainda se morre de tuberculose no Brasil?

NOEL NUTELS — A tuberculose, embora tenha surgido ultimamente no arsenal terapêutico uma quantidade enorme de medicamentos, altamente fabulosos, o problema ainda existe sob o ponto de vista administrativo. O diagnóstico é fácil, o remédio está aqui, basta montar uma máquina para atingir o Brasil na sua mais estreita intimidade, no sentido de diagnosticar e tratar corretamente. Se há um negócio que há cura matemática, hoje, é a tuberculose. O que precisa haver é o tratamento certo. Se houver o contrário, principalmente sob o ponto de vista de saúde pública, que é o meu ângulo, a coisa se agrava extraordinariamente.

Tarso — Mas o Brasil não tem estrutura para isso.

NOEL NUTELS — Posso garantir a você que a mortalidade por tuberculose caiu verticalmente. Era de 300 por 100 mil e hoje está a 50 por 100 mil, que é ainda um índice alto, mas melhorou muito. É verdade que há um problema de estrutura. Eu diria um pequeno setor do Serviço Nacional de Tuberculose, chamado Setor de Unidades Sanitárias Aéreas, que nasceu da minha experiência de andar pelo mato com a FAB. Mas já verificamos que não adianta nada disso se não houver no solo alguém que acompanhe o tratamento durante um período de um ano. O problema realmente é de organização.

Tarso — Se você não clínica como é que você vive?

NOEL NUTELS — Aqui em casa quem não trabalha não come. Eu trabalho num lugar, sou aposentado neutro, minha mulher trabalha, e vamos somando nossos salários. Você vê: não temos quadro do Pancetti, Sellar, Bandeira, Caribé, Noêmia, Di Cavalcanti, Heller dos Frascos, Bianco, Aldemir, Caloca, Pety, só que nada disso é comprado, tudo é dado.

NOEL NUTELS — Gilberto Gil.

Tarso — Roberto Carlos ou Jorge Ben?

NOEL NUTELS — Roberto Carlos.

Tarso — Jorge Amado ou José Mauro de Vasconcelos?

NOEL NUTELS — Isso é pergunta que se faça. Tarso?

Maciel — O que é que você achou do Quarus, de Antônio Callado?

NOEL NUTELS — Uma beleza de livro. Um livro muito importante.

Sérgio — Aquilo negócio dos índios que ele conta no livro é real?

NOEL NUTELS — Você sabe que o Callado esteve lá.

Tarso — Você que tem enfrentado todo esse problema de índios, viajado de avião mesmo tendo medo, você seria capaz de viver em São Paulo?

NOEL NUTELS — Nunca. Eu admiro São Paulo, acho São Paulo admirável. Eu sou sócio de um barzinho no Museu de Arte Moderna de lá, onde me reúno com os amigos. Quando eu vou a São Paulo, resolvo meus negócios todos rapidamente, passo no bar, tomo meu piquezinho e vou-me embora no primeiro avião. Chego lá, todo mundo está falando em negócio, o Aldemir Martins está querendo vender quadros. Só falam em negócio.

Tarso — São Paulo ou Manaus?

NOEL NUTELS — Manaus, mil vezes. Não é que não admiro São Paulo. Admiro muito. Mas Manaus é muito mais para o meu temperamento. São Paulo é formidável, mas aquele progresso me enoja. Eu sou um índio, eu não aguento.

Vinicius — Um dia me perguntaram numa reportagem quais são as três coisas mais tristes do mundo e eu disse: menina feia na janela de rua

“A catequese religiosa é também uma forma de matar índios.”

Tarso — O problema de saúde é prioritário?

NOEL NUTELS — Não, eu não considero. O problema de saúde é primeiramente um problema de desenvolvimento econômico, de reforma agrária. Resolvendo esse problema, o problema de saúde estará encaminhado. A saúde do índio, por exemplo, só melhorou depois que ele se industrializou. O Brasil ainda não fez a sua reforma agrária. Fala-se muito nela, e a IBRA está aí, mas não se fez a reforma agrária. Inclusive para o índio talvez seja uma solução a reforma agrária.

Tarso — Quais são as pessoas de quem você gosta?

NOEL NUTELS — Di Cavalcanti, Vinicius de Moraes, Rubem Braga, um sujeito chamado Canato, que é um índio, um outro índio chamado Raimir. Eu concentro tudo numa pessoa só, ou melhor, nos irmãos Villas-Boas. Seria impossível citar todas as pessoas que eu amo.

Maciel — Dir uma coisa que esteja acontecendo hoje no Brasil e que lhe dê esperança no futuro do país.

NOEL NUTELS — O PASQUIM.

Maciel — E o que lhe dá desânimo?

NOEL NUTELS — Não se ter feito até hoje a reforma agrária.

Sérgio — Qual é o maior compositor popular brasileiro?

NOEL NUTELS — Por um problema afetivo, Capiba. Depois dele, Paulinho da Viola, a quem não conheço pessoalmente.

Tarso — Caetano Veloso ou Chico Buarque de Holanda?

NOEL NUTELS — Chico Buarque.

Tarso — Gilberto Gil ou Roberto Carlos?

transversal às três horas da tarde; músicos de casa de chá feito o da Confeitaria Colombo da cidade e índio na televisão a fazerem u-u-u-u. Aquilo me deixou numa fúria arrejada. Você concorda que uma crueldade?

NOEL NUTELS — Fortinha, você é o maior. Exatamente. E não é só índio na televisão: é índio na civilização. Não há nada mais triste.

Maciel — A Diacui morreu de morte morrida ou de morte matada?

NOEL NUTELS — Indiretamente, foi de morte matada. Embora tivesse morrido de parto, foi de morte matada. Permitiram aquela exatidão que foi uma forma de matá-la.

Tarso — Pra mim aquele cara que casou com ela é um vizarista. Você acha?

NOEL NUTELS — Estamos de acordo. Tarso. É um pobre diabo que tentou descobrir uma maneira de se realizar. Ele foi meu enfermeiro no Xingu. Ele tinha a mania de fazer cruzes suásticas nas árvores. Se você andar pelo Xingu e encontrar cruz suástica nas árvores foi ele que andou por ali.

Sérgio — Se você tivesse que apontar um brasileiro para Prêmio Nobel da Paz quem você apontaria?

NOEL NUTELS — Os Villas-Boas, é claro.

Maciel — Para o seu trabalho, para a sua realização pessoal, se lhe fossem dar um presente, qual que você mais esperaria?

NOEL NUTELS — Um transporte aéreo próprio para transportar meu grupo de trabalho quando fosse necessário.



Procure no desenho 6 objetos escondidos. São poltronas, cadeiras, mesas e luminárias da Tora. (A árvore não conta). Será difícil achá-los. Agora, procure as poltronas, cadeiras, mesas e tudo o mais na TORA ipanema ou TORA leblon. Será mais fácil. Lá estão bem à vista. Como ficarão depois na sua residência ou escritório. Bem à vista.

TORA IPANEMA: AVENIDA EPITÁCIO PESSOA, 280-A, RIO

TORA LEBLON: AVENIDA ATAULFO DE PAIVA, 23-A, RIO

TORA

O Pasquim (Rio de Janeiro - RJ)

Autor: NUTELS, Noel

03 de Jun de 1970